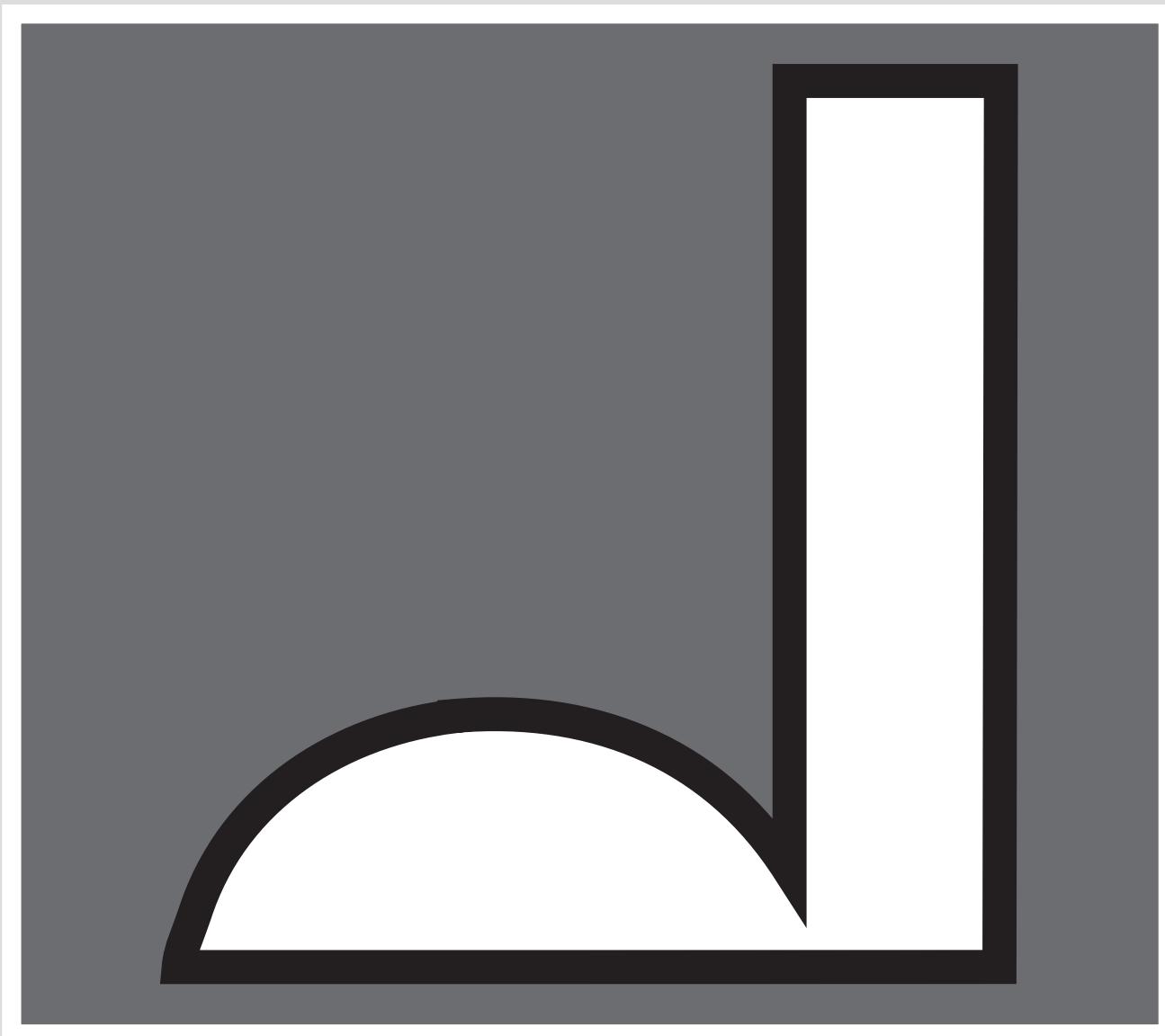




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 192 - SÁBADO, 22 DE NOVEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)
1º VICE-PRESIDENTE
Tião Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Alvaro Dias - (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO
Efraim Morais - (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO
Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO
César Borges - (PR-BA) (1)
4º SECRETÁRIO
Magno Malta - (PR-ES)
Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

<p>Maoria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ⁽¹⁾ Maria do Carmo Alves ⁽²⁾ Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena</p>
<p>PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p>	<p>PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello</p>
<p>PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimuno Colombo (OF N° 068/08-GLDEM).
2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 220ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, para apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 679, de 2007, que tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à Câmara dos Deputados...

47000

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Apoio à greve dos professores e às reivindicações dos policiais civis do Rio Grande do Sul. Defesa do fim do fator previdenciário.....

47000

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Reflexão sobre os últimos resultados do ENEN.....

47006

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Análise das alterações promovidas pela Câmara dos Deputados no projeto, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que trata de cotas para ingresso nas universidades públicas. Premência de soluções efetivas para os problemas nacionais.....

47017

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Repercussão de denúncia contra o Prefeito de Coari – AM, de haver estuprado menina de 12 anos.....

47023

SENADOR MÃO SANTA – Indignação com a situação dos aposentados. Decepção com os resultados alcançados pelo Piauí, no ENEM.....

47038

1.2.3 – Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil

Nº 43/2008-CN, encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras referentes ao 3º trimestre de 2008, daquela Instituição

47044

1.2.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 188/2008-CN (nº 900/2008), encaminhando ao Congresso Nacional, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quinto bimestre de 2008.....

47044

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 1.465, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Professora Ylsa Vieira Honório.

47044

Nº 1.466, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rádio Rio Mar, de Manaus, ao ensejo do transcurso do seu 54º aniversário de criação.

47045

Nº 1.467, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 27 de novembro a 1º de dezembro de 2008.....

47045

1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR GERSON CAMATA – Protesto contra critérios utilizados pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça na concessão de indenizações milionárias aos supostos perseguidos políticos. Resultados da reunião da FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, realizado na cidade de Roma.....

47050

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.573, de 2008

47053

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 53ª LEGISLATURA

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 220^a Sessão não Deliberativa, em 21 de novembro de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 9 minutos, e encerra-se a sessão às 12 horas e 14 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão de sexta-feira, 21 de novembro de 2008, do Senado Federal da República do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Esgotou-se, ontem, o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 679, de 2007**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para prever a realização excepcional de interrogatório do acusado preso por videoconferência. Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Esta sessão é não-deliberativa.

Há oradores inscritos.

Convidamos para usar da palavra o primeiro orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.) S. Ex^a permuta gentilmente com o Senador Paulo Paim, que estava inscrito para falar em seguida.

Paulo Paim é Senador pelo Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul. V. Ex^a poderá usar a palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Senador Mozarildo Cavalcanti, atendendo, naturalmente, a um pedido de milhares e milhares de professores da rede pública do Rio Grande, faço aqui este pronunciamento, sobre a greve dos professores do meu Estado.

A decisão da greve foi tomada na última sexta-feira, dia 14, numa assembléia geral com cerca de 10 mil professores em Porto Alegre. A categoria exige a retira-

da do projeto de lei do Governo do Estado que cria um piso regional que descaracteriza a lei federal que criou o piso salarial, que nós aprovamos aqui, que nasceu nesta Casa com o Senador Cristovam, e ainda ameaça o plano de carreira dos professores e funcionários.

O Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers) também quer que a Governadora recue na sua visão, porque ela entrou com uma ação, com outros dois ou três Governadores – se não me engano do seu Partido –, junto ao Supremo Tribunal Federal, para derrubar o piso dos professores, o que fez com que houvesse um levante, eu diria, em nível nacional.

Todos nós Senadores já assinamos o documento da frente parlamentar em defesa do piso salarial dos professores de R\$950,00. O projeto nacional seria de R\$950,00, no mínimo. No projeto encaminhado pelo Governo do Estado, esse valor proposto de R\$950,00 não é básico, pois considera todas as vantagens da carreira. Entendemos que, com a aprovação do projeto no Senado e na Câmara e com a sanção do Presidente, R\$950,00 seria o valor mínimo. Acima de R\$950,00, viriam as vantagens da carreira.

O piso nacional, em janeiro de 2010, terá de ser aplicado como básico da carreira, incidindo sobre ele – aí, sim – as vantagens.

Conforme o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, a adesão à greve chega a mais ou menos 90%. A greve, segundo o Cpers, é muito forte em todas as regiões do Estado. São inúmeras regiões mencionadas, mas eu posso citar algumas: Passo Fundo, São Borja, litoral norte, Soledade, Carazinho, Cruz Alta, Santo Ângelo, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Pelotas, Bento Gonçalves, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Uruguaiana, Três de Maio, Vale dos Sinos. E avança, em Porto Alegre, a adesão é muito forte em escolas tradicionais, como Júlio de Castilhos, Instituto de Educação, Ignácio Montana, Protásio Alves e Rubem Berta.

Na avaliação do Cpers, o anúncio da retirada do regime de urgência do projeto feito pela Governadora Yeda Crusius não resolve e não é suficiente para que a greve seja suspensa. Isso só acontecerá com

a retirada imediata do projeto, restabelecendo-se um processo de negociação. Representantes do Cpers/Sindicato estão dispostos, Sr. Presidente, a fortalecer, a exemplo do que fez esta Casa, uma vigília na Praça da Matriz, em Porto Alegre. Os docentes estão aguardando uma audiência com a Governadora para tratar da situação da categoria.

Portanto, Sr. Presidente, os educadores do Rio Grande do Sul exigem a aplicação do piso federal de R\$950,00, como o Congresso aprovou, como vencimento inicial do magistério, ou seja, a utilização imediata desse valor para, sobre ele, calcular as vantagens funcionais acumuladas ao longo da carreira de professor.

Veja bem, Senador Mão Santa, estamos falando aqui de praticamente dois salários mínimos, porque o salário mínimo em 1º de fevereiro vai para R\$470,00 ou R\$465,00. Então, é mais do que justo que aqueles que educam, os mestres da nossa formação, da nossa juventude, enfim, de todos, tenham o direito a receber um piso correspondente, agora em fevereiro, a praticamente dois salários mínimos. Nós falamos muito aqui, durante toda esta semana e a semana que passou, de política de proteção da criança. Política de proteção da criança passa pela educação, política de proteção da criança e uma cultura de paz e combate à violência passam pela valorização dos professores. Por isso que o Senado, corretamente, aprovou um piso mínimo de R\$950,00, sobre o qual incidirão os benefícios da carreira.

Sr. Presidente, Sr^{os}s e Srs. Senadores, quero também enfatizar que, mais do que nunca, o movimento que está se fazendo no Rio Grande do Sul não é um movimento, como sempre digo, contra ninguém, não é contra esse ou aquele partido; o movimento é a favor do povo gaúcho, o movimento é a favor da educação, o movimento é a favor da valorização dos professores.

Antes de conceder um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, quero também destacar, Sr. Presidente, neste mesmo pronunciamento, o seguinte informe: infelizmente também, no dia de ontem, cerca de 1.700 policiais civis participaram de uma marcha que culminou também em frente ao Palácio Piratini, sede do Governo gaúcho, onde reivindicaram justo aumento salarial, plano de carreira e aposentadoria especial, que muitos Estados já estão assegurando aos policiais e que, infelizmente, lá no Rio Grande, ainda não é uma realidade. Eles querem, a exemplo de outros Estados, ter direito à aposentadoria especial e ao pagamento das horas extras, já que são chamados a todo o momento para defender a população por serem policiais.

Deixo aqui, então, o meu total apoio à categoria dos policiais civis, que dedicam as suas vidas, o risco das suas vidas em defesa do nosso povo, e também à

própria Brigada Militar. Nós, por diversas vezes, tivemos desentendimentos até em relação a como a Brigada Militar tratou os movimentos sociais, defendemos os movimentos sociais, porque entendemos que a violência não pode ser incentivada em hipótese nenhuma. Mas reconhecemos, também, que tanto os policiais militares quanto os civis têm que receber salários decentes. E, neste caso, os policiais civis reivindicam, além do salário, o direito à aposentadoria especial.

Estamos tentando, aqui no Congresso, pelo Projeto de Lei nº 68, de autoria do Senador Valadares, em que acabei ficando com a relatoria de plenário, assegurar, de uma vez por todas, a aposentadoria especial a todas as categorias que têm risco de vida, ou seja, assegurar também o adicional de periculosidade.

Senador Mozarildo, por favor.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, eu gostaria de falar sobre a primeira parte do pronunciamento de V. Ex^a, principalmente quando citou a frase: “Valorizar a criança é investir na educação”. E o meu pronunciamento de hoje vai ser exatamente uma análise sobre os resultados do Enem. Coincidemente, é no momento em que a Câmara aprova a questão das cotas, destinando principalmente 50% das vagas aos alunos que freqüentaram a rede pública. E o que nós vimos na avaliação desse Enem? Que a rede pública está muito abaixo da rede privada. Embora tenha uma rede maior, em termos quantitativos, qualitativamente está abaixo da rede privada, o que é lamentável, porque, na rede privada, está quem pode pagar e está também quem não pode pagar, os bolsistas do Prouni, do Fies ou aquele trabalhador que faz das tripas coração para pagar uma escola particular. No seu Estado mesmo, que teve o melhor desempenho, infelizmente, lá também a rede privada está bem acima da rede pública. Então, é lamentável que, ao mesmo tempo em que o Governo gasta com tantas outras coisas, não invista prioritariamente mesmo na rede pública de ensino. Lamento muito, porque, primeiro, sou professor – professor da Universidade Federal de Roraima, concursado – e, em segundo, porque, como médico, entendo que até saúde não se faz sem educação. Não é só a formação do médico ou dos profissionais de saúde, não, é do paciente. Se ele não tiver educação, ele não sabe por que tem que ter condutas de higiene para evitar doenças, ele não sabe por que deve fazer certas práticas para evitar adoecer ou equilibrar certas doenças. Então, quero aqui dizer a V. Ex^a que, na verdade, até a questão étnica, ontem aqui a discutimos – eu não a chamo racial, mas étnica – dos negros, dos índios, nós não vamos melhorar a condição econômico-social dessas etnias que formaram o Brasil de maneira muito importante se não

investirmos em educação. Então, espero que, nesses dois anos de Governo que ainda faltam ao Presidente Lula, ele inverta essa equação, mesmo na crise, e invista prioritariamente em educação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, espero – e tenho certeza de que vou poder fazê-lo até porque conheço V. Ex^a – participar na hora da sua fala, dialogando com V. Ex^a, pela clareza que tem sobre a importância da educação, opinião com a qual também comungo. Mas veja que o aparte de V. Ex^a valoriza o meu pronunciamento porque eu falei em educação. Falei da importância de valorizar o nosso magistério, enfim, de valorizar todos os professores da rede pública, e, aqui, no caso estou tratando de uma greve no Rio Grande do Sul.

O que a gente mais ouve, nos últimos vinte ou trinta anos, é exatamente sobre o que V. Ex^a e eu estamos falando: temos que investir na escola pública de qualidade. Mas, infelizmente, os resultados não mostram isso. Nós insistimos, pedimos, os governos passam, e a escola pública continua com essa dificuldade. Se a escola pública está com essa dificuldade, é claro que no debate e na disputa na universidade quem mais passa são os alunos da escola privada; os alunos da escola pública não entram, ou melhor, não é que não entram, mas o fazem numa proporção bem menor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, permita-me interrompê-lo para ressaltar a grandeza do povo do Rio Grande do Sul. Pelo segundo ano, a rede pública do Rio Grande do Sul é a melhor no Enem. O Piauí – que vergonha e que lástima! –, governado pelo PT, é o 26º.

Só estamos à frente de Alagoas. Atentai bem! O Piauí está assim. Daí a minha indignação contra o PT, que invadiu o Piauí. Adentra o Prof. Cristovam Buarque, que vai ao Piauí. Professor Cristovam, desligue aí o telefone para levar essa notícia. V. Ex^a vai ao Piauí?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Vou ao Piauí daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É uma bênção de Deus. Mas é uma desgraça de Deus o Governo do PT lá. Está aqui o Enem. O Rio Grande do Sul eu cumprimento, a inteligência, o primeiro lugar. O Piauí tirou o 26º lugar. Nunca dantes, Luiz Inácio, houve isso na nossa história, na escola pública. Agora, a escola privada – os homens de vergonha que trabalham, que não estão no Governo –, tirou a 16º posição. Aí dá uma média. Nós já tivemos destaque na educação, mas foi das escolas privadas.

Continue, por favor. Parabéns ao povo e às professoras do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso que eu insisto tanto...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Merecem o piso. Aliás, lá deveriam pagar dois pisos salariais, porque está em primeiro lugar. Vamos fazer essa emenda, Paim, em respeito aos professores do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, V. Ex^a que esteve lá em Porto Alegre – o Senador Cristovam esteve lá antes da decisão da greve para fortalecer o piso –, e ficou muito bem colocada sua posição nos jornais, Senador; V. Ex^a foi lá porque entende que o piso tem que ser respeitado. Esse movimento que V. Ex^a lidera tem a assinatura de todos nós da Frente Parlamentar em Defesa do Piso Nacional.

Então, um dos motivos do movimento dos professores do Rio Grande, que aqui endossei, é o piso.

Mas, por outro lado, Senador Mão Santa, eu fortaleci também muito os professores, porque se há uma educação qualificada no Rio Grande, temos que dar o mérito não somente para os governantes, mas para os professores. Sabemos que o processo de educação não é aprimorado de um ano para o outro. Os professores do Rio Grande – e lá passaram todos os governos no meu Estado, o PDT, o PSDB, o PMDB, o PT e, por último, agora está o PSDB –, têm mantido uma orientação e uma formação da mais alta qualidade.

Por isso, tenho um pouco de cuidado, Senador Mão Santa, de responsabilizar esse ou aquele partido. Eu não estou responsabilizando. No momento aqui, eu estou pedindo à Governadora que receba os professores que são um time, eu diria, de excelência, da maior qualidade, que converse com eles e chegue a um entendimento; que se respeite o piso nacional, que é a primeira exigência que eles fazem, e que as professoras e professores possam voltar às aulas antes do fim do ano, para não ter que continuar a greve em pleno Natal. Se isso acontecer, claro que vão contar com toda a nossa solidariedade.

Mais ainda, Senador Mão Santa, eu tinha anunciado ontem que viria à tribuna hoje e mostraria alguns dados da nossa seguridade social, para que não fique nenhuma dúvida de que ninguém está fazendo uma aventura ao vir ao Senado debater e aprovar, como nós aprovamos, o fim do fator previdenciário, esse verdadeiro assalto, roubo, uma verdadeira injustiça, com toda a força da palavra, com o assalariado brasileiro, aquele que ganhava dois, três, quatro salários mínimo na atividade e que, quando foi se aposentar, veio o tal fator e reduziu em 40% o benefício.

Senador Cristovam, V. Ex^a que tem acompanhado todo esse debate, tenho informações seguras e vou dizer daqui que o Presidente Lula está sensível a esse debate, começando pelo fator. Não é justo que o trabalhador contribua sobre “x” salários e, ao aposentar-se,

seja garfado em 40%, e, depois, não tem política salarial de reposição. Alguns dizem que, se ele trabalhar até os 65 anos, ele não pega o fator. Tudo bem, ele não pega o fator, vai-se aposentar com o princípio da integralidade. Só que ele se aposentou com 65 anos; no ano seguinte, ele já não ganha o mesmo percentual dado ao mínimo, e o salário dele começa a ficar defasado, assim ele vai ter terminar com um salário mínimo.

Nós temos que resolver de fato essa questão. A derrubada do fator para mim é questão de honra, não do Congresso Nacional, mas do povo brasileiro. Não é justo para o trabalhador, pois o Executivo, o Legislativo e o Judiciário não têm fator, e não tem que ter – deixo isso bem claro, pelo carinho que tenho a todos os servidores –, não tem que ter, é um banditismo. É como se eu quisesse defender que o banditismo que se faz sobre um agora se faça sobre o outro. Não! Tem que cair o fator e ficar o princípio da integralidade e a paridade no princípio universal: igual para todos.

Se o servidor que ganha cinco, três, quatro mil contribui sobre o total, tem que se aposentar com o total. Como o trabalhador celetista, por exemplo, se ele paga até R\$3.038,00, ele tem que se aposentar com R\$3.038,00; se pagar sobre R\$2.000,00, é R\$2.000,00; se pagar sobre R\$1.000,00, é R\$1.000,00.

Então, é sobre a integralidade do seu vencimento até aquele teto. Isso tem que ficar muito claro, Senador Mão Santa, porque alguns tentam jogar essa luta do trabalhador celetista contra o servidor. Estamos aqui defendendo os servidores e os trabalhadores celetistas. Achamos que todos têm de ter o direito. Que direito? De não ter o fator, que é esse banditismo que inventaram e ninguém consegue... Eu aceito qualquer debate, onde quiserem. Quero ver quem consegue convencer alguém de que esse tal de fator não é um banditismo. É um banditismo, sim! Os milhares e milhares de e-mails, para não dizer milhões, que recebemos, dizem: “É inadmissível, Senador. Paguei sobre R\$2 mil e vou me aposentar com R\$1mil.” “Paguei sobre R\$1 mil, vou me aposentar com R\$500.” “Paguei sobre R\$600, vou me aposentar com o salário mínimo.”

Por que alguém não me diz o contrário? Não vi ninguém, em lugar nenhum, dizer que esse fator não é um banditismo contra o povo brasileiro, e que tem de ser derrubado. Como o outro projeto seria mais do que justo. Se o cidadão, ao longo de sua vida, pagou sobre dez salários, ou sobre oito, ou sobre cinco, ou sobre três, por que vai ter de ganhar um? Expliquem-me. Alguém me explique isso. Queria que alguém me explicasse. Se ele pagou sobre “x”, por que vai receber somente um salário?

Ao longo da história, o redutor, comparando com o valor que o salário mínimo vem tendo, se eu pegar os últimos dez anos, dá um prejuízo em torno de 80%. Então, alguém vem com uma conta e me diz: “Ah, se

mandar pagar pelo número de salários mínimos da retrospectiva histórica vai dar R\$76 bilhões”. Bobagem! Ninguém está propondo uma retrospectiva histórica, até porque a defasagem mesmo começou a partir da desvinculação, e tivemos o fator em 1999.

Farei uma retrospectiva dos últimos dez anos, em que atualizo os benefícios com o que tem de recurso no Orçamento.

Não quero buscar um centavo fora do Orçamento. Quero apenas pegar o orçamento da seguridade social, e, lá, dá para assegurar o fim do fator e garantir para o aposentado o mesmo percentual dado ao salário mínimo. É não fazer como fizemos ontem aqui inclusive. Ontem, Senador Mão Santa, o Congresso se reuniu e retirou tantos milhões da seguridade social e mandou para outra área. Se ela está falida, como eles dizem, está deficitária, como é que toda hora eu retiro dinheiro de lá e mando para outras áreas? Como é, que na reforma tributária, que está na Câmara, a contribuição do empregador para a Previdência, que era de 20%, vão reduzir para 14%? Bom, se ela está falida, em vez de eu injetar dinheiro, eu retiro dinheiro? É porque eles sabem que ela não está falida. Por isso, que eles se dão ao direito de argumentar que dá para reduzir de 20% para 14%. Claro que dá, infelizmente eu tenho de dizer que dá. E dá porque ela é superavitária!

O Senador Valter Pereira foi Relator de uma PEC de minha autoria em que resolvo todo o problema da seguridade, em que digo o seguinte: “O dinheiro da seguridade, sem aumentar um centavo, sem criar novos tributos, só pode ser aplicado na seguridade”. Alguém dirá: “Mas isso é o óbvio, Paim. O dinheiro arrecadado para a seguridade só pode ser aplicado na seguridade”. Mas não está sendo feito isso. E vou mostrar aqui os dados rapidamente, Senador Mão Santa, ano a ano, infelizmente. Mas, se quiserem, posso pegar os 10 últimos anos, ou os 15 últimos, ou os 20, ou os 60 últimos anos – Brasília foi construída com o dinheiro dos trabalhadores da Previdência; a ponte Rio – Niterói, a Transamazônica, Volta Redonda, Itaipu, enfim, as grandes obras deste País, pegaram dinheiro da Previdência, fizeram a obra e deram o calote no trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Paim, este é o debate qualificado.

Quero lhe informar – por isso que estamos aqui, para ensinar o José Pimenta, o Luiz Inácio – atentai bem, eu sou aposentado pelo INPS – toda a assistência médica do Brasil, professor Cristovam Buarque, era tirada da Previdência. E contribuímos com eficiência. Eu sou aposentado por isso. E fazia saúde. Agora desobrigaram a saúde, e os velhinhos não recebem.

Dizem o que assalto ao trem pagador foi o maior de todos os tempos, mas esse é muito maior! É a maior

vergonha da história, Luiz Inácio! Isso se chama calote, lá no Piauí. Calote é quando se faz um compromisso, um contrato e não é pago. Então, este Governo, hoje, é um Governo caloteiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, permita-me, quando fiz a retrospectiva histórica, percebi que todos os Governos deram calote: roubaram, assaltaram, surrupiaram, meteram a mão na Previdência. Todos! Todos! Sabe qual é a dívida que os Governos têm antes inclusive do Lula assumir? Três trilhões de reais de roubo no bolso dos aposentados. Daí a minha indignação. Por que ninguém diz que estou errado?

Então, aqui estão alguns dados atualizados: em 1999, foram retirados para outros fins R\$3,775 bilhões da Seguridade Social; em 2000, R\$8,107 bilhões; em 2001, R\$10,355 bilhões; em 2002, R\$6,414 bilhões; em 2003, R\$5,842 bilhões; em 2005, R\$12,277 bilhões; em 2006, R\$12,6 bilhões; em 2007, R\$22,2 bilhões foram retirados da seguridade e aplicados em outras áreas. Em 2008 não será diferente, será em torno de R\$23 bilhões. Ou seja, fazendo uma retrospectiva dos últimos nove anos somente, verificaremos que foram retirados e aplicados em outras áreas da seguridade R\$114,820 bilhões. E dizem que não têm dinheiro para pagar o aposentado!

Há outro dado que é mais assustador: quando inventaram, no Governo anterior, Senador Mão Santa, a tal de DRU (Desvinculação de Receitas da União), sabe quanto tiraram da seguridade – são 20% que eles podem retirar – somente em 2006? Trinta quatro bilhões em um ano! Em 2007, R\$38,8 bilhões. Somados os dois são mais de R\$72 bilhões – só mediante a DRU, que foi inventada no Governo anterior – sacados da seguridade social. Então, como é que não têm dinheiro? Se não tem, como é que se tiram R\$72 bilhões? Estou falando desse aqui. Mas se eu somar R\$72 bilhões com os R\$45 bilhões de dois anos atrás, ultrapassaremos a casa dos R\$110 bilhões. Somando este valor com os R\$114,820 bilhões, teremos mais de R\$200 bilhões.

Há ainda mais, Sr. Presidente. Segundo dados da Anfip – para não dizerem que eu estou inventando números e os números não têm procedência –, as receitas do orçamento da seguridade social alcançaram, no ano passado, o valor de R\$347,13 bilhões. O que corresponde a um aumento, em relação ao ano anterior, de 13,8%, o que significa R\$ 42 bilhões a mais que o ano anterior.

Ainda há mais: vamos olhar o PIB, que, segundo eles, vai reduzir seu crescimento. Ao contrário. Apesar de todos os desvios que aconteceram ao longo da história, vou citar somente os últimos três anos: em 2007, o montante do PIB foi de R\$2,558 trilhões; 2008, R\$2,883 trilhões; 2009, baseado na LOA, o valor

previsto é de R\$3,186 trilhões. Segundo outros dados, Sr. Presidente, se me permitir V. Ex^a, mostrarei, aqui, rapidamente, o que a DRU retirou da seguridade social em apenas quatro anos. Em 2004, R\$24,9 bilhões; em 2005, R\$32,5 bilhões; em 2006, R\$35,2 bilhões; em 2007, R\$38,7. Ou seja, em quatro anos, retiraram da seguridade social R\$198,7 bilhões! Bom, aí não tem dinheiro para pagar o aposentado! Uns falam em R\$9 bilhões, outros em R\$8 bilhões, R\$10 bilhões, R\$20 bilhões. Mas se têm R\$198 bilhões, que teriam de devolver, não há problema nenhum de caixa.

Sr. Presidente, aceito a contestação de todos esses números, que disse que mostraria hoje aqui. Quero dizer que aceito contestação de quem quiser fazê-la; que venha e me diga, que me contestem se esse dinheiro saiu ou não da seguridade social ao longo de todos os Governos!

O que temos de fazer agora no Governo Lula – e acredito que o Presidente Lula é sensível a esse tema – é sentarmos e dizermos: dinheiro da Seguridade fica na Seguridade. Está resolvido todo o problema, dá para pagar os aposentados, dá para acabar com fator e dá para segurar, porque eles vão receber o número de salários mínimos com base no percentual que é concedido hoje na política de salário mínimo.

Sr. Presidente, concluo dizendo que tenho certeza de que o Executivo será sensível a esse debate, como também a Câmara dos Deputados. Esse é um assunto que interessa a 180 milhões de brasileiros. Esse não é um assunto pequeno. Estamos tratando da vida de quem está aposentado, e todos sonham em se aposentar. Quem de nós não quer se aposentar bem quando tiver uma idade mais avançada? Duvido. O jovem que começar a trabalhar hoje com 16 ou com 18 anos também está olhando já como vai ser o seu futuro. Os que estão na atividade e na expectativa de se aposentarem querem que esse fator seja derrubado. Então, toda a Nação brasileira quer o fim do fator e um reajuste decente para todos os aposentados e pensionistas da área pública e da área privada. Não dá, como me disse hoje uma rádio da Paraíba, ou poderia falar da Bahia, ou poderia falar de Alagoas...eu quero elogiar aqui a imprensa no geral, porque eu não faço nenhuma discriminação. Mesmo aqueles que me criticam – porque é legítimo, esse é o processo democrático – têm o direito a discordar da minha opinião. O sistema de rádio em nível nacional está fazendo uma cruzada em defesa do nosso povo e pela aprovação desses projetos que vão garantir uma velhice decente para os nossos idosos, aposentados e pensionistas.

Falo diariamente, Senador Mão Santa, Senador Cristovam e Senador Mozarildo, para todos os Estados, todos os Estados.

Não há um Estado com o qual não falamos, principalmente a partir da vigília, sobre essa questão. Dou dados, dou números, e o que as rádios me dizem? “É, ninguém responde. Ninguém diz que o senhor está errado. Só dizem que não dá. Mas, quando levantamos os números que o senhor levanta, todos se calam.”

Bom, é impossível que não possamos, com a competência, com a inteligência do Congresso Nacional, do Executivo, chegar a um acordo. Acho que é possível, repito, essa cruzada em nível nacional que nós, não eu – não existe o eu para mim –, estamos fazendo, Senadores e Deputados, comprometidos, homens do Executivo, enfim, do Judiciário, que pensam numa previdência universal. Essa cruzada tem tudo para dar certo, se houver respeito no debate e não ataques pessoais. Para mim, quem faz ataque pessoal é porque incompetente. Como não tem dados e números para o bom debate, começa a ofender o outro. Fico triste de ver que algumas pessoas desqualificadas – esse é o termo adequado – vão para o ataque pessoal. Só vai para o ataque pessoal quem não tem argumentos. Quem se tem argumentos, basta dizer: “Olha, meu amigo, com todo respeito a V. Ex^a, mas esse número não coincide, a realidade é outra.” E o outro lado vai responder: “Então, você me prova, se tirar a DRU da seguridade social, se não está resolvida a questão da Previdência.”

O que é a DRU? Repito isto: não se trata de retirar a DRU. É dizer que não pode mais tirar dinheiro da seguridade. Só isso! Tudo que está destinado... Ouvi ontem – quero repetir esse dado e vou encerrar – que, na reforma tributária, vão reduzir a contribuição do empregador de 20% para 14%. Quando, na Comissão Mista, fiz o relatório que aprovamos por unanimidade, eu reduzi, sim, esse percentual, só que eles pegaram parte do meu relatório. Reduzi de 20% para 14% e mostrei a escala, mas aumentei a contribuição do empregador sobre o faturamento e na proporção sobre o lucro. Com isso, alavanquei uma receita maior para a Previdência. E o que eles fazem? Eles só dizem que o empregador vai deixar de pagar sobre 20% e vai pagar sobre 14%. Então, a própria Previdência diz que o prejuízo será de, no mínimo, R\$4 bilhões por ano. Vai tirar mais R\$4 bilhões por ano de quem tem a receber, que é o aposentado? Não dá!

Essa reforma tributária, da forma que vem de lá, vai retirar mais dinheiro dos aposentados para alavancar o discurso daqueles que dizem que a Previdência não é viável? Aqui, não! Aqui, o embate vai ser diferente. Pode até vir de lá, mas aqui, não. Tirar dinheiro da Previdência para depois dizer que não tem para pagar ao aposentado? Não é bem assim.

Primeiramente, vamos resolver a questão dos aposentados. E – repito – não quero um centavo a mais da população brasileira. Quero que fique só como está

e que sejam proibidos de mexer no dinheiro da Seguridade. Só isso. Não me digam que não há na peça orçamentária. Isso já está na peça orçamentária. Faço esse bom debate com qualquer cidadão deste País que tenha uma posição diferente. Tenho certeza de que é possível construirmos um entendimento.

Quero cumprimentar o Deputado Mendes Ribeiro, que preside a Comissão de Orçamento e está sensível a esse tema, como tenho certeza de que estará sensível o Senador Delcídio Amaral na reunião que teremos na próxima quarta-feira de manhã. Vou levar esses dados, porque é fácil chegar com um pilha de números e dados e entregar na hora. Eu avisei aqui, li aqui e vou apresentar em mão na quarta-feira.

Se tivermos de fazer outras vigílias de dois ou três dias, faremos, para que a população perceba que essa é uma causa de 180 milhões de brasileiros. É nossa obrigação mudar o fator, introduzir a idade mínima, ter uma política de recomposição dos benefícios dos aposentados e assegurar, como manda o PL nº 58, que eles possam voltar a receber nenhum centavo a mais, somente o correspondente ao número de salários mínimos que eles pagaram ao longo de suas vidas.

Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, não tenho nada a acrescentar na sua reflexão sobre as aposentadorias. Realmente, o senhor faz um discurso que qualquer tentativa de polemizar seria apenas para dar o meu respaldo, porque é óbvio. O que quero é aproveitar para parabenizá-lo pela vigília. O Senado estava precisando de uma coisa como essa. A vigília é o contrário de como as pessoas estão nos vendendo; as pessoas estão nos vendendo como se estivéssemos dormindo. O senhor disse: “Vamos ficar acordados a noite inteira”. Quero parabenizá-lo e dizer que estamos precisando de outras vigílias. Acho que a vigília sobre o problema do fator tem que continuar até a vitória. A gente precisava fazer, talvez, uma vigília pelo piso salarial se em algum momento houvesse o fim dessa lei por uma decisão judicial. A gente vai precisar fazer vigília para que o País consiga tomar as medidas certas para sair da crise econômica, se o Governo titubear durante um período longo, embora eu ache que o Governo não está indo mal no enfrentamento da crise econômica. Quero parabenizá-lo pela vigília e dizer que este Senado está precisando ser mais vigilante, que é sinônimo de estar mais em vigília permanente sobre os problemas do Brasil, inclusive este grave problema de desapropriação do patrimônio dos aposentados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, eu não esperava um aparte diferente de V. Ex^a porque conheço a sua história, e V. Ex^a sabe o quanto lamento, até hoje, não estarmos na mesma

trincheira partidária. Mas estamos na mesma trincheira das causas. Por isso, pode ter certeza de que, se V. Ex^a, como comandante maior nesta área de educação, entender que temos de fazer uma vigília, tenho certeza de que trinta Senadores – porque conhecemos a Casa, todos nós nos conhecemos – estarão aqui com V. Ex^a porque é uma causa mais, mais do que justa. Por isso, não seria diferente.

Quero só dizer ainda a V. Ex^a, aproveitando este aparte, sei que V. Ex^a não quis dizer, mas poderia até dizer: por que não fazer uma vigília aqui para discutir só a questão da educação, sob o comando de V. Ex^a? Passar uma noite aqui. Como vai ser bonito o Brasil todo vendo, e discutindo tudo, cota, não cota, quem é a favor, quem é contra, discutindo educação, todos serão proibidos naquela noite de falar de outro assunto que não seja a educação – e V. Ex^a será o mestre no debate que vai coordenar. Com certeza será uma grande noite, e o Brasil todo vai olhar. E não é uma questão específica do negro, do índio, do aposentado, do trabalhador, é educação, e a educação pega todos. Como V. Ex^a um dia me disse, fiquei muito feliz, “direitos humanos pega todos, Paim”, eu diria na mesma linha: “Educação também pega todos.”

E, por fim, falando ainda da vigília, sabe que eu não sabia, Senador Cristovam, vieram me informar que em outros países eles fazem isso, que no parlamento da Inglaterra e dos Estados Unidos já fizeram. Mostraram-me até a fotografia de um Senador ou Deputado que ficou sozinho, pegou um livro que tratava do tema e ficou a noite toda lendo o livro na tribuna. Claro que nós, aqui, não precisaríamos fazer isso, porque o interessante da nossa vigília é que todos os Senadores usaram a palavra e havia até uma disputa para falar, aquela boa disputa: “Agora é a minha vez, estou esperando já há duas horas.” Para o senhor ter uma idéia, quando fui falar eram dez para as seis – foi ou não foi, Senador Mão Santa? –, porque deixei que todo mundo naturalmente falasse, porque eu fiz a abertura, falei vinte minutos na abertura e fui me pronunciar às dez para as seis, porque, durante toda a noite, tinha Senador na tribuna falando sobre Previdência, segurança, saúde – e, naturalmente, entrou o tema educação.

Sempre tem alguém que gosta de criticar, o que é natural, é democrático. Quero dizer que não estamos fazendo nenhuma inovação. Os outros parlamentos do mundo, em momentos difíceis, fazem isso para que o debate aconteça e a votação que atenda à causa possa ser positiva – eu nem quero usar a palavra vitoriosa, porque dá a impressão que alguém ganhou e alguém perdeu. Digo que essa causa dos aposentados, como a da educação, é um movimento a favor da educação, é um movimento a favor dos aposentados e

contra ninguém. Não é contra o Executivo, muito menos contra o Legislativo ou contra esse ou aquele setor da sociedade. Por isso eu digo que, em momentos de crise, Senador – vou concluir, porque quero ouvi-los também sobre este e outros temas – há quem diga... Um economista-chefe de macroeconomia, do Ipea, diz que uma das melhores formas de combater a crise é injetando dinheiro na economia. É mais do que justo atender, então, a uma demanda de um direito dos aposentados, porque esse dinheiro, de fato, vai contribuir para que a roda da economia seja impulsionada.

Era isso.

Obrigado, Senador Mão Santa, Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Paulo Paim, nós convidamos, por cessão do Senador Mozarildo Cavalcanti, que estava inscrito e que cedeu seu horário ao Senador e Professor Cristovam Buarque numa homenagem ao professor e ao Piauí que lhe aguarda.

Agora, Paulo Paim, criou-se um fato novo no Senado: a vigília. A vigília foi tão exitosa que eu queria complementá-lo dando um exemplo. O Papaléo dirigiu com muita competência quase todo o tempo, mas ele cansou um pedaço e eu dirigi. Então, no final, o Pedro Simon trouxe a sua encantadora esposa e ele ficou namorando por ali; chegou atrasado e não usou da palavra, para que V. Ex^a pudesse terminar no prazo previsto, assim como o Wellington Salgado e o Geraldo. Eles debateram, mas recuaram para que V. Ex^a encerrasse.

Então, foi tão exitosa que aproveite para que a segunda seja em benefício da educação. Aí vou buscar até professores do Piauí, porque lá está uma lástima. Graças a Deus, tem o Estado de Alagoas porque, senão, seríamos os lanterninhas, o Piauí na educação pública.

Abriu mão da cessão o Professor Cristovam Buarque. Senador Mozarildo Cavalcanti, que representa o PTB do Estado de Roraima, eu quero cumprimentá-lo porque o ensino público está bem melhor; o privado é que está um pouco aquém.

Mozarildo Cavalcanti, além de ser um médico extraordinário, que fez da ciência médica a mais humana das ciências e na qual é um benfeitor da humanidade, é um extraordinário líder maçônico, comparável a Gonçalves Ledo, que fez nascer a República neste País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, pela gentileza de V. Ex^a, mas os maçons de antigamente tiveram muito mais mérito do que têm os da atualidade, porque eles realmente se empenharam por uma mudança radical no País ainda Colônia, para fazer a nossa Independê-

cia; depois, no Império, para fazer a República; e na República fazer tantas mudanças das quais o Brasil ainda goza. Entre eles está Rui Barbosa, imortalizado em nosso plenário naquele busto.

Senador Mão Santa, que preside esta sessão, e Senador Cristovam, escolhi hoje fazer uma análise, uma reflexão sobre os resultados do Enem. Coincidemente estão no plenário o Senador Paim e o Senador Cristovam, um defensor permanente da educação que abordou em seu pronunciamento essa questão. Aqui foi sugerida uma vigília pela educação. Acho que essa deve ser a vigília das vigílias, porque, até para defender os aposentados e pensionistas, é necessário que haja raciocínio, que haja confiança e, principalmente, um raciocínio lógico de que nada muda neste País se não mudar a educação.

Fico muito triste, Senador Cristovam. V. Ex^a é um homem da educação, foi Reitor da UnB, foi Ministro da Educação, candidato a Presidente da República com a bandeira educação. Diziam até: "Ele só tem essa bandeira". Eu, que não votei em V. Ex^a, dizia: não precisa ter as outras, porque as outras vêm depois, como consequência. Não há nem o que discutir.

Pena é que muitas vezes, ou na quase totalidade das vezes, os candidatos, os políticos quando candidatos, têm invariavelmente na sua plataforma a educação. Educação, saúde e segurança. E, quando eleitos esquecem isso, vão para o clientelismo, se dobraram ao Poder Público, ao poder do Presidente, para conseguir liberação de emenda, para conseguir cargos na Administração Federal ou Estadual, e aí o eleitor que votou nele fica lá no rabo da fila.

E o que vemos? Os jornais todos de ontem, a televisão, as rádios e os jornais de hoje dão destaque – e a manchete aqui do jornal *O Globo* é: "Cai a nota média na prova do Enem". E a sub-manchete traz que estudante do Rio foi o segundo mais bem colocado do País. Mas sabe de onde era esse estudante, Senador Cristovam? Da Escola Preparatória de Cadetes do Ar. Uma escola pública, mas uma escola pública diferente, Senador Mão Santa, uma escola pública que não tem, digamos assim, as distorções da escola pública comum dos Estados ou mesmo até de algumas federais.

E é lamentável perceber a seguinte observação: caímos, do ano passado para cá, da média nacional de 51, 52%, que já não é uma média boa porque o máximo é 100; caímos de 51,52% para 41,69%. Quer dizer, a educação está piorando no Brasil. E o pior: o que está piorando é o ensino na rede pública.

Aí, coincidentemente, Senador Cristovam, ontem a Câmara aprovou – e os jornais das televisões deram destaque – um projeto que reserva 50% das vagas para o estudante oriundo da rede pública. Em

tese, a decisão é meritória, até porque a rede pública é a maior que existe. Teoricamente, deveria abrigar os mais pobres. Teoricamente. Se formos analisar na prática, talvez nem isso.

Vi a entrevista de uma jovem aluna que foi bem classificada no Enem, dizendo: "Está muito bom, mas o que se deveria mesmo era investir na escola pública de qualidade". Assim não seria necessário dar 50% de vagas nas federais para os egressos das escolas públicas, porque eles estariam habilitados para concorrer com qualquer um.

Lembro-me, Senador Mão Santa – creio que isso tenha acontecido com V. Ex^a – que na minha época de estudante de ensino médio (ginasial, e depois científico ou clássico no segundo grau) – brigávamos para não sair da escola pública, fazíamos seleção. Tínhamos exame de admissão no ginásial; e no segundo grau, em cada Estado, existiam os colégios estaduais, os liceus, que repetiam o modelo do Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, onde podíamos fazer um curso melhor. As escolas particulares, naquela época, eram tidas apenas como quebra-galhos, para quem não queria ser bom aluno. Inverteu-se isso, inverteu-se completamente. E a culpa é de quem? É da população? É do estudante? Não. É do professor? Também não, muito menos.

A culpa é dos governos municipais, estaduais e, principalmente, federal, porque houve uma inversão. Investiu-se mais, principalmente o Governo Federal, nas universidades e relaxou-se quanto ao investimento no ensino fundamental. Com isso, temos essa situação grave.

Vamos analisar, Senador Cristovam, regionalmente. Aqui, na educação, está, de novo, o retrato de como as políticas públicas são desenvolvidas no Brasil. É assim também na saúde, é assim também na segurança. Mas olhe a educação. Onde está o melhor ensino? Na Região Sul. Depois? Na Região Sudeste. Por terceiro? Na Região Centro-Oeste. Quarto? No Nordeste. E quinto? No Norte. É o retrato da desigualdade regional. Lógico! Se formos analisar, depois, o quadro da classificação por Estado, desprezadas as regiões, por exemplo, o meu Estado é o décimo segundo na nota da rede pública, estando acima, portanto, do que foi colocado no meio. Somos 27 Estados, com o Distrito Federal. Como somos o décimo segundo, estamos acima daquele que estaria no meio da classificação. Isso na rede pública.

No que tange à rede privada, Senador Mão Santa, V. Ex^a me chamou a atenção e fui olhar. Veja V. Ex^a que Roraima está aqui colocado como vigésimo sétimo, portanto o último na rede privada, com 50,48. Mas, se V. Ex^a observar, há sete Estados com nota inferior a 50. Então, aqui há um equívoco. Há sete Estados com notas inferiores a 50. Então, Roraima sobe para

vigésimo, não ficando em vigésimo sétimo, como está colocado aqui, na rede privada.

E quero dizer que, no meu Estado, 90% do ensino fundamental, Senador Mão Santa, talvez mais até, são públicos. O Estado está presente em todos os Municípios, fora as escolas municipais. Inclusive, duzentas das quatrocentas escolas públicas do meu Estado – somos apenas 412 mil habitantes e temos quatrocentas escolas públicas – estão nas comunidades indígenas. E o Governo Federal, que é responsável pelas comunidades indígenas, não tem uma escola numa reserva indígena, numa comunidade indígena.

Então, essas distorções regionais, intra-regionais... V. Ex^a lamentou a posição do Piauí. Veja, por exemplo, que o Piauí, para as Regiões Norte e Nordeste, principalmente para a Região Norte, é uma referência na área de saúde. Meus amigos, em Roraima, principalmente aqueles oriundos do Nordeste, quando adoecem, querem ir para Teresina, porque a referência que têm o maranhense e o piauiense que estão em Roraima é que Teresina é um centro de excelência em saúde. Mas não é em educação? É uma pena, porque, se realmente não é um centro de excelência em educação, daqui a pouco também não vai ser em saúde. Não adianta pensar que se pode ter uma saúde de excelência sem uma educação de excelência, que se vai ter uma segurança boa sem a educação dos policiais.

É preciso investir na formação do policial. É preciso investir na qualificação do policial. E em tudo entra a educação.

Quero dizer uma coisa: sou a favor das cotas, como disse o Senador Paim, talvez por um período. Que se estabeleça por um período, durante, por exemplo, dez ou quinze anos. Sou a favor disso.

Em tese, sou a favor de como a proposta foi aprovada na Câmara, Senador Paim, com 50% para a rede pública, aí embutida a cota para negros, índios e aqueles mais pobres, de acordo com a renda familiar. Agora, fico com aquela jovem que deu a entrevista. Não adianta fazer isso e incentivar o aluno a ir para a rede pública e entrar pela cota, mas ele ser uma pessoa mal preparada, pois ele vai chegar à universidade mal preparado e ter uma desvantagem enorme em relação ao aluno que vem da rede privada.

Vamos analisar aqui os dados das redes pública e privada. No Brasil, a média da rede pública foi 37,27, e a da rede privada foi 56,12. Então, é uma disparidade enorme. Se formos para as regiões, pior ainda! Ora, se vamos dar essa cota, não uma espécie de privilégio, mas é uma concessão, como se diz, afirmativa, que vem, lamentável e possivelmente, em desfavor dessas pessoas. Por quê? Porque o ensino fundamental é ruim. O ensino fundamental público, principalmente,

é péssimo. Então, nós não vamos ter, amanhã, entre esses beneficiados por essas cotas, pessoas com facilidade para fazer uma faculdade e serem, depois, bons profissionais.

Como médico, eu tenho, como qualquer profissional da medicina, um raciocínio lógico: não adianta ficar dando só analgésico para um paciente que está com dor. Lógico que o analgésico é o remédio para aliviar a dor naquele momento, mas é necessário se fazer o diagnóstico e curar o mal, curar a doença. Se eu não curo a doença, vou ficar dando analgésico a vida toda para uma pessoa, por exemplo, que está com uma patologia, seja um reumatismo, seja o que for? Vou ficar dando só analgésico? Não. Então, para o caso da educação, eu acho que nem analgésico se está dando.

O Senador Cristovam tem lutado pela questão do piso salarial, um passo fundamental, porque, se o professor não é bom, se ele não é bem pago, se não é qualificado, como é que vamos ter a melhora da escola pública? Prédios? Eu tenho visto até excelentes prédios, mas equipamentos, quase zero, e investimento no professor, muito perto de zero; em alguns casos, abaixo de zero.

Hoje em dia, pouca gente se interessa por ser professor. Chamo a atenção dos Senadores e Deputados para dizer que ninguém exerce sua profissão, seja ela qual for, se não tiver tido um professor, se não fosse a professorinha ou o professorzinho lá do ensino fundamental, até da pré-escola ou o professor emérito de uma universidade.

Mas quero ouvir, com muito prazer, o Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, fico feliz em ouvi-lo falar desse assunto. Até resisti em pedir o aparte, porque eu também vou tocar nesse assunto, embora vá fazer uma provocação maior perguntando como os próximos candidatos a Presidente vão apresentar propostas para resolver a contradição de um país precisar de cotas, precisar de bolsa-família. O grande desafio é fazer com que isso não seja preciso, mesmo que a gente ache que é necessário neste momento. Mas ainda sobre sua colocação, quero chamar a atenção, positivamente – alegro-me por V. Ex^a estar falando disso –, para dizer que, de fato, a maneira como as cotas saíram daqui é diferente de como foi aprovado o sistema na Câmara dos Deputados. Aqui foi aprovada a cota para a educação de base da escola pública e ponto, que tem uma vantagem: melhorar a escola pública, até por algo que pode ser negativo em relação ao que se pensa ao se fazer a cota. Ao se fazer a cota, imaginou-se dar vantagem às classes mais pobres. Mas ao se fazer a cota para a escola pública, o que vai acontecer é que as classes média e alta vão transferir seus filhos para

a escola pública, para ganhar a cota, e vão mantê-los num cursinho ou numa outra escola para poder passar na frente no vestibular. Isso vai ser injusto do ponto de vista de classe social, mas vai ser bom do ponto de vista de melhoria da escola pública, e aí vai melhorar para todo mundo, porque, quando a classe média consome um produto, ela melhora de qualidade. Não há dúvida nenhuma disso. Por isso não sou contra, mas não é a solução. Até porque, se a gente for olhar as cotas, por que a gente só pensa em cota para a universidade? Por que a gente não pensa em cota para as creches, que é onde tudo começa? Por que a gente não pensa em creche para as boas escolas públicas do ensino fundamental? Aqui, no Distrito Federal, há escolas do Ensino Fundamental, com mais de trinta ou quarenta anos, de qualidade em qualquer país do mundo. Nesta semana fui visitar uma, e a gente ficou de queixo caído: é aqui na 304 Norte. Mas são cinco em todo o Distrito Federal, que a gente pode dizer, com essa qualidade. Ninguém defende cota para essas escolas do Ensino Fundamental, ninguém defende cota para as boas escolas de Ensino Médio. A gente defende cota lá para o topo, onde só vão entrar para disputar aqueles que aprenderam a ler, os analfabetos não entram. Ninguém propôs cota para analfabetos na universidade. Não vão entrar os que saíram da escola antes da 4ª série primária, não vão entrar os que saíram antes da 8ª série. Só terão direito os que terminaram a 8ª série e fizeram vestibular. Eu não sou contra, mas esse é um jeitinho insuficiente. O Brasil precisa, na linha do que falou o Senador Mozarildo, é de uma revolução que faça – ele citou – o que disse aquela garota: "O que a gente precisa é de escolas boas, gratuitas e de qualidade para todos". Este é o debate que eu gostaria de ver, Senador Mão Santa, na eleição de 2010: como resolver para que o Brasil não precise mais de cotas e nem de bolsas? Esse é o desafio que está na hora de a gente fazer e não a disputa entre candidatos para ver quem vai oferecer mais cotas, mais bolsas e aumentar as percentagens e os valores disso. Daqui a pouco, a gente vai ter candidato propondo bolsas a um custo maior do que o Produto Interno Bruto e cotas que, somando, vão dar mais de 100%, e o povo é capaz de acreditar que isso será possível e que isso é a solução.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Cristovam, o aparte de V. Ex^a não é que abrillanta o meu pronunciamento, não, na verdade faz do meu pronunciamento um pronunciamento completo, porque V. Ex^a chamou a atenção para duas coisas.

Com essa cota, realmente a classe média vai colocar os filhos na rede pública e vai pagar professor particular para fazer os reforços a fim de que eles se qualifiquem melhor do que o pobre que vai para a rede pública e não pode pagar professor particular. Portan-

to, vai ser um remédio que vai ter um efeito colateral muito ruim para os mais pobres.

É importante que o Governo esteja atento a isso. Mas não há como driblar. Se, amanhã, qualquer um de nós aqui quiser colocar o filho numa rede pública de ensino e pagar por fora um professor particular, como impedir? Não há lei que possa impedir. Mas o pobre não vai poder pagar.

Hoje, qual é a realidade, Senador Cristovam? Quem são os mais bem preparados – até o resultado do Enem mostra isso – para enfrentar os vestibulares das universidades federais? Os egressos da rede particular. Por quê? Porque têm os melhores professores, os professores mais bem pagos, têm mais equipamentos.

Então, quer se corrigir a inversão de hoje talvez com uma inversão pior. Como V. Ex^a disse, talvez a ida da classe média para a rede pública force a mudança da rede pública. É possível. Também isto se faz em Medicina: às vezes se dá um remédio amargo para ter um efeito positivo.

Repto: embora seja favorável a essa questão de ações afirmativas, de cotas, sonho com o momento, como diz V. Ex^a, em que este País não precise mais fazer isto: dar cota para qualquer coisa ou dar bolsa-família ou cesta básica ou bolsa para as pessoas freqüentarem as escolas. Sonho com este País, porque tenho, repito, uma convicção pessoal profunda de que, se não melhorarmos a educação no Brasil, não chegaremos jamais ao nível dos outros países que estão no primeiro mundo. Se estamos caminhando nesse passo, piorando de um ano para o outro a avaliação do ensino público, como vamos sequer acompanhar os países do primeiro mundo, que avançam num nível muito melhor?

Então, o Governo do Presidente Lula, que ainda tem dois anos, deveria dedicar esses dois anos à educação, principalmente à educação dos mais pobres. Mas não é – repito – o remédio adequado fazer cotas, não. É um analgésico, é um paliativo, mas não melhora de fato, não qualifica de fato aquele estudante pobre.

Senador Paim, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, estamos, principalmente desde ontem, fazendo aqui, de forma simbólica, uma homenagem também à data de 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra e do debate, na minha avaliação, contra todo tipo de preconceito. Aproveito a sua fala sobre o tema para dizer que, ontem, o Presidente da República, num ato no Rio de Janeiro, defendeu também o 20 de novembro, data que já aprovamos por duas vezes no Senado. A Senadora Benedita da Silva apresentou projeto, que, aprovado, foi para a Câmara e ficou guardado. Eu aprovei outro durante estes meus seis anos no Senado, que está guardado também na Câmara, para que seja um dia nacional, como feriado, e sirva de reflexão contra todo

tipo de discriminação. Aí, sim, tem muito mais força o dia 20 de novembro, com a simbologia sobre uma figura histórica, heróica, que ilumina as nossas vidas: o grande Zumbi dos Palmares. Faço essa reflexão porque eu gostaria muito que, se o feriado for aprovado nos moldes em que o Senado aprovou lá na Câmara, sirva esse dia para refletirmos tudo: preconceito religioso, preconceito pela cor da pele, preconceito por idade, preconceito contra a mulher, preconceito pela orientação sexual etc. Enfim, que seja um dia de reflexão contra todo tipo de preconceito. Quanto à questão específica da educação, que é o eixo do seu pronunciamento, concordo com V. Ex^a. Repito muito o seguinte, que não é o caso de V. Ex^a nem do Senador Cristovam: quem, às vezes, fala contra as cotas só diz o seguinte: "Não, não, não, cota não precisa, não; vamos mais investir em educação". Só que passam 10, 20, 30, 40, 50, 100 anos, e o resultado é o que V. Ex^a leu: a escola pública de péssima ou má qualidade em relação à escola privada. Aí V. Ex^a mesmo, com muita competência, diz: quem vai passar na universidade pública federal? O filho do pobre ou o filho do rico? Vai passar é o filho do mais rico, do mais rico. Não digo que não passem alunos competentes da classe média e mesmo de pobres, mas serão numa proporção muito menor que aqueles que pagaram uma escola particular. A mensalidade média de uma escola particular, hoje, está em torno de R\$400,00, um salário mínimo. Como é que o camarada vai dar todo o salário dele para pagar a mensalidade da escola particular? Então, uma política de cotas, V. Ex^a diz, e concordo, pode ser até um mal necessário. Olha, eu estou dizendo isso! E digo isso por quê? Porque, como V. Ex^a, inclusive, destacou no seu pronunciamento, e me senti contemplado, ela é uma coisa transitória. O bom seria dizer que nós não precisamos de política de cota, mas, infelizmente, temos que dizer que precisamos, nem que seja por 10, 15 anos. E, como eu dizia outro dia, que fique um artigo já escrito de que será revogado em 15 anos – falei 10, 15, e V. Ex^a até disse: "olha, quem sabe não colocamos a data, mas dizemos que vamos trabalhar para assegurar a inclusão dos excluídos". E V. Ex^a tem um projeto que quero destacar, que é cota para índios, que ninguém apresentou, só V. Ex^a, e é um belo projeto, que merece o debate. E V. Ex^a coloca na proporção de cada Estado: o que tem mais seria 5%, 1% ou 0,5%. E é nessa linha a política de cotas que a Câmara também aprovou, que é proporcional à população do Estado. Outro dado interessante, veja bem, vamos pegar o exemplo do Rio Grande do Sul: 13% da metade, significam, praticamente, 7% se pegarmos um universo de 100. São 13% de uma quota de 50, porque os outros 50 são destinados à escola privada. Então, não é nenhum exagero dizermos que um Estado que tem 20% de negro, praticamente, somente 10% das vagas, porque são

20% de 50, 10% das vagas são destinadas a negros, a índio ou àqueles cuja renda *per capita* não ultrapasse 1,5 salário mínimo. Acho que a Câmara avançou, e claro que nós, aqui no Senado, podemos aprovar como vem ou aperfeiçoá-lo naquilo que for possível para garantir, efetivamente, a inclusão daqueles que são excluídos da sociedade. No mais, o aparte era para cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Paim, agradeço muito o aparte de V. Ex^a, porque não adianta pensar que se ajuda as minorias, sejam raciais, étnicas, melhor dizendo, ou sociais criando mecanismos que não tenham, de fato, efeito duradouro.

É verdade – repito –, sou a favor dessas cotas, todas elas, desde que, como disse V. Ex^a, sejam transitórias e que, nesse período de transitoriedade, o Governo realmente use remédios curativos, não apenas paliativos ou analgésicos para o problema, porque senão vai terminar o prazo de 15 anos e tudo estará do mesmo jeito.

Então eu quero até parabenizar V. Ex^a, porque o seu Estado está em primeiro lugar na avaliação, o que demonstra justamente o cuidado, embora V. Ex^a tenha feito aqui uma ressalva da greve dos professores etc, mas, mesmo assim, o Rio Grande do Sul está em primeiro lugar.

Ontem lembrei-me – e quero lembrar de novo aqui – do ator Milton Gonçalves, que é negro e faz o papel, na novela "A Favorita", daquele deputado corrupto. Ele disse aqui, numa sessão destinada a comemorar a Abolição da Escravatura – falando para outro companheiro dele ao lado, negro também –, que o que tinha de ser a grande bandeira dos negros no Brasil era lutar pela educação, eles todos lutarem pela educação, mais do que por outra coisa. Mas é evidente, porque, com a educação, desaparecem os preconceitos, desaparece, portanto, o chamado racismo, que prefiro chamar de preconceito, porque raça nós só temos uma, que é a raça humana.

De qualquer forma, é importante encarar esses assuntos de frente, conscientes da realidade que existe. E a realidade, Senador Paim – que agora assume a Presidência –, está aqui refletida. Podem até criticar o Enem. Há críticas de que é um modelo por amostragem etc, mas, pelo menos, é uma forma de avaliação, e ela mostra, lamentavelmente, um triste resultado para o Brasil e, notadamente – e aqui quero destacar, Senador Paim –, o reflexo da má gestão pública, ou melhor, da má aplicação das políticas públicas no que tange a eliminar as desigualdades regionais. Porque aqui também está refletido que as regiões mais ricas têm a melhor avaliação no Enem e as regiões mais pobres, a pior avaliação no Enem, embora, na Região Norte e na classificação geral, o

meu Estado tenha sido muito bem colocado: no que tange à rede pública, o 12º, e o 20º na rede privada, até porque a rede privada em Roraima ainda é muito pequena – não tenho os dados exatos, Senador Paim, mas tenho certeza de que não chega a ser nem 10% da rede de ensino do Estado.

De qualquer forma, quero deixar o meu registro e pedir a V. Exª que sejam transcritos, como parte do meu pronunciamento, esses dados publicados nos jornais **O Globo** e **Folha de S.Paulo**, que foram divulgados também por todos os outros jornais e ontem nas televisões, para que realmente possamos não esquecer isso e, baseados nessa avaliação, fazer aqui dentro do Senado, como temos feito, aliás, um trabalho permanente. A nossa parte é legislar, cobrar, fiscalizar. Aliás, quanto a fiscalizar, Senador Paim e Senador Cristovam, preocupa-me muito que tenhamos uma Comissão de Fiscalização e Controle que, na prática, não funciona. E ainda colocaram nesta mesma Comissão um apêndice: Comissão de Fiscalização, Controle, Legislação Participativa e Meio Ambiente.

Ora, ela nunca funcionou, nem sozinha! Eu acho que esta Comissão deveria ser a comissão das comissões, depois da de Constituição e Justiça, porque, se tivéssemos aqui uma Comissão, de fato, de Fiscalização e Controle, o nosso papel, como legisladores, de fiscalizar o Executivo e até o Judiciário, de fiscalizar a aplicação do dinheiro público seria mais bem executado, muito melhor. Mas é lógico, repito, lamento que o Poder Legislativo não tenha se imposto ao longo desse tempo. Está começando a se impor agora, com a medida do Presidente Garibaldi de devolver uma MP, com a postura que o Senado tem tido de, por exemplo, como foi no caso da CPMF, rejeitar essa contribuição. Nós estamos mostrando que o Legislativo não foi feito para obedecer a qualquer outro Poder, muito menos ao Poder Executivo.

Ouço o aparte do Senador Mão Santa.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo, eu desci da Mesa justamente para isso. V. Exª nos impressiona a cada dia. V. Exª é médico, eu sei; maçom, eu sei. Até pensei, e penso: todo seminarista pensa em ser papa. Nunca vi um soldado ou um cabo que não quisesse ser general, não é, Paim? Um cabo quer ser general. Se eu chegasse à Presidência, estive pensando, V. Exª seria o Ministro da Amazônia. Eu quis igualar, porque outro dia fiquei sensibilizado. O Professor Cristovam Buarque fez uma análise interessante: há mais de ano que o Mão Santa, que é médico, nos advertia sobre a economia, essa globalização, sobre os empréstimos consignados, que isso não estava

certo. Ele foi ficando surpreso de como um médico pode ter essa visão de economia. E agora quero dizer a mesma coisa: o Cristovam que se cuide, porque V. Exª se aprofundou nos problemas educacionais. E V. Exª foi muito feliz no seu pronunciamento, principalmente quando se referiu, numa síntese, ao que disse o artista Milton Gonçalves. Preconceito, só tem um caminho e uma salvação – e Rui Barbosa disse “é a lei e a justiça” –, ele disse: é a escola. Então o nosso cumprimento por mais essa abrangência. V. Exª é em Medicina o que a gente chama de antibiótico de largo espectro. Não havia aquele Tetrex 500 mg? Então V. Exª é um Senador Tetrex 1.000 mg.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Exª, como sempre, muito gentil.

Quero dizer que realmente precisamos aprofundar o debate sobre educação no País. Eu, como V. Exª, sou médico. Quando vemos – aqui é um exame laboratorial, não é mais nem uma impressão diagnóstica – que o paciente estão tal mal assim, é preciso que tomemos uma ação mais violenta, e acho que aquela vigília aqui proposta pela educação deve ser feita urgentemente, inclusive para debater, discutir esses resultados, ver essas questões regionais.

Aqui termino o meu pronunciamento, Senador Paim, de novo lamentando que o Governo não tenha trabalhado no sentido da eliminação das desigualdades regionais. E a pior delas é a da educação. Veja bem, em primeiro lugar, qual é a Região? O Sudeste. Em segundo, o Sul; em terceiro, o Centro-Oeste; em quarto, o Nordeste; e, em quinto e último lugar, a Região Norte. Eu lamento muito, porque isso só aprofunda as desigualdades regionais.

Então, eu espero – repito – que o nosso Presidente Lula gaste os dois últimos anos do seu Governo com menos passeios, menos viagens, menos discursos, menos retórica, e que chame seus Ministros, notadamente o da Educação, e outros como o da Integração Nacional – que não integra nada, infelizmente, está aqui o exemplo da integração regional –, e diga que quer um plano para terminar seu Governo com a educação num outro quadro, com a educação melhor na rede pública. Porque a rede privada se cuida sozinha; é preciso cuidar da rede pública.

Portanto, fica aqui o registro da minha indignação com um Governo que completa seis anos, e a educação piorando, como aqui está registrado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

► Um critério para cada instituição

● BRASÍLIA. O programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas para universitários em instituições particulares, já adota critérios raciais e socioeconômicos para selecionar seus beneficiários. Universidades federais também fazem reserva de vagas em diferentes formatos, levando em conta ora um, ora outro ou mesmo ambos critérios.

O ProUni serviu de parâmetro para a definição dos critérios no projeto de lei de cotas das universidades federais aprovado ontem na Câmara. A lei do ProUni, promulgada em janeiro de 2005, estabeleceu a exigência de que os candidatos tenham cursado o ensino médio em escolas públicas ou tenham recebido bolsa integral em colégios particulares.

Mas, para ser selecionado no ProUni, os alunos precisam comprovar que são de famílias de baixa renda. A bolsa de 100% é dada a quem vive em lares com renda por pessoa inferior a meio salário mínimo. As bolsas parciais de 50% permitem rendimento mais elevado, de três salários mínimos por pessoa na

família.

Do total de bolsas concedidas aos universitários no ProUni, um percentual é reservado a autodeclarados pretos e pardos. Esse percentual, a exemplo do que foi aprovado ontem, varia de estado para estado, conforme a proporção de pretos e pardos na população.

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição federal a reservar vagas para negros: 20% dos novos estudantes a cada vestibular, desde 2004. Na UnB, não há critérios socioeconômicos, só raciais. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que reserva 30% das vagas para o sistema de cotas, é preciso ter freqüentado escola pública. Como no ProUni, parte das vagas são destinadas a alunos que se declarem pretos ou pardos. Outras instituições que reservam vagas são a Universidade Federal do Espírito Santo, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal de Santa Catarina. Elas têm sido alvo de ações na Justiça.

Cai a nota média na prova do Enem

Estudante do Rio é o 2º mais bem colocado do país; 2,9 milhões fizeram o teste

Demétrio Weber

● BRASÍLIA. Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano, divulgados ontem, mostram que a nota média nacional na prova objetiva caiu quase dez pontos em relação ao ano passado: de 51,52 para 41,69. Na redação ocorreu o inverso, com ligeiro aumento da média nacional, de 55,99 para 59,35. Nos dois casos, a pontuação máxima é 100.

O carioca Renato Lopes, de 18 anos, da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, teve a segunda melhor nota do país: 100 na redação e 96,83 na prova objetiva. O primeiro lugar, Caio Mancini, é do Espírito Santo. O Rio Grande do Sul é o estado com maior nota média tanto na prova objetiva (45,06) como na redação (62,57).

No teste objetivo, o Rio ficou em quarto lugar, com nota 44,05, atrás de São Paulo, que ocupa a segunda posição (44,86) e Santa Catarina (44,19), em terceiro. O Amazonas teve o pior desempenho, com 34,56. Os 15 estados com médias mais baixas são do Norte e Nordeste.

Na redação, o Rio aparece em quinto, com 60,30, atrás de Espírito Santo (60,60), Santa Catarina (60,41) e Minas (60,33). Alagoas segura a lanterna, com 56,13. Nesse caso, os 14 estados com pior rendimento são do Norte e Nordeste.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, disse que o Enem não permite comparações de

resultados entre edições diferentes, porque o grau de dificuldade varia a cada ano.

— O Enem não foi construído para ser comparável. Não é tecnicamente possível dizer que a nota aumentou ou diminuiu.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) prepara alterações no teste para possibilitar comparações, com adoção da chamada teoria de resposta ao item, em que as questões são pré-testadas e teoricamente têm o mesmo nível de exigência. O novo formato entrará em vigor em 2009 ou 2010.

“Análises sobre melhora ou piora do conjunto de habilidades e competências dos participantes com base na comparação entre diferentes edições do Enem não possuem respaldo metodológico, levando a interpretações tecnicamente equivocadas”, diz nota divulgada pelo Inep.

O Enem teve 2,9 milhões de participantes este ano, um recorde desde a sua criação, em 1998. O exame é feito por estudantes de ensino médio e jovens e adultos que já concluíram esse nível de escolaridade em anos anteriores. O Enem seleciona bolsistas do programa Universidade para Todos (ProUni) e conta pontos nos vestibulares de cerca de 500 instituições.

Dos 2,9 milhões de participantes, 1,1 milhão estão no último ano do ensino médio — são os chamados concluintes. Eles tiveram desempenho pior do que os colegas que já terminaram o ensino médio e dos chamados treineiros, is-

Cotas para alunos pobres

Câmara decide que reserva de vagas em universidades federais não obedecerá só a critérios raciais

Isabel Braga e Demétrio Weber

BRASÍLIA

De afogadilho, a Câmara aprovou ontem projeto que cria reserva de vagas para alunos de escolas públicas em instituições federais de ensino superior e de educação técnica. Na última hora, os deputados fizeram uma mudança importante no projeto, que já fora aprovado pelo Senado: além das cotas raciais, haverá uma cota social, baseada na renda familiar, para beneficiar os estudantes mais pobres. O texto estabelece a reserva de, no mínimo, 50% das vagas (por curso e turno) oferecidas pelas instituições a estudantes que tenham cursado, integralmente, os três anos do ensino médio em escolas públicas. Dentro desses 50%, agora há outros dois critérios a serem obedecidos: a renda familiar (metade dessas vagas será preenchida por estudantes com renda familiar de até um salário e meio per capita) e a questão racial. Por causa da mudança — proposta pelo ex-ministro da Educação, deputado Paulo Renato Souza (PSDB-SP) —, o projeto voltará ao Senado.

Em cada estado, as vagas destinadas às cotas serão divididas de acordo com a proporção da variável étnica, tendo por base o último Censo do IBGE. Assim, se uma universidade oferece 200 vagas para Direito, cem serão reservadas para estudantes de escolas públicas que prestam o vestibular. Desses, 50 serão ocupadas por estudantes de baixa renda, negros ou não. No caso do critério de raça, é preciso saber qual a porcentagem de negros, pardos e indígenas no estado.

Em 2004, o governo enviou ao Congresso proposta que previa a reserva de vagas para os estudantes do ensino público e a cota racial. Desde 2006, o projeto estava pronto para ir a plenário, mas PSDB e o DEM resistiam à proposta. Os tucanos queriam trocar o critério racial pelo de renda. Uma proposta da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), de mesmo teor, foi aprovada este ano no Senado e enviada à Câmara. O projeto foi anexado aos que já tramitavam na Casa, mas ontem prevaleceu o substitutivo do deputado Carlos Abicalil (PT-MS).

Para viabilizar a votação ontem, líderes do PT e do PSDB tentaram encontrar um texto de consenso. Foram incluídas emendas, escritas à mão, como a da reserva de vagas para os estudantes de baixa renda, de Paulo Renato.

— Minha tese era de que, com o critério de renda, o problema racial estaria resolvido. Mas parte do governo reiterou o compromisso com os movimentos raciais. O que se vota hoje são dois critérios: o racial e o de renda. Não é o ideal, na minha opinião, mas, para garantir o acordo, concordamos — disse Paulo Renato.

Artigo polêmico sobre dispensa de vestibular

• O projeto, no entanto, segue para o Senado com um artigo polêmico e considerado inconstitucional. Ele acaba com a exigência de exame de seleção e diz que serão consideradas, para a ocupação das vagas, as notas dos estudantes nos três anos do ensino médio. Abicalil, que não estava ontem em Brasília, acreditava que este artigo tinha sido retirado do texto.

— Ninguém é dispensado do vestibular, esse critério fere a autonomia das universidades — disse Abicalil, sinalizando que o artigo deverá ser retirado no Senado.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, participou ativamente da negociação que permitiu a aprovação do projeto. De seu gabinete, por telefone, orientava o líder do governo, Henrique Fontana (PT-RS). O tom da conversa era tenso: num dos diálogos, Haddad quase gritava, a ponto de ser ouvido na sala ao lado, onde jornalistas o aguardavam para uma entrevista. Ele interrompeu a entrevista três vezes para falar com Fontana.

— A discussão é sobre o corte de renda. O ingrediente novo é esse. Acho cabível — afirmou o ministro.

Haddad defendeu que o limite de renda familiar fosse o mesmo do programa Universidade para Todos (ProUni): um salário mínimo e meio por pessoa, no caso de quem ganha bolsa de 100% para estudar em instituições privadas.

Em relação à resistência de universidades federais contra a definição de uma regra nacional de cotas, já que diversas instituições adotam modelos distintos de reserva de vagas, o ministro lembrou que foi acertado um prazo de transição de quatro anos, o que garantiu o apoio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

O coordenador nacional do Movimento dos Sem Universidade (MSU), Sérgio Custódio, comemorou a votação na Câmara:

— O Brasil caminha para se equiparar ao resto do mundo, que vive um momento pós-racista, após a eleição do presidente americano Barack Obama. Um mundo onde há espaço para a diferença — disse Custódio.

De novo, alunos de particulares têm desempenho melhor que de públicas

No Rio, nota média da rede privada foi de 55,50; nas públicas, de 38,96

Demétrio Weber, Ediane Merola, Tatiana Farah e Maurílio Mendonça

• BRASÍLIA, RIO, SÃO PAULO e VITÓRIA. Mais uma vez, estudantes de escolas particulares tiveram melhor desempenho que os colegas da rede pública no Enem. Eles alcançaram nota média 56,12 no teste objetivo e 65,35 na redação, contra 37,27 e 57,26, respectivamente. Na prova objetiva, a maior distância entre rede pública e privada ocorreu na Bahia: 33,06 ante 55,34. Os resultados consideram apenas o desempenho dos concluintes do ensino médio.

No Rio, os estudantes do último ano do ensino médio de escolas públicas tiraram nota 38,96. Nas escolas particulares, a média foi de 55,50. O Enem seleciona candidatos a bolsas no programa Universidade para Todos (ProUni). Para conquistar uma vaga, é preciso atingir pelo menos 45 pontos de média, somando os resultados da prova objetiva com a redação.

O primeiro colocado no Enem estudou tanto em escola pública como em particular. Caio Nasser Mancini, de 19 anos, fez o ensino fundamental numa escola privada de Vitória, o Colégio Renovação, e depois fez boa parte do ensino médio no Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes), que é público. Ele deixou a escola no terceiro ano e se matriculou no Colégio Charles Darwin, particular.

O pai, Nilson Mancini Júnior, é engenheiro elétrico, e a mãe, Ana Lúcia Nasser Mancini, é analista de sistemas. Ele quer

ser pediatra. Os últimos meses foram só estudo. A primeira etapa no vestibular da Universidade Federal do Espírito Santo será no domingo. A estratégia de estudo incluiu horários de estudo nos fins de semana, evitar saídas com amigos, quatro horas diárias sobre livros e cuidados redobrados com redação. Foi a redação que o barrou no ano passado em medicina nas universidades Federais do Espírito Santo (Ufes) e de Minas (Ufmg). Desde então, investiu na leitura de revistas e jornais.

— Redação era minha dificuldade. Idéias eu tinha, mas faltava organizar tudo com o tempo da prova. Adoro ler.

No Rio, Renato Lopes de Almeida, de 18 anos, segundo colocado no Enem, tira redação de letra. Mas o ex-aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Epcar) confessa que tremeu ao receber a ligação do Ministério da Educação, informando sua média no Enem 2008.

Nota garante vaga em medicina

Morador de Bangu, Renato terminou o ensino médio ano passado, na Epcar. Ao longo de 2008, fez o curso Elite, em Madureira, e, além de se preparar para o vestibular, prestou concurso para técnico administrativo do BNDES. Passou na seleção e assume em janeiro. Na prova do Enem e na do banco, Renato tirou nota cem em redação.

— Até pensei em pedir para olhar a prova. É estranho acertar tudo numa redação. Não sabia se tinha ido bem.

Segundo Renato, os anos que passou na escola da Aeroáutica foram fundamentais:

— Eles visam à parte de exatas, analisamos gráficos, interpretamos textos. Desenvolvemos um raciocínio bem analítico. E é isso que o Enem exige.

Moradora de São Carlos (SP), Daniella Rantin, de 22 anos, também em segundo no Enem, empatada com Renato, garantiu uma vaga em medicina na Uni-Rio — a universidade é uma das poucas que premiam com vagas o bom desempenho dos alunos no Enem. Formada em Ciências Biológicas pela Ufscar, Daniella voltou a fazer cursinho este ano quando se deu conta de que seu sonho era outro.

— No colegial, sempre quis fazer biologia. Na faculdade, vi que gostava era de cuidar de gente — conta Daniella, filha de psicóloga e biólogo.

Ela não compareceu ontem ao vestibular da Uni-Rio para poder estudar para as provas da Fuvest, no fim de semana.

— Não pude viajar, mas estou com medo de não ter ficado com a vaga em medicina, apesar do segundo lugar. Isso porque a nota do Enem saiu um pouco atrasada. Não sei se eles (Uni-Rio) vão acertar. Espero que sim. Em São Paulo, nenhuma universidade garante vaga com a nota do Enem — disse Daniella, que estudou sempre em escola particular e espera entrar em sua segunda universidade pública.

A direção da Uni-Rio confirmou que vai acolher as notas do Enem. ■

Conheça as notas



**PROVA
OBJETIVA**
Resultado
geral



REDAÇÃO
Resultado
geral

	PROVA OBJETIVA Resultado geral	REDAÇÃO Resultado geral
Brasil	41,69	59,35
Brasil (Nota geral/2007)	51,52	55,99
NORTE	36,07	58,11
Rondônia	37,44	56,47
Acre	35,15	57,62
Amazonas	34,56	58,50
Roraima	35,47	56,52
Pará	36,90	59,20
Amapá	35,23	58,14
Tocantins	34,92	56,25
NORDESTE	37,29	58,15
Maranhão	35,62	57,99
Piauí	35,78	58,24
Ceará	38,13	59,15
Rio Grande do Norte	37,47	57,04
Paraíba	37,13	57,45
Pernambuco	40,05	57,29
Alagoas	34,76	56,13
Sergipe	36,81	57,70
Bahia	36,70	58,71
SUDESTE	44,43	59,99
Minas Gerais	43,84	60,33
Espírito Santo	43,76	60,60
Rio de Janeiro	44,05	60,30
São Paulo	44,86	59,70
SUL	44,26	60,49
Paraná	43,50	58,53
Santa Catarina	44,19	60,41
Rio Grande do Sul	45,06	62,57
CENTRO-OESTE	40,92	58,56
Mato Grosso do Sul	39,36	59,02
Mato Grosso	38,15	56,46
Goiás	40,44	58,87
Distrito Federal	43,61	60,12

Prova objetiva – Diferença de notas entre redes pública e privada

	PÚBLICA	PRIVADA
Brasil	37,27	56,12
Bahia	33,06	55,34
Piauí	31,81	51,38
Ceará	33,27	52,67
Tocantins	32,67	51,65
Pernambuco	33,75	53,28
Sergipe	33,02	51,94
Rio Grande do Norte	33,78	51,81
Paraíba	33,24	50,69
Minas Gerais	39,61	60,12
Distrito Federal	41,11	61,90
Goiás	35,97	54,09
São Paulo	39,02	58,50
Espírito Santo	38,13	57,11
Pará	33,37	49,95
Paraná	39,43	58,21
Amazonas	32,55	48,02
Mato Grosso	34,70	50,48
Alagoas	31,26	45,98
Acre	33,18	47,66
Rio de Janeiro	38,96	55,50
Santa Catarina	40,43	56,92
Mato Grosso do Sul	36,08	50,78
Maranhão	32,56	45,20
Amapá	32,93	45,67
Rondônia	35,26	48,72
Rio Grande do Sul	42,12	53,42
Roraima	35,03	44,40
Norte	33,38	49,22
Nordeste	33,07	52,38
Centro-Oeste	36,49	54,61
Sudeste	39,13	58,13
Sul	40,62	56,46

Pelo 2º ano, rede pública do RS é a melhor no Enem

Notas da parte objetiva, entretanto, foram 23% inferiores às do ano passado

No desempenho geral, contando escolas públicas e privadas, o Estado de São Paulo saltou duas posições, de oitavo para sexto

ANGELA PINHO
DAS CURSOS DA BRASÍLIA

Os dados do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) divulgados ontem mostram que o Rio Grande do Sul, pelo segundo ano consecutivo, tem a melhor rede pública de ensino médio do país. Ainda assim, em média, os estudantes do Estado não conseguiram acertar nem metade da prova.

Apesar do resultado, o desempenho dos estudantes da rede pública do RS caiu 23% em relação ao ano anterior. Na parte objetiva da prova, composta por questões de múltipla escolha, os alunos do Estado acertaram 42,12 pontos (de cem), contra 54,61 pontos, no exame passado.

Na redação, entretanto, a nota subiu 3,5%, passando de 59,74 pontos para 61,84 pontos – de outros cem pontos.

Já Alagoas ficou com a pior rede pública do país, roubando o posto de Tocantins. Os estudantes de AL fizeram, em média, 31,76 pontos na parte objetiva e 57,26 na redação. No ano anterior, as médias foram 42,58 e 52,06, respectivamente.

O melhor desempenho geral, considerando as notas da parte objetiva, assim como em 2007, foi o do Distrito Federal. São Paulo saltou duas posições, passando de oitavo para sexto.

A Secretaria Estadual de

Educação de São Paulo, por meio de sua assessoria, comemorou o avanço e disse esperar resultados melhores com a adoção de ações para o ensino médio, como a instituição de 42 dias do ano letivo para recupe-

ração de aprendizagem.

Queda geral

Houve, porém, queda nas notas de todos os Estados. A média nacional nas questões de múltiplas escolha caiu 23%, de 52,47 para 40,54.

A queda geral das notas pode estar relacionada ao grau de dificuldade da prova deste ano. De acordo com professores ouvidos pela Folha no dia do exame, o Enem de 2008 foi mais trabalhoso e denso do que os dos anos anteriores.

"Havia enunciados gigantescos. Foi uma prova mais densa e cansativa", disse à época a coordenadora do Cursinho da Poli, Alessandra Venturi.

Se forem comparadas as notas dos alunos de escola pública com os de escolas particulares, nota-se um desempenho 34% inferior. A diferença foi de 18,8 pontos – 37,3 contra 56,1. O hiato deste ano, porém, é inferior ao registrado no ano passado, quando 20,4 pontos separavam as duas redes de ensino. Naquele ano, porém, a comparação foi feita entre alunos que estudaram durante todo o ensino médio na mesma rede de ensino. Em 2008, foi considerada a diferença só da rede pela qual o aluno concluiu o curso.

O MEC também aponta que não se pode comparar duas edições do Enem, pois o grau de dificuldade das provas varia, segundo o ministério.

O presidente do Inep (Instituto de que divulgou os dados do Enem), Reynaldo Fernandes, diz que é preciso cautela ao comparar a escola pública e privada, já que alunos com melhor nível socioeconômico tendem a ter mais chance de obter melhor desempenho.

O Enem deste ano avaliou 2,9 milhões de alunos. Os participantes podem conferir o resultado no site do Inep (www.inep.gov.br)

OS MELHORES NO ENEM

Alunos do DF tiveram melhor nota média no exame

MÉDIA GERAL (prova objetiva)	UF	Nota	REDE PÚBLICA		REDE PRIVADA	
			Posição	Nota	Posição	Nota
DF	45,39	2	41,11	1	61,90	
RS	43,42	1	42,12	10	53,42	
RJ	43,29	7	38,96	7	55,50	
SC	43,13	3	40,43	6	56,92	
SP	43,01	6	39,02	3	58,50	
MG	42,69	4	39,61	2	60,12	
ES	42,59	8	38,13	5	57,11	
PR	42,33	5	39,43	4	58,21	
GO	39,30	10	35,97	9	54,09	
PE	38,71	15	33,75	11	49,95	+
MS	38,00	9	36,08	17	50,78	
RN	37,14	14	33,78	14	53,28	
MT	37,05	13	34,70	19	51,81	
CE	36,28	17	33,27	12	50,69	
RO	36,26	11	35,26	21	48,78	+
SE	36,05	21	33,02	13	45,67	+
BA	35,69	20	33,06	8	51,94	+
PB	35,66	18	33,24	18	47,66	+
PA	35,57	16	33,37	20	52,67	
RR	35,56	12	35,08	22	50,48	
PI	35,01	26	31,81	16	45,98	+
AC	34,32	19	33,18	23	55,34	
AM	34,14	25	32,55	22	51,38	
MA	34,08	24	32,56	26	48,02	+
AL	33,94	27	31,76	24	56,12	
TO	33,65	23	32,67	15	45,20	+
AP	33,48	22	32,93	25	51,65	

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido.

O Senador Mozarildo Cavalcanti defendeu aqui a idéia de uma vigília pela educação.

O Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, é um dos próximos inscritos a falar.

Senador Cristovam, V. Ex^a é convidado a usar da tribuna pelo tempo que entender necessário.

Em seguida, Senador Mão Santa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Mozarildo quase que esgotou o primeiro assunto a que pretendo me referir aqui, mas há uma segunda parte.

A primeira parte diz respeito à coincidência de que ontem nós tivemos, ao mesmo tempo, o anúncio do Enem, o resultado dessa prova que mede os alunos do ensino médio do Brasil inteiro, e tivemos também a aprovação, na Câmara, das cotas para ingresso na universidade – não mais aquelas cotas sobre as quais cada universidade decide livremente, em geral para as categorias étnicas, índios e negros, mas cotas para a escola pública e cotas para classes sociais.

Esse projeto aprovado ontem é a continuação de um projeto bastante simples da Senadora Ideli Salvatti aprovado no Senado, um projeto que reserva metade das vagas nas universidades públicas para os alunos que tenham feito o curso médio nas escolas públicas.

O que veio complicou bastante o assunto, porque, dentro da cota para a escola pública, vieram também cotas para negros, índios e brancos – a idéia é distribuir proporcionalmente as diferentes raças – e também cotas para a população mais pobre, ou seja, para aqueles jovens cujas famílias tenham renda *per capita* de até meio salário mínimo. Essa confusão criada, que fez difícil o exercício, merece uma análise.

Primeiro, a análise das cotas para a escola pública conforme proposto pela Senadora Ideli. Pessoalmente, sou favorável. Sou favorável, mas não sob o ponto de vista do benefício para as crianças que vão conseguir vaga na universidade graças à cota. Sou favorável quando levo em consideração o conjunto das crianças brasileiras que estudam na escola pública.

Ao serem asseguradas cotas para os alunos oriundos da escola pública nas universidades federais, surgirá, naturalmente, um processo de migração dos jovens de classe média e alta para as escolas públicas de ensino médio.

No final, os beneficiados serão eles, mas a escola pública vai se beneficiar com isso também, pois, na medida em que as classes médias e altas entrarem na escola pública, a escola pública vai melhorar. Esta é, a propósito, uma característica deste País: resolver os problemas do topo da pirâmide, abandonando a base da pirâmide.

Foi com essa visão que eu defendi, sim, na Comissão de Educação, o projeto da Senadora Ideli. É um projeto positivo, porque beneficia alguns jovens de camadas médias baixas que estão na escola pública, mas os pobres não vão ser beneficiados. Não vamos mentir, não façamos demagogia: os pobres só se beneficiarão quando fizermos a revolução que melhorará a escola pública para todos. As cotas de hoje vão beneficiar os melhores alunos da escola pública, portanto, aqueles que puderam estudar, que tiveram incentivos, que tiveram, certamente, um cursinho à parte. São eles que vão se beneficiar, mas, no final, a escola pública se beneficia.

Nesse sentido, o projeto é positivo. Com as complicações que vieram, porém, vai ser difícil colocá-lo em prática, mas o pior é que vai enganar uma parte da população, aquela população que tem meio salário mínimo *per capita* e que vai achar que agora entra na universidade, mas vai descobrir que não termina a quarta série primária, que não termina a oitava, que não termina o segundo grau e que, portanto, não vai poder se beneficiar dessas cotas.

O que a gente precisa neste País, além de jeitinhos provisórios, como as cotas, é de uma revolução. É de uma revolução que a gente precisa: a revolução da escola gratuita, de qualidade, igual para todos. É essa a revolução de que a gente precisa. As cotas são um jeitinho, como as bolsas-famílias que a gente tem. São jeitinhos.

O que este País precisa é deixar de ser um país de bolsas e de cotas, que é o que somos hoje. Somos um país que, para não fazer a mudança mais profunda, faz mudanças pequeninhas e engana o povo, engana quarenta milhões dizendo a eles: “Hoje vocês têm uma bolsa-família”. Claro que é melhor do que se não tivesse e, por isso, eu defendo a continuidade desse programa. Melhor, porém, seria poder dizer: “Você não precisam mais de bolsa”.

Claro que é correto ter cotas para negros num País que, depois de 120 anos da abolição da escravatura, continua com uma elite branca. Aqui, Senador negro, que eu lembre, só o Senador Paim, entre 81. Antes havia também a Senadora Benedita, e há alguns que a gente poderia até dizer que estão perto, como o meu suplente, o Senador Eurípedes Camargo, que durante

um ano ficou aqui e que poderíamos considerar também como um Senador negro. É muito pouco!

Saia do Senado e vá para a Câmara; saia da Câmara e vá para o Supremo; saia do Supremo e vá para os consultórios médicos; saia dos consultórios médicos e vá para os escritórios de advogados: nós não temos negros na nossa elite. Isso é uma vergonha nacional.

A cota para negros não é para beneficiar aquele negro que vai utilizá-la, mas para mudar a cor da cara da elite brasileira e, com isso, dar mais decência à nação brasileira, para que possamos dizer: "Somos um país de brancos e negros".

É um jeitinho necessário, mas não é a solução. A solução é não precisar das cotas, mas a gente não está trabalhando para isso. A prova: o Enem.

O resultado do Enem, nesse mesmo dia em que foram aprovadas as cotas, mostra que o esforço está sendo para o jeitinho e não para resolver a situação. Nós temos que escolher entre o jeitinho e a revolução – revolução no bom sentido; não falo em revolução pelos métodos, eu falo em revolução pelos resultados. Os métodos são pacíficos: é salário melhor para professor, é exigir mais do professor também. O resultado é a igualdade, mas não a igualdade imposta arbitrariamente por regimes autoritários. Não. Refiro-me à igualdade do acesso à escola de qualidade. Depois a gente tolera as desigualdades que vêm do talento, as desigualdades que vêm da dedicação, do empenho, da vocação. Essa desigualdade é até positiva se ficar dentro de certos limites – ninguém abaixo do mínimo necessário e ninguém acima do possível para mantermos o equilíbrio ecológico, e esses são os dois limites. Aqui dentro não há problema que haja desigualdade. Agora, o acesso à escola é que tem de ser igual para todos.

Temos, lamentavelmente, a coincidência de dois resultados: o Enem piorando em uma das categorias – melhorou na outra, mas piorou no mais importante hoje, que não é a redação, mas a área que vai permitir ciência e tecnologia, que é a área das exatas – e, ao mesmo tempo, a aprovação das cotas. Essa coincidência demonstra a existência de uma doença que o País está vivendo e que é reflexo de uma tendência deste País, o país do jeitinho, o país do jeitinho das cotas e o país do jeitinho das bolsas.

E fala aqui quem não é contra as cotas nem as bolsas, mas que não se satisfaz com essas duas coisas. Temos de fazer com que este País deixe de ser de cotas e de bolsas e se transforme num país de igualdade no acesso à educação, que é o caminho para a igualdade conquistada de participar do processo social. Com esse acesso igual, serão permitidas as pequenas

desigualdades oriundas da persistência, do talento, da dedicação, da vocação.

O problema – e esta segunda parte do meu pronunciamento vai além do pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti; se não fosse por ela, eu já poderia parar aqui, porque S. Ex^a falou bem – é que, lamentavelmente, o momento de escolhermos se o Brasil continuará sendo um país de cotas e bolsas ou se vai entrar no processo de transformação é durante o período eleitoral para escolher o próximo Presidente da República.

Temo que passemos 2009 nos conchavos dentro de cada Partido, sem a menor preocupação sobre o que o próximo Presidente vai trazer para o Brasil, temo que passemos o ano de 2010 fazendo o exercício de *marketing* que caracteriza o processo eleitoral brasileiro depois da redemocratização, e temo que o conteúdo, o fundo do problema, as propostas alternativas, fiquem no zero.

Eu temo que os candidatos, qualquer dia, apareçam, como já estão aparecendo nos jornais, a partir de conchavos internos ou, às vezes, nem de conchavos, mas de simples escolhas do líder principal do partido, sem ninguém saber para que vem esse candidato, sem ninguém saber a proposta que esse candidato traz, sem ninguém saber se ele vai ser mais um de cotas e bolsas ou se ele vai ser um candidato da transformação de que o Brasil precisa para que não necessite nem de bolsas, nem de cotas.

O que nós estamos vendo hoje é que o processo de escolha é um processo subterrâneo, clandestino, burocrático, escondido, e os candidatos depois aparecerão para nós sem sabermos por que são eles. E, depois, veremos a campanha toda ser feita em cima não de propostas, não de conteúdos, não de escolha entre o que quer mudar e o que não quer mudar, mas, sim, em torno daquele que aparece com a melhor gravata, aquele que fala lendo o que o marqueteiro escreveu para ele dizer, e não aquele que aparece olho no olho, falando com a população. Nós precisamos mudar o processo de escolha.

Os Estados Unidos têm sido muito citados aqui por causa da eleição do próximo Presidente. Eles têm esse instrumento formidável que é fazer as prévias para que pessoas que não são suficientemente conhecidas – como não era o novo Presidente Obama – possam aparecer, tenham tempo de aparecer e que apareçam não só pela sua cara, mas pelo conteúdo.

Antes de conceder um aparte ao Senador Mozarildo, dou um exemplo: qual é a proposta do candidato que aí vier para a área da infra-estrutura? É apenas trabalhar na infra-estrutura tradicional das estradas e dos portos? Ou é dar uma virada para o sistema de

transporte ferroviário? Ou uma virada ainda mais radical para a infra-estrutura fundamental do século XXI, que é a infra-estrutura abstrata do conhecimento e da tecnologia?

Quando falamos em infra-estrutura, imaginamos obras, talvez até porque elas dão possibilidade de recursos serem desviados. Ainda não se fala, como parte fundamental da infra-estrutura, a partir de agora, no século XXI, em conhecimento e tecnologia. Essa é a infra-estrutura de que o Brasil vai precisar. É lógico que vai precisar da infra-estrutura de estradas e de portos, como tradicionalmente necessita, mas a verdadeira infra-estrutura do século XXI não está na parte física; está na parte intelectual, está na ciência e na tecnologia, até porque, cada vez mais, vamos descobrir mecanismos em que são necessários menos movimentos de materiais, porque os movimentos serão de idéias; os materiais estarão lá.

Quando o próximo Presidente deste País falar do problema da pobreza, é preciso saber se ele vai continuar na alternativa do Bolsa-Família ou se vai propor uma revolução que elimine a necessidade do Bolsa-Família. Qual é o candidato a Presidente que trará uma proposta que diga como erradicar a pobreza e não como manter a pobreza, sobrevivendo com o Bolsa-Família, que defende ser necessário, mas reconheço não ser suficiente? Esmola também é necessário, mas não é suficiente. Qual é o candidato que está trazendo a proposta de transformar o Bolsa-Família de tal maneira que seja um instrumento de transformação, e não um instrumento de assistencialismo, como, aliás, era quando foi concebido sob o nome de Bolsa-Escola, se viesse acompanhada de fato da escola?

O nome Bolsa-Escola não foi leviano, foi porque compunha as duas coisas: a bolsa para sobreviver e a escola para crescer, para ascender socialmente. Ao tirar a palavra "escola" e deixar "família", ficou só um item. É um programa de manter, e não de ascender na escada social. E a cota na universidade não vai permitir ascensão, porque só poucos vão poder beneficiar-se delas. É isso que está por trás da demagogia de dizer que é um programa transformador. A cota é necessária como a bolsa, mas nenhum dos dois é transformador, nenhum dos dois beneficia a totalidade da população.

Pouquíssimos vão receber a possibilidade de entrar na universidade, porque é limitado o número de pessoas que necessariamente precisam ter o curso superior, inclusive. Não podemos imaginar todos os brasileiros sendo médicos. Precisamos, sim, imaginar que todo brasileiro tenha acesso a um médico, mas a idéia, muda-se. Propõe-se o que não é fundamental e

o que não é possível para não garantir o que é necessário e substancial.

Qual é a proposta do próximo Presidente para que a gente tenha o fim da corrupção? Esse debate a gente tem de fazer desde as prévias. Não é apenas como prender pessoas corruptas, mas como fazer com que não haja corruptos neste País ou, se houver, que ele não consiga exercer a atividade dele. O bom governo, o bom sistema é aquele capaz de conviver até com corruptos, mas eles não serão capazes de exercer a corrupção. A gente não tem pensado isso.

A gente tem pensado na atividade do Ministério Público como a de, depois da corrupção feita, prender alguns que, graças ao sistema judiciário falho, terminam soltos, se tiverem dinheiro para pagar um bom advogado, pelas falhas nas tecnicidades que ele descobre.

Qual é o programa, Senador Mão Santa e Senador Mozarildo, dois médicos, para a saúde neste País? Quando é que a gente vai ter um Presidente que traga uma proposta nítida, clara, em vez de simples, como continuar um sistema chamado SUS, que foi um avanço, mas que não está resolvendo o problema fundamental da saúde, está longe de resolver o problema fundamental da saúde? Algo tem que ser modificado. E a gente tem idéia: o fundamental para mudar o sistema de saúde não está no sistema de atendimento à saúde, está no sistema de prevenção, está no sistema de investimento para valer em água, em esgoto e na educação das pessoas, porque, quanto mais educada, sabe-se, menos risco de doenças se tem, salvo aquelas que só Deus é que explica por que elas existem. A maior parte das doenças que temos neste País é por falta de comida, é por tomar água suja, é por pisar em porcaria e contaminar-se, não é porque Deus provocou, deixou que acontecesse, a natureza trouxe uma das doenças mais graves.

Qual é a proposta para a educação, inclusive? É a idéia de cotas ou é a idéia da revolução? A revolução precisaria de duas coisas: uma carreira nacional do professor e um programa federal de qualidade em horário integral das escolas. O Senador Mozarildo citou escolas federais aqui. Esse Enem, quando saírem os detalhes, vamos ver: as melhores escolas são as escolas federais, como os colégios militares, como o Colégio Pedro II. Por que a gente não leva para o País inteiro o mesmo plano de cargos e salário dos professores do Colégio Pedro II, mas não aplicando para todos os professores de hoje, porque aí o resultado na educação não seria suficiente, mas com concursos públicos federais para escolher os novos professores dessa nova carreira? Cem mil professores por ano, escolhidos em concursos federais, recebendo um sa-

lário federal, não esses pequenos aumentos salariais que não passam de jeitinhos, mas um salto alto nos salários dos professores escolhidos em concurso federal, com preparação, com competência e com um acordo de dedicação. Um acordo de dedicação. E, ao lado disso, um programa federal de educação, aplicado e implantado pelo Governo Federal, onde esses professores trabalhariam. E aí, não pode ser no Brasil inteiro de uma vez, tem que ser por cidades escolhidas. A gente tem que escolher cidades e começar a revolução nelas. Cem mil professores atenderão 250 cidades de porte médio e 3 milhões de alunos do ensino fundamental. É aí que a gente começa, é aí que a gente faz a revolução. É essa revolução que os próximos candidatos a Presidente vão propor, ou apenas os pequenos ajustes, contra os quais não podemos ficar contra, mas que não bastam? Como o Fundef, Fundeb, merenda, piso salarial, que é um projeto de minha autoria, mas digo aqui com a maior clareza: é um jeitinho apenas, como as cotas, um jeitinho necessário, como as cotas são.

A revolução não está no piso, está na carreira nacional do magistério.

O que os próximos candidatos a Presidente vão dizer das relações do Brasil com os países vizinhos, países com os quais estamos caminhando para conflitos e confrontos por causa de Itaipu, por causa do petróleo e do gás na Bolívia, mas adiante por outras relações com países vizinhos que se chocarão com os interesses brasileiros? Qual é a proposta? É a proposta de avançar mais radicalmente na integração ou é a alternativa de levar a um confronto, inclusive com dimensões militares um dia? E quero ouvir isso dos candidatos, mas, para ouvir isso dos candidatos, nós precisamos ouvir os candidatos, e, se o processo da próxima eleição continuar como está neste momento, nós vamos votar sem ter ouvido os candidatos. Isso é que é trágico, nós vamos entrar sem ter ouvido. Os dois grandes nomes que nós temos falando: a Ministra Dilma é a candidata do PAC, o Governador Serra é o candidato de São Paulo; nenhum dos dois está sendo candidato do Brasil, para o Brasil, com o Brasil. Qual é a proposta de cada um deles para o Brasil? E aí não só para o Brasil, para o Brasil do futuro? Essa é a diferença do País de cotas e bolsas e o País do futuro: é que cotas e bolsas são propostas para o presente, para o imediato, sem compromisso nacional, sem visão histórica de longo prazo. Nós precisamos de candidatos e de candidatas com visão de longo prazo e que abarquem toda a Nação brasileira. E isso a gente não está vendo.

Não estamos vendo no momento em que o Brasil mais precisa disso. Em 1930, com a grande crise de

1929, o Brasil precisou de um candidato desse tipo. E ele surgiu de uma forma autoritária, por uma revolução, surgiu nas armas com Getúlio Vargas, vindo do Rio Grande até o Rio de Janeiro e ali tomando o poder. Agora, estamos outra vez no mesmo momento de impasse, impasse mais profundo, porque não é só uma crise financeira, é uma crise de estrutura da produção e uma crise ecológica da mais grave profundidade.

Quais são as propostas que os próximos candidatos a Presidente vão trazer para podermos ter crescimento com equilíbrio ecológico? Quem é que está falando nisso? Qual deles está dizendo como crescer mantendo o equilíbrio ecológico? Não é manter o equilíbrio ecológico pura e simplesmente, mas não é crescer ignorando o equilíbrio ecológico. Como combinar os dois Senador Mozarildo? Qual o candidato está falando isso?

Estamos num momento de encruzilhada do futuro do País. De vez em quando a História nos reserva essas surpresas: a necessidade de uma reorientação, a alternativa da bússola e não a alternativa da pá. A pá é a alternativa de tapar o buraco, a bússola é a alternativa de virar o rumo da História do País. O Brasil continua escolhendo a pá. Por exemplo, com uma pá jogamos agora R\$8 bilhões nos bancos para que eles possam financiar a venda de automóveis. Essa é a solução da pá, essa é a quota dos bancos, essa é a cota da indústria automobilística, essa não é a revolução na matriz energética e na matriz de produção do País.

Jogamos com a pá R\$8 bilhões. Vamos voltar a vender mais carros e colocá-los onde? E pagar como os empréstimos em cem meses se os carros nem duram tudo isso?

Nós vamos precisar de um debate entre os possíveis candidatos a Presidente. E é nesse sentido que um grupo, o Senador Suplicy, eu próprio e o Deputado Gabeira estamos nos propondo a rodar o Brasil debatendo, como se fôssemos ser, sabendo que dificilmente seremos, candidatos a Presidente.

Tenho insistido que o Senador Paim deveria ser um desses também, porque o Senador traria a dimensão da raça para o debate, não para defender um Brasil para os negros, mas para defender um Brasil de todos com os olhos de negro que o senhor tem, como fez Obama. Obama não trouxe uma proposta para os negros; trouxe uma proposta para os Estados Unidos na ótica de um cidadão da raça negra. Nós estamos nos propondo a isso.

Algumas universidades já se propuseram a sediar esses debates: a Universidade Cândido Mendes; a Universidade de Pernambuco; a Universidade do Paraná, ainda indiretamente, através de um importante professor que vai levar a idéia ao reitor; e um blog, o

Blog do Noblat, que se propôs a transmitir ao vivo os nossos debates. Depois que entra um blog, todos os outros virão.

Á teremos uma coisa inédita neste País: quase dois anos antes das eleições, pessoas, e estará aberto para todos, farão debates. Senador Mozarildo, seria bom o senhor vir, trazer a sua visão para a Amazônia, que é diferente da de muita gente; é a visão do Brasil, para o Brasil, na ótica da Amazônia. Seria bom que outros viessem. Cada debate pode ser de outro; podemos ter até diversos debates em lugares diferentes, com possíveis candidatos alternativos. E todos nós sabendo que, sem a máquina do partido, a gente termina sem ser candidato, mas que prestou o serviço que o País precisa. O País que vai ter que escolher entre o futuro de bolsas e cotas ou o futuro de transformação profunda para não necessitar nem de cotas nem de bolsas. Esse vai ser o desafio do futuro: o País do jeitinho ou o País da revolução; o País das bolsas e das cotas ou o País da transformação social.

O grande momento da democracia é quando a gente escolhe um presidente. Que Deus nos proteja para que a próxima eleição permita esse debate, porque, senão, vamos ter mais oito anos talvez, se continua a reeleição, do mesmo, com diferentes nomes na presidência, com diferentes siglas partidárias à qual ele pertence, mas exatamente, repetido monotonamente, o mesmo: cotas e bolsas no lugar do Enem, no lugar de o Enem chegar à nota oito. Isso é que deveria ser um projeto, mas isso não estamos vendo ainda. Creio que cada Senador deveria fazer parte desse esforço de debater o futuro do Brasil, como se cada um daqui fosse candidato a presidente, porque cada um daqui tem direito a se considerar em condições de disputar uma eleição dessas porque não foi à toa que cada um chegou aqui.

Sr. Presidente, peço licença para passar a palavra ao Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Cristovam, ouvi atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, que demonstra, como sempre, que é um homem que tem antevisão, quer dizer, tem visão de futuro. E, quando propõe já, fico surpreso em saber que já existe até um pacto entre V. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy e o Deputado Gabeira de começar esse debate nacional. Parece muito cedo dois anos antes, mas não é, não. V. Ex^a tem razão. O método de eleições primárias nos Estados Unidos, no qual a discussão começa antes, internamente, no partido, leva justamente a esse aperfeiçoamento, a essa visibilidade das idéias de cada candidato. Nós, no Partido Trabalhista Brasileiro, temos planejado para o ano que vem executar seminários regionais e depois um

grande seminário nacional, para discutir exatamente o novo trabalhismo. Trabalhismo não é apenas defesa pura e simples do trabalhador, mas tratar da relação entre o empregador e o trabalhador. Não existe trabalhador sem empregado. Todos esses aspectos que V. Ex^a colocou são fundamentais. Temos que pensar justamente no pós-Lula, o que implica pensar nos pós-bolsas, pós-cotas, pós-SUS, como V. Ex^a colocou muito bem. Foi um modelo útil até aqui? Foi. Mas eu acho que é um modelo, não diria totalmente esgotado, grandemente esgotado, que tem que ser melhorado, aperfeiçoado no pós-luta de classes. Temos que sonhar este País em que realmente exista condições para que cada um, independente da raça, da cor, do credo, da região onde viva, tenha direito à igualdade de oportunidades, igualdade de condições de estudo, de trabalho, de poder viver com a sua família, liberdade para poder expressar e fazer o que quiser. Acima de tudo, que possamos ser realmente um País fraterno, fraterno de fato, em que um, como diz a própria Bíblia, ame o próximo como a si mesmo e em que possamos nos tratar como irmãos e, portanto, possamos ter um País melhor. Louvo muito a idéia de essa discussão começar logo, porque, senão, como disse V. Ex^a, vai ficar apenas nos conchavos dentro dos partidos: partido “A” começa a discutir quais os possíveis candidatos; partido “B” verifica se tem candidato ou se coliga com outro partido que tenha um candidato mais forte, e a discussão fica apenas nisso. Depois, como muito bem observou V. Ex^a, o candidato vai apenas seguir um *script*, feito por pessoas ditas marqueteiras, e há pessoas de todas as especialidades – nada contra os marqueteiros –, mas que, na verdade, vamos ter o candidato dizendo o que indica a pesquisa, o que o povo quer ouvir. Isso é realmente um sofisma. Não se faz transformação dessa forma. Por isso, quero louvar a idéia de V. Ex^a. O meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, vai fazer esse seminário. Isso não impede que também nos empenhemos nesse debate que V. Ex^a propõe por entender muito importante. V. Ex^a falou que eu tenho uma visão da Amazônia diferente de muitos. A minha visão é a de quem nasceu, vive e realmente pensa a Amazônia de maneira integrada ao Brasil, diferentemente de muitos que vivendo em Ipanema, ou na Av. Paulista ou, e principalmente, no exterior querem impor uma visão de Amazônia, que não é a realidade dos 25 milhões que lá vivem. Parabenizo V. Ex^a pela idéia. Temos, sim, diria que todos os partidos, de nos envolver de maneira séria. Se os partidos não se envolverem, ou se não quiserem se envolver, que se envolvam figuras como V. Ex^a, como o Senador Paim, como o Senador Mão Santa nessa discussão nacional, para mobilizar a opinião pública

nacional para a importância de termos um próximo Presidente que seja capaz de levar o País para esses pontos que levantei: um país onde haja liberdade, igualdade e fraternidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –

Muito obrigado, Senador. Quero dizer que o senhor tocou em dois pontos fundamentais, a idéia de luta de classes, que precisamos superar, e a idéia de fraternidade, que é o oposto.

Fico muito feliz, até porque acho que, de fato, o conceito de luta de classes, baseado na renda, na posição proletária ou burguesa, está superada. Hoje, um grande engenheiro de uma fábrica tem o mesmo padrão de vida do dono da fábrica e, às vezes, com menos preocupações. A qualidade de vida de um operário altamente qualificado não está muito distante da qualidade de vida da do patrão, e com menos preocupação também, salvo segurar o seu emprego numa crise como essa. Mas, para mim, continua havendo uma luta de classes. É a luta entre quem tem e quem não tem conhecimento. Talvez valesse a pena até tirar a palavra “classe”: é uma disputa entre quem tem e quem não tem conhecimento, porque, quem não tem conhecimento, fica para baixo. E é um processo natural de fluxo de trabalho de quem não tem informação em benefício de quem tem informação.

Na minha vida acadêmica, círculo muito por aí, e os professores universitários franceses, europeus, sempre me falam que nós reclamamos do salário, no Brasil, mas nossas casas são muito maiores que as casas deles. E eu sempre expliquei da maneira mais simples: é que o nosso salário, aqui, de professor universitário é menor que o salário de um francês. Mas a diferença do nosso salário de professor universitário brasileiro para o pedreiro brasileiro é muito maior do que a diferença do salário do professor universitário francês para o pedreiro francês.

E como aqui a desigualdade é muito grande, a gente pode contratar tantos pedreiros quanto queira para fazer as casas grandes onde vivem os nossos professores; maiores do que as casas francesas. Essa desigualdade entre o salário do professor universitário e o do pedreiro, no Brasil, vem da falta de formação do pedreiro no Brasil. Do fato de que não terminaram o 2º Grau; do fato de que não são capazes de se organizar de uma maneira plena; do fato de que eles utilizam técnicas mais novas, do que os nossos não são capazes, e, com isso, a produtividade deles é maior. E aí o salário deles é maior e a desigualdade é menor. É no conhecimento que está a desigualdade hoje. É no conhecimento que está a disputa hoje, para não chamar de luta de classes. Não dá para chamar luta

de classes, mas dá para chamar luta entre desiguais no acesso ao conhecimento.

E a fraternidade, viria de onde? Da escola, que é o lugar onde a gente faz com que todos tenham a mesma oportunidade. E mesmo aqueles que não chegam lá no topo da carreira acadêmica – porque não podem chegar todos; não há como – não vão ficar muito distantes; não vão ser analfabetos. Vão terminar o 2º Grau. Vão ter um curso técnico, com competência.

Agradeço, Senador Mozarildo, e concluo o meu discurso, aproveitando a presença do Senador Arthur Virgílio, para dizer que falei que, nesse debate que queremos fazer por aí, Senador Arthur Virgílio – temos pelo menos três –, o senhor tem mais do que competência e qualificação para fazer esse debate sobre para onde levar o Brasil. Mais do que isso: o senhor – e fiquei muito feliz –, faz alguns meses, disse que era candidato a candidato, a candidato, pré-candidato à Presidência – como eu me considero também. Sabemos que vai ser difícil sermos. Era bom ter uma figura com a competência, com a experiência e com a respeitabilidade do Arthur Virgílio nesses debates. Circulemos por aí. Não precisam ser os mesmos, nas mesmas universidades. Podem haver dois, três debates na mesma noite em diferentes universidades, pessoas diferentes, cada um deles dizendo: “Eu quero servir ao meu País, ajudando a conduzi-lo, nesse momento gravíssimo, nessa encruzilhada fundamental que a gente vive, para saber se vamos continuar a ser um País de bolsas e cotas, ou se vamos ser um país de soluções permanentes”. Então, fica aqui o convite em nome dos outros, se o Senador Arthur Virgílio quiser também participar, rodarmos este Brasil, debatendo o Brasil pós 2010.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Pois não, Senador Cristovam. V. Ex^a tem razão. Eu percebo o significado desse seu pré-lançamento. E V. Ex^a, com muita sinceridade, diz que o que menos importa é o resultado final, e o que mais importa é o durante, é o que se pode fazer pelo País, inclusive fazendo eventuais vencedores das eleições incorporarem idéias que nasçam desse debate.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Exatamente.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a pode, perfeitamente, contar comigo. Sou um homem de partido, me curvarei sempre ao que o meu partido quiser, mas entendo que posso cumprir meu papel, e devo cumprir meu papel de chamar a atenção para a problemática dos Estados da periferia brasileira, para a questão da Amazônia, que é uma região tão estratégica e tão ignorada pelos brasileiros de um modo geral, e gravemente ignorada por dirigentes brasileiros do mais

alto coturno, do mais alto calibre. Então, vejo que não se perde nada indo ao debate: o Brasil ganha. Portanto, parabenizo V. Ex^a pelo discurso e pela decisão que acaba de anunciar. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço-lhe também. Fico feliz, porque tenho sempre escutado seus pronunciamentos e vejo a procura de dar encaminhamento e soluções.

Da mesma maneira, acho que o movimento negro deveria trazer propostas para o dia em que não sejam necessárias quotas – até defendendo quotas hoje –, mas dizendo que a minha proposta é para que não sejam mais necessárias. Creio que a Amazônia também deve ser vista, não, de uma forma protecionista do resto do Brasil para com ela, mas ela como parte da Nação brasileira, encontrando o seu destino como região, parte da grande Nação brasileira.

Sr. Presidente, era isso que queria falar.

Para concluir, quero dizer que a sua sugestão feita esta manhã para se fazer uma vigília pela educação, conte comigo V. Ex^a, que tem experiência em vigília. Vamos trabalhar para saber como que se organiza uma vigília pelo Brasil, por meio de uma revolução na educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam Buarque!

Com certeza, vamos organizar, juntos, essa vigília. E todo o Brasil vai ganhar com esse bom debate que faremos aqui no Senado da República.

Parabéns a V. Ex^a!

Passamos a palavra, por permuta com Senador Mão Santa, ao Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a dispõe do tempo necessário para o debate, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Mão Santa pela permuta, ele viaja uma hora depois de mim. Mas serei breve mesmo. V. Ex^a vai conhecer o meu poder de síntese em homenagem a V. Ex^a

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Lembro o Pai-Nosso, que foi feito em um minuto; o Sermão da Montanha, em três; e Winston Churchill ganhou a guerra, dizendo apenas o seguinte, no Congresso: “eu vos ofereço trabalho, sangue, suor e lágrima”, foi-se embora e ganhou a guerra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É isso mesmo, Senador. Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, mais uma vez.

Sr. Presidente, encaminho voto de aplauso à professora Ylza Vieira Honório, que completou, este mês, 90 anos de vida, a maior parte, esmagadoramente a maior parte dessa brilhante vida dedicada ao Magistério.

Foi minha professora. É mãe da Engenheira Química Ilsa Maria Honório Valois, que é casada com o jurista, ex-Vice-Prefeito de Manaus e ex-Prefeito Interino de Manaus, Felix Valois Coelho, foi meu Vice-Prefeito, é um dos maiores penalistas deste País e faz parte, inclusive, da comissão de juristas do Senado que estuda a reforma e a atualização do Código de Processo Penal. Ela é avó de Luiz Carlos Coelho Valois, Juiz de Direito brilhante; Lucíola Valois Coelho, Promotora competente; Alfredo de Valois Coelho, Médico conceituado e Lúcia Valois Coelho, Advogada de muito conceito na cidade de Manaus.

Como se vê, a minha professora gerou uma boa família junto com seu falecido marido, Lauro Honório, que era comerciante e proprietário de um escritório de exportação no Amazonas.

Sr. Presidente, peço que os *Anais* da Casa aco-
lham os seguintes editoriais: do jornal **O Globo** in-
titulado “Exemplo”; do **Jornal do Brasil**, “O grito de
alerta do Senado”; do jornal **O Estado de S.Paulo**,
“Garibaldi redime o Senado”; e da **Folha de S.Paulo**,
“MP devolvida”.

Está mais do que aprovada pela opinião pública a decisão do Presidente Garibaldi Alves de dar, através de um gesto extremo, um basta a essa mazorca com que são tratadas as medidas provisórias na relação do Governo Federal com o Congresso Nacional.

Ainda, Sr. Presidente, registro aqui – e o **Jornal da Câmara** faz isso muito bem – e gostaria de colocar, portanto, nos *Anais* da Casa, ao meu modo, o fato de que meu jovem conterrâneo, Denis Freitas de Araújo Neto, de 17 anos de idade, foi eleito, com 35 votos, Presidente do Parlamento Jovem, derrotando a muito articulada Carla Aparecida e a Pâmela também, outras jovens que demonstram vocação para a vida pública. Desejo uma feliz trajetória a essas pessoas tão queridas e tão futuras e parabenizo, mais uma vez, o meu companheiro correligionário Lobbe Neto por ter tido a iniciativa de propor a criação do Parlamento Jovem.

Sr. Presidente, um registro triste. Pelo segundo ano consecutivo, a rede pública do seu Estado, o Rio Grande do Sul, é considerada a melhor no Enem – Exame Nacional do Ensino Médio –, mas o meu Estado, rico pela Zona Franca de Manaus e pobre pelo caráter corrupto do governo que lá está instalado, é o antepenúltimo no ensino público; é o 25º. Há ainda mais dois infelizes Estados que estão em situação pior que o Estado do Amazonas. Estamos aqui vendo uma relação muito clara entre corrupção e baixa qualidade do ensino público.

Sr. Presidente, ainda ressalto um pronunciamento que vai junto com a reportagem de Eduardo Geraque, na **Folha de S.Paulo**, intitulada “Amazônia some com

50% de desmate". Ou seja, não precisa desmatar a Amazônia inteira para ela virar um deserto. Com mais 30% de desmatamento, ela atinge 50%, percentual que muda a cor da floresta, muda a cara da floresta. Ela deixa de ser uma floresta e passa a ser uma vegetação de outro tipo. Então, não precisa, Senador Mão Santa, desmatar tudo. Desmatando até certo ponto de desequilíbrio, vamos ter problemas graves.

Tenho aqui um pronunciamento em que exalto a voz dos cientistas que participavam, até ontem, da Conferência Amazônia em Perspectiva, realizada em Manaus.

As duas matérias estão muito em conformidade uma com a outra.

Ainda, Sr. Presidente, neste **pot-pourri** – sexta-feira é um dia em que me dedico muito a fazer isso quando permaneço em Brasília –, há outro assunto.

Entre as “Mulheres do Ano 2008” escolhidas pela conhecida revista feminina norte-americana **Glamour**, está a menina, a criança Nujood Ali, de apenas 10 anos de idade, que ganhou notoriedade ao repudiar os costumes tribais da civilização que a rodeia num país de origem árabe. Admiro muito a valentia dos árabes e a tradição que fincam no Brasil, de construção, de trabalho e honradez. Mas o fato é que esses costumes tribais foram repudiados com ela, que, aos 9 anos, estava obrigada a se casar com um homem que tinha o triplo da sua idade, que a agredia e a obrigava a fazer sexo. Ela, então, com muita coragem, aos 10 anos, levou esse caso à Justiça, numa decisão inédita no Iêmen, que não reconhecia esse direito a uma menor de idade nem a uma mulher. Então, aqui exalto uma figura como Nujood, que, de repente, está ao lado de mulheres como a grande atriz Nicole Kidman e as grandes pessoas públicas que são Hillary Clinton e Condoleezza Rice, talvez com mais merecimento do que todas as demais.

Sr. Presidente, quero cumprir estritamente com o Senador Mão Santa o meu compromisso. Aqui vêm os meus cumprimentos à campanha “16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, em lançamento nacional.

O **Jornal do Senado** traz muito bem essa idéia junto com a exigência de aplicação severa da Lei Maria da Penha, que pune quem agride mulher, seja a companheira ou quem quer que seja. O ser humano não foi feito para ser agredido, mulher muito menos.

E, junto a isso, a cobrança que faz o Senador Malta de o Presidente Lula sancionar, com rapidez, o projeto de lei contra a pedofilia aprovado aqui no Congresso Nacional, Câmara e Senado, cada um pela sua vez.

Trago, em cima desse gancho, uma denúncia muito triste, da qual tinha conhecimento há muitos dias, mas não quis me antecipar aos jornais: o Prefeito do Município de Coari, no Estado do Amazonas, um Município rico cujo prefeito é criminosamente apadrinhado pelo Governador do Estado, Município rico de povo pobre, vive dos **royalties** petrolíferos e agora vai viver de **royalties** do gás, quando ficar pronto o gasoduto Coari-Manaus, esse cidadão é acusado de ter estuprado uma menina de 12 anos de idade. O caso está na Polícia Federal, que é muito bem dirigida pelo Dr. Sérgio Fontes, do Estado do Amazonas.

Peço que os **Anais** acolham também um debate que houve na Assembléia Legislativa envolvendo, ambos no mesmo lado, o Deputado Luiz Castro, do PPS, e a Deputada Vera Castelo Branco, condenando a atitude do prefeito, que se defende. Quando se deu a Operação Vorax, uma das acusações era de roubo de dinheiro público muito claramente. Foram encontrados R\$10 milhões no forro de um casebre, com caixinhas de banco, tudo muito bem acondicionado. E a lógica da quadrilha, Senador Eurípedes, era: quem é que vai procurar milhões de reais num casebre? Ninguém. Mas o fato é que chegaram ao casebre e acharam R\$10 milhões. Quantos outros casebres não estariam escondendo dinheiro dessa quadrilha? E mais: helicópteros e aviões para cá e para acolá, levando meninas, na maioria menores de idade, ligadas a tal agência Megamodels, de modelos. Um dos sócios da agência está preso – não sei se ainda está, talvez esteja solto, até porque estaria sendo trabalhada nele a idéia de virar testemunha protegida para ter uma diminuição de sua pena, contando o que sabia dessas atividades criminosas. O fato é que meninas muito pobres, menores de idade, serviam para deleite de corruptos muito ricos e muito desavergonhados. Helicóptero para cá e para acolá cruzando os céus do meu Estado, e nós percebendo essa oportunidade rara de desenvolver uma cidade, que seria a aplicação correta dos **royalties** petrolíferos, sendo dilapidada nas fortunas espúrias, nos gastos absurdos, enfim.

E eu aqui revelo uma estranheza, porque o vice-prefeito, que hoje é prefeito eleito, foi preso, secretários desse Município foram presos, e eu não sei por que esse prefeito não foi. Há mistérios que pode ser que a ciência do Direito explique. Mas vejo a ligação dele muito forte com o Governador do meu Estado, uma ligação muito forte, esquisita, meio de sócios.

Manaus estava sendo lesada, Senador Paim, em alguma coisa tipo R\$3,5 milhões por mês, a preços de hoje, e o dinheiro ia para Coari. Coari não precisa de mais dinheiro, tem muito; precisa é de prefeito que não assalte seus cofres.

O Prefeito eleito, o ainda Prefeito, eu próprio, um Deputado Federal e três Vereadores fomos assistir à sessão do STJ que devolveu a Manaus o direito de receber aquilo que lhe era devido a título de rateio de ICMS.

Estou pedindo intervenção federal no Estado – não é desestabilizadora a intervenção, não é para tirar o Governador do Estado do poder, nada disso, não. É para obrigar-lo a cumprir, a dar publicidade à receita do ICMS, o que recebe de ICMS, para que cada Município saiba o que lhe cabe, senão fica uma caixa-preta e dá no que deu. Interessa-lhe ajudar à quadrilha de Coari, manda dinheiro a mais para o Município de Coari, prejudicando Municípios menores, e Municípios menores que podem muito bem ser compensados por aqueles 75%. Setenta e cinco por cento têm que ser, inflexivelmente, de acordo com o cálculo, mas 25% ficam aí ao bel-prazer do Governador. E o Governador poderia fazer um equilíbrio: “Município pequenininho, Japurá, Anori, prejudicados, então vou equilibrar a favor deles, legislando nesses 25%”.

Muito bem, Manaus tem mais de R\$200 milhões para receber de acumulado por todo esse tempo de lesão que vem de 2005 para cá.

E o fato é que esse prefeito de Coari, ao qual não faltou dinheiro para resolver problemas, esse homem não sai das páginas policiais. Não sai. Não sai. E agora algo nojento, envolvendo uma menininha de 12 anos de idade. E eles dizendo uma coisa pior, Senador Paim: que o pai levaria a criança para esse monstro. E mais, aquela velha história de sempre botar a culpa no mais fraco: “Ah mas ela já seria prostituída”. Quer dizer, ele governa uma cidade, a menina já seria prostituída, então ele acha bonito uma cidade que ele governa ter...

SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Entre as “Mulheres do Ano 2008”, escolhidas pela conhecida revista feminina norte-americana **Glamour** – editada também em vários outros países – estão duas iemenitas até há pouco praticamente desconhecidas.

Uma delas, Nujood Ali, de apenas 10 anos de idade, ganhou notoriedade e as páginas dos mais importantes jornais e revistas do impressionantes.

O primeiro, horripilante, mas corriqueiro em culturas tribais árabes, é que aos nove anos fora obrigada a casar-se com um homem que tinha o triplo da sua idade e que a agredia e a obrigava a fazer sexo; o se-

gundo – e este é para nos alegrar – é que ela levou o caso à Justiça e rapidamente obteve o divórcio, numa decisão inédita no Iêmen, que não reconhecia esse direito a uma menor de idade.

A outra mulher que mereceu homenagem da revista é Shada Nasser, uma das advogadas mais respeitadas do Iêmen e notória lutadora pelos direitos humanos. Ela é que, de graça, defendeu a menina Nujood.

As duas figuram ao lado de mulheres como Nicole Kidman, Hillary Clinton e Condoleezza Rice e outras, na lista elaborada pela revista.

O fato mostra a triste situação ainda vivida pela mulher em várias partes do mundo. No Iêmen, segundo informações da imprensa, a lei estabelece a idade mínima de 15 anos para o casamento, mas costumes tribais e interpretações do Islam não a observam. País, vivendo em condições miseráveis, arranjam casamentos para filhas ainda crianças.

O caso de Nujood teve final feliz – se é que se pode considerar final. Ela conseguiu uma coisa inédita: o divórcio. Está voltando à escola, que era o que ela mais queria e da qual fora afastada para casar-se. Não foi fácil a conquista. Ela primeiro procurou o apoio da mãe contra os maus tratos que sofria, mas foi repreendida por não estar se sujeitando ao marido. Uma tia é que lhe deu apoio, orientou-a a procurar a Justiça e lhe deu o dinheiro para a condução. E ela teve a sorte de seu caso chegar aos ouvidos de uma excelente e heróica advogada. Livrou-se do sofrimento, de ter de deixar de brincar no jardim para atender às exigências do marido ou de tentar, inutilmente, fugir dele pelos cômodos da casa. Está de volta aos bancos escolares, pode voltar a brincar e a divertir-se com as amigas. Mas quantas outras meninas, no Iêmen e em outros países, estão vivendo situação semelhante à de Nujood, sem poder, como ela, livrar-se dos sofrimentos e humilhações?

Felizmente, no Brasil, não temos casos horripilantes como esse e temos avançado bastante na defesa dos direitos da mulher, como foi o caso, recente, da aprovação da Lei Maria da Penha. Mas fica aqui nosso indignado protesto contra essas práticas tribais e desumanas que ainda se vêem pelo mundo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Há momentos em que a luz vermelha, ou, ao menos a amarela, dá sinal de perigo.

Hoje, acendeu luz amarela para uma advertência quanto ao futuro da Floresta Amazônica, da própria Amazônia, por consequência.

Dessa vez, não estamos diante de nenhuma dança de números e cifras de órgãos públicos, que, não raro, procuram, se não esconder, tentam dificultar a leitura da verdade em tomo da nossa mais estratégica região.

A verdade chega hoje pela voz de cientistas, que, até ontem, participaram da Conferência A Amazônia em Perspectiva, realizada em Manaus.

Leio, agora, o resumo do relatório desse encontro de cientistas, antes dizendo que, entre cientistas e órgãos públicos que fingem cuidar da Amazônia, fico com os cientistas.

Eis o resumo, trágico para o meu Estado,

Desastroso para o Brasil, danoso para o mundo:

"A Floresta Amazônica deixará de existir se mais 30% dela forem destruídos."

Na mesma linha dessa previsão, um estudo feito em 2006, pela Universidade Federal de Minas Gerais, adverte:

A Floresta Amazônica, de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, já perdeu 20 por cento de sua cobertura vegetal. Nesse ritmo, vai chegar a 50 por cento.

Senhoras e Senhores Senadores,

Está na hora de uma definição. Ou o País adota providências de peso ou vamos ficar sem a Floresta Amazônica.

Encerro, pedindo a transcrição nos Anais do Senado de notícia sobre o fato a que acabei de fazer referência, publicado nos jornais que circulam hoje.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, Inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

Amazônia some com 50% de desmate

Modelo pioneiro do Inpe que relaciona clima e vegetação indica que savana empobrecida se instala no lugar da floresta

Segundo pesquisador, corte adicional de 30% na área da floresta empurraria a vegetação a novo estado, no qual a mata não voltaria

EDUARDO GERAQUE
DO ENVIADO ESPECIAL A MANAUS

A floresta amazônica deixará de existir se mais 30% dela forem destruídos. A afirmação foi feita ontem em Manaus, durante a conferência científica Amazônia em Perspectiva. "O número agora está consolidado. Se 30% de toda a Amazônia for desmatada, um novo estado de equilíbrio vai existir no bioma", afirma Gilvan Sampaio, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Hoje aproximadamente 20% de toda a floresta amazônica, que tem mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, já sumiram. "No Brasil, esse número está ao redor de 17%".

Ele pode chegar aos 50% até o meio do século. Um estudo de 2006 da Universidade Federal de Minas Gerais prevê que, se o ritmo de corte não continuar, quase metade da floresta que sobra hoje tombará até 2050.

O novo modelo desenvolvido pelo pesquisador não considera mais a vegetação como algo estático, como ocorria nos estudos apresentados anteriormente. "Desta vez, existe uma espécie de conversa entre o clima e a vegetação", afirma Sampaio, que havia publicado uma versão anterior de seus modelos no ano passado.

De acordo com o estudo, que analisa a situação da floresta num intervalo de 24 anos, a região leste da Amazônia ainda é a mais sensível. Como o clima depende da vegetação, e vice-versa, a ausência de árvores na parte oriental da Amazônia fará com que as chuvas diminuam até 40% naquela região. "As pessoas têm a idéia de que a floresta cortada sempre se regenera, mas nesse novo estado de equilíbrio isso não deve mais ocorrer, pelo menos no leste da floresta."

O estudo também mostra que a geografia do desmatamento pouco importa para que o ponto de não-retorno da floresta seja atingido. "A questão é quanto você tira e não de onde". Se países como o Peru e a Venezuela, onde a situação da floresta é melhor hoje, começarem a desmatar muito, todo o bioma estará em perigo.

A consequência desse novo equilíbrio ecológico será bem mais impactante no lado leste. Sem chuva, a tendência é que toda a região vire uma savana pobre. "Não é possível fazer em cerrado, porque ele é muito mais rico do que a capoeira que surgiria na Amazônia."

O oeste amazônico, entretanto, onde estão o Amazonas e Roraima, continuariam a ter florestas, mesmo nessa nova realidade climática. "A umidade continuaria a ser trazida do Atlântico pelo vento", diz.

O desafio brasileiro para impedir que a floresta entre em um novo estágio evolutivo parece até fácil de ser resolvido -no papel. Dos 5 milhões de hectares da Amazônia que estão dentro do país, 46% são protegidos por lei. Mas, na prática, a preservação dessas regiões não é integral.

Uma prova clara disso foi dada ontem também na conferência de Manaus. Dados apresentados por Alberto Setzer, também do Inpe, mostram que entre 2000 e 2007 os satélites registraram focos de incêndio em 92% das unidades de conservação da Amazônia. "Isso me deixa consternado", diz Setzer.

Em Roraima e Tocantins, 100% das áreas de proteção ambiental tiveram incêndios. "Muitas dessas unidades de conservação não têm nem meios para combater o fogo", afirma o pesquisador.

O sumiço de parte da floresta amazônica terá consequências imediatas para o Nordeste. "A tendência de desertificação vai aumentar bastante", diz Sampaio. O grupo do Inpe ainda estuda as consequências da possível nova Amazônia para as demais regiões do Brasil.

Pelo 2º ano, rede pública do RS é a melhor no Enem

Notas da parte objetiva, entretanto, foram 23% inferiores às do ano passado

No desempenho geral, contando escolas públicas e privadas, o Estado de São Paulo saltou duas posições, de oitavo para sexto

ANGELA PINHO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Os dados do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) divulgados ontem mostraram que o Rio Grande do Sul, pelo segundo ano consecutivo, tem a melhor rede pública de ensino médio do país. Ainda assim, em média, os estudantes do Estado não conseguiram acertar nem metade da prova.

Apesar do resultado, o desempenho dos estudantes da rede pública do RS caiu 23% em relação ao ano anterior. Na parte objetiva da prova, composta por questões de múltipla escolha, os alunos do Estado acertaram 42,12 pontos (de cem), contra 54,61 pontos, no exame passado.

Na redação, entretanto, a nota subiu 3,5%, passando de 59,74 pontos para 61,84 pontos – de outros cem pontos.

Já Alagoas ficou com a pior rede pública do país, roubando o posto de Tocantins. Os estudantes de AL fizeram, em média, 31,76 pontos na parte objetiva e 57,26 na redação. No ano anterior, as médias foram 42,58 e 52,06, respectivamente.

O melhor desempenho geral, considerando as notas da parte objetiva, assim como em 2007, foi o do Distrito Federal. São Paulo saltou duas posições, passando de oitavo para sexto.

A Secretaria Estadual de

Educação de São Paulo, por meio de sua assessoria, comemorou o avanço e disse esperar resultados melhores com a adoção de ações para o ensino médio, como a instituição de 42 dias do ano letivo para recupe-

ração de aprendizagem.

Queda geral

Houve, porém, queda nas notas de todos os Estados. A média nacional nas questões de múltiplas escolha caiu 23%, de 52,47 para 40,54.

A queda geral das notas pode estar relacionada ao grau de dificuldade da prova deste ano. De acordo com professores ouvidos pela Folha no dia do exame, o Enem de 2008 foi mais trabalhoso e denso do que os dos anos anteriores.

"Havia enunciados gigantescos. Foi uma prova mais densa e cansativa", disse à época a coordenadora do Cursinho da Poli, Alessandra Venturi.

Se forem comparadas as notas dos alunos de escola pública com os de escolas particulares, nota-se um desempenho 34% inferior. A diferença foi de 18,8 pontos – 37,3 contra 56,1. O hiato deste ano, porém, é inferior ao registrado no ano passado, quando 20,4 pontos separavam as duas redes de ensino. Naquele ano, porém, a comparação foi feita entre alunos que estudaram durante todo o ensino médio na mesma rede de ensino. Em 2008, foi considerada a diferença só da rede pela qual o aluno concluiu o curso.

O MEC também aponta que não se pode comparar duas edições do Enem, pois o grau de dificuldade das provas varia, segundo o ministério.

O presidente do Inep (Instituto de que divulgou os dados do Enem), Reynaldo Fernandes, diz que é preciso cautela ao comparar a escola pública e privada, já que alunos com melhor nível socioeconômico tendem a ter mais chance de obter melhor desempenho.

O Enem deste ano avaliou 2,9 milhões de alunos. Os participantes podem conferir o resultado no site do Inep (www.inep.gov.br).

OS MELHORES NO ENEM

Alunos do DF tiveram melhor nota média no exame

MÉDIA GERAL (prova objetiva)	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA
---------------------------------	-----------------	-----------------

UF	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota
DF	45,39	2	41,11	1	61,90
RS	43,42	1	42,12	10	53,42
RJ	43,29	7	38,96	7	55,50
SC	43,13	3	40,43	6	56,92
SP	43,01	6	39,02	3	58,50
MG	42,68	4	39,61	2	60,12
ES	42,59	8	38,13	5	57,11
PR	42,33	5	39,43	4	58,21
GO	39,30	10	35,97	9	54,09
PE	38,71	15	33,75	11	49,95
MS	38,00	9	36,08	17	50,78
RN	37,14	14	33,78	14	53,28
MT	37,05	13	34,70	19	51,81
CE	36,28	17	33,27	12	50,69
RO	36,26	11	35,26	21	48,78
SE	36,05	21	33,02	13	45,67
BA	35,69	20	33,06	8	51,94
PB	35,66	18	33,24	18	47,66
PA	35,57	16	33,37	20	52,67
RR	35,56	12	35,03	27	50,48
PI	35,01	26	31,81	16	45,98
AC	34,32	19	33,18	23	55,34
AM	34,14	25	32,55	22	51,38
MA	34,08	24	32,56	26	48,02
AL	33,94	27	31,76	24	56,12
TO	33,65	23	32,67	15	45,20
AP	33,48	22	32,93	25	51,65

Garibaldi redime o Senado

A respeito da Medida Provisória (MP) das filantrópicas, que já comentamos nesta página editorial, o melhor resumo seria o feito pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), quando disse que a medida “é imoral, aética, indecorosa, não obedece a nenhum preceito e, principalmente, é uma afronta ao Congresso”. Mas o fato de o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a ter “devolvido” ao Planalto é de importância maior do que o simples repúdio a um notório rebotalho legislativo, que nem os parlamentares governistas com perfis de seriedade (e os há) haveriam de aprovar.

Com essa “devolução” o presidente do Senado redime o Legislativo e sinaliza a marca de independência que pretende imprimir neste Poder, livrando-o da crônica submissão ao Executivo que nem o processo de redemocratização do País logrou reverter. Pelo contrário, aprofundou-a. O instituto da Medida Provisória, que deita raízes nos decretos-lei do regime militar, foi abrigado pela Constituição em nome da governabilidade, já que em certas circunstâncias o governo precisa tomar medidas urgentes que não podem ficar na dependência de debates legislativos às vezes intermináveis. Mas a Constituição estabelece as condições que facultam a adoção das MPs no artigo 62, que reza: “Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.” Portanto, relevância e ur-

gência são essenciais ao mecanismo das MPs. Só que a enxurrada constante e cada vez mais caudalosa dessas “leis” provenientes diretamente do Executivo vem engolofando a independência e com ela a dignidade do Parlamento – não só no governo Lula, mas também nos que o antecederam.

Desde que assumiu a presidência do Senado, depois que a Câmara Alta havia se submetido ao longo e doloroso processo de desmoralização causado por seu ex-presidente Renan Calheiros (PMDB-AL), Garibaldi Alves Filho desenvolveu um esforço de recuperação da ima-

federais deixar que o governo assumisse a responsabilidade de disciplinar matérias até eleitoralmente impopulares. Garibaldi foi além das muitas críticas que fez às MPs e assumiu a responsabilidade – e o precedente – de devolver uma delas ao governo. Diga-se, aliás, que escolheu bem a primeira MP a ser devolvida, a 446 das filantrópicas – algo não feito desde 1989. Poucas MPs mereceriam tanto quanto esta o apelido de “Proposta Indecente”.

A reação do Planalto foi bem expressa pelo ministro de Relações Institucionais, José Múcio, nestes termos: “Não estávamos preparados para um gesto político e inusitado como este. (...) Eu tinha informações de que isso aconteceria, mas não acreditei. Em 20 anos, nunca vi isso.” Quer dizer, em 20 anos, o Planalto nunca vira o Parlamento exercer, com independência, seu direito legítimo e constitucional de devolver uma Medida Provisória – não relevante, não urgente e sobre tudo imoral.

Como o presidente do Senado tomou a decisão de devolver a MP quando ela já estava tramitando – e não tão logo deu entrada no plenário da Casa –, o indefectível líder governista Romero Jucá (PMDB-RR) pode recorrer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado contra a decisão do presidente Garibaldi. É o parecer dessa Comissão que deverá ir a plenário – que deliberará ao final sobre a vigência ou não da MP 446. Esperemos que os ilustres membros do Senado da República não percam essa preciosa oportunidade de recuperar a independência, tanto quanto a dignidade da instituição.

Um precedente que pelo bem do Brasil deveria tornar-se norma política

gem da Casa que até surpreendeu aos que só viam nele um parlamentar pacato, sem muito brilho, de fala muito calma e meio arrastada – e que manda fazer cinco novos ternos para a honrosa posse. De lá para cá Garibaldi tem demonstrado que mereceu muito a roupa nova, pois está conseguindo defender a instituição parlamentar como poucos já o fizeram.

Não é de hoje, a propósito, que políticos de todos os partidos – não só oposicionistas, mas também governistas – têm criticado com veemência tanto o excesso quanto a irrelevância e a falta de urgência de um amontoado de MPs expedidas pelo Planalto. Mas a reação se esgotava nesses protestos, às vezes até “docemente constrangidos”, pois parecia cômodo a muitos legisladores

MP devolvida

EVEZ BEM o presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), em devolver ao governo a medida provisória 446, que anistia as entidades filantrópicas ameaçadas de perder a isenção fiscal.

A iniciativa é digna de nota, em primeiro lugar, por repelir o abuso na edição de medidas provisórias pelo Executivo. As MPs continuam trancando a pauta do Congresso sem cumprirem os requisitos de urgência e relevância previstos na Constituição.

O gesto de independência do presidente do Senado é a segunda decisão do tipo tomada desde 1989. Seguiu-se a repetidas queixas de Garibaldi Alves contra a enxurrada de MPs. O governo Lula qualificou a ação de "injusta, política e pessoal".

Vale lembrar que já estava em curso neste ano uma reação ao excesso de MPs. Em maio, o Supremo Tribunal Federal havia restringido a criação de despesas por meio desse instrumento.

A decisão do presidente do Senado é saudável por se contrapor a uma prática do Planalto que representa submissão quase absoluta do Congresso à agenda governamental. Configura-se também excelente oportunidade pa-

ra emendar a Carta, aumentando requisitos para a edição das MPs e pondo fim ao trancamento automático da pauta.

Além disso, o Legislativo tarda em estabelecer parâmetros para julgar a admissibilidade das MPs, que iniciam sua tramitação em comissões mistas as quais deveriam decidir se os textos respondem às prerrogativas constitucionais. Tais comissões atualmente nem sequer se reúnem.

Apesar da importância simbólica, o ato do presidente do Senado de devolver a MP 446 pode ser revisto. A decisão precisa ser referendada na Comissão de Constituição e Justiça e no Plenário.

Além de antepor-se à voracidade legislativa do Planalto, outro mérito da atitude de Garibaldi Alves é desafiar uma medida escandalosa. A anistia proposta beneficiaria entidades "filantrópicas" suspeitas de fraude. A desfaçatez é tamanha que há dificuldades para reunir defensores na própria base governista.

Em vez de insistir na "MP da filantropia", o governo deveria deixar o Congresso legislar. Um projeto de lei de teor semelhante à MP devolvida, mas sem anistia, tramita na Câmara.

OPINIÃO

EXEMPLO

• **BEM FEZ** o presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao devolver ao Planalto a tal MP da anistia das filantrópicas. Afinal, a MP não passa por qualquer teste simples de mensuração de coeficiente de moralidade, por anistiar também instituições "filantrópicas".

E, ALÉM DISSO, porque o Congresso não pode ser um órgão burocrático, carimbador de decisões emanadas do Executivo, sempre batxadas por medidas provisórias, que tramcam a pauta da Casa e, na prática, suprimem da República o Poder Legislativo.

AO DEVOLVER a medida provisória, como se faz com uma correspondência despropositada, o presidente do Senado e do Congresso exerceu um dos papéis que os eleitores cobram dos parlamentares: fiscalizar e corrigir o Executivo nos seus erros.

BSB, 19-11-08

Editorial

GOVERNO LULA

O grito de alerta do Senado

O PRESIDENTE DO SENADO, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), pôs uma pedra no atalho construído pelo governo para abistir 2.274 entidades filantrópicas ameaçadas de perder os benefícios de isenção fiscal. Devolveu a Medida Provisória 446, chamada de MP das Filantrópicas, considerando-a "inconstitucional e inoportuna". No gesto, o senador emitiu dois sinais relevantes ao governo. Primeiro, o recado de inconformismo do Congresso com o abuso na edição das medidas provisórias pelo Palácio do Planalto. Segundo, o alerta da inconveniência da MP que concedeu anistia aleatoriamente às entidades filantrópicas.

Nos dois casos, o presidente do Senado produziu um fato político. E deverá provocar mudanças. (Feito semelhante à ousada atitude do senador só ocorreu em 1989, quando o então presidente em exercício do Senado, José Ignácio Ferreira, devolveu a MP editada pelo então presidente José Sarney. Mas a "rebelião" durou pouco. Com o retorno do presidente da Casa, Nelson Carneiro, a decisão foi revogada).

Informa a legislação que o presidente da República só pode legislar por meio de medida provisória quando os assuntos são urgentes e relevantes. Não é esse o caso. O mecanismo foi instituído para permitir meios ágeis de governança em determinadas circunstâncias. O que deveria ser excepcional, no entanto, vulgarizou-se. Se somado à leniência e à má qualidade do Congresso, tem-se o pior dos mundos: um Legislativo que não legisla.

No caso da MP sobre as filantrópicas, o problema vai além. Há um absurdo contido em sua edição: conforme o JB sublinhou

O excesso de medidas provisórias tem irritado parlamentares

neste espaço, em vez de separar o joio do trigo, o governo preferiu utilizar o artifício de editar uma MP e promover um culto à *filantrópia*. O Brasil tem mais de 5 mil instituições, entre faculdades, universidades, colégios, particulares e hospitais

que oportunamente atuam sob o disfarce da filantrópia. A edição de uma MP que promove uma anistia ampla e irrestrita para filantrópicas, sem uma profunda análise da solicitação, é ainda mais reprovável quando lembramos que parte das entidades beneficiadas foi investigada pela Polícia Federal durante a operação Fariseu, que desbaratou um esquema de pagamento de propina para ganhar o título de filantrópicas.

Sob a pecha de promover uma farta filantrópica, ao chegar ao Senado, a MP 446 transformou-se em gota d'água de uma tempestade anunciada. As constantes reclamações sobre as enxurradas de medidas provisórias que extrapolavam já davam sinais de que alguma atitude drástica poderia ser tomada, e bastou a presença de uma medida de caráter nebuloso para acender o estopim da correlação de forças entre poderes.

O aviso de Garibaldi de que a devolução faria o Executivo refletir ecoou no Planalto. Apesar de não ser automática, pois depende ainda de aprovação no plenário do Senado para que a MP seja realmente devolvida, o presidente Lula se antecipou e autorizou o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), a apresentar um projeto de lei que substitua e corrija as falhas contidas na MP. A ação do Senado, portanto, deu certo: acendeu a luz vermelha contra a multiplicação de medidas provisórias e abriu caminho para uma limpeza na proposta de auxiliar entidades benéficas, com critérios mais rigorosos.

Do episódio, Palácio do Planalto e Congresso precisarão extrair lições relevantes. E transformá-las em prática.

BSB, 19-11-08

ADAIL ACUSADO DE TER RELAÇÕES COM CRIANÇAS *Em 18/11/2008, às 14:51* Notícia lida 415 vezes. Notícia ainda não foi classificada.

"TODAS AS INSTITUIÇÕES, AS IGREJAS CATÓLICAS, AS IGREJAS EVANGÉLICAS, NÓS, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA, A OAB, O MINISTÉRIO PÚBLICO, A POLÍCIA MILITAR, TODOS FECHANDO OS OLHOS" - **Deputado Luis Castro.**

"ELE (ADAIL) É UM MONSTRO, UM MONSTRO, UM MANÍACO SEXUAL, QUE CONTINUA ADMINISTRANDO COARI" - **Deputado Vera Castelo Branco.**

- Mãe de menina de 12 anos revela, em depoimento à Polícia Federal, que sua filha foi violentada pelo prefeito de Coari, Adail Pinheiro. A mulher, que é professora e cujo nome está sendo mantido em sigilo, manifestou desejo -mas revelou receios - de depor na CPI que apura crimes de pedofilia em Coari. Nesta terça-feira os deputados Luiz Castro e Vera Castelo Branco cobraram atitudes da Comissão, que apontem para a seriedade de um trabalho que, segundo eles, não vem sendo levado a sério pelo principal envolvido no caso, o Adail Pinheiro, que foi chamado de "monstro" pelos deputados. A mãe da menina foi ouvida a três semanas, de acordo com o deputado Luiz Castro. Castro acusa a OAB de omissão, mesma acusação feita ao Ministério Público, a imprensa e a justiça estadual, que estariam ignorando os crimes cometidos pelo prefeito de Coari. Veja o que Castro e Vera revelaram hoje, para espanto dos demais deputados presentes em plenário.

Luiz Castro - Eu venho à tribuna, no dia de hoje, Sr. presidente, manifestar uma preocupação e indignação. Há pouco tempo, recebi uma pequena comitiva do município de Coari e o que nós temíamos está acontecendo. Os poucos depoentes que tiveram a coragem de vir até Manaus, depor na CPI de Coari, estão sendo retaliados, estão ameaçados, intimidados, agredidos. O que acontece em Coari diz respeito à consciência ética de cada uma das pessoas que está neste Parlamento. Porque nós poderíamos estar residindo em Coari. Poderíamos, por exemplo, estar na situação daquela mãe que, envergonhada teme vir depor na CPI, porque sua filha de 12 anos foi deflorada pelo prefeito e pelos seus asseclas: agora, pouco tempo depois da eleição. Fez um depoimento na Polícia Federal, mas se sente intimidada de vir a esta Casa, dar o depoimento de uma mãe que vê a sua filha ser aviltada. E nós, o que nós estamos fazendo? Essa CPI é pra valer ou é faz de conta? Se e lá não for até o município de Coari, colher os depoimentos, tirar das pessoas que têm informações substanciais, aquilo que elas podem dizer e contribuir nesse processo, nós não iremos muito longe. Pretender que uma mãe e sua filha de 12 anos venham depor aqui em Manaus, ou outras pessoas que estão sendo ameaçadas, agredidas, venham depor aqui em Manaus? Depois das ameaças que os dirigentes da associação de moto taxistas estão recebendo, por terem dito a coragem de depor aqui na CPI? Nós saímos de uma ditadura militar e vamos permitir que em Coari haja uma ditadura que não apenas é autoritária, mas é também corruptora de menores? Praticante de pedofilia? Promotora, embora que de maneira subterrânea, de uma milícia que intimida, que tortura, que prende? A Polícia Militar se permitindo ser instrumento disso tudo? Até quando nós nos permitiremos a omissão? Não foi a minha filha que foi deflorada, não foi a filha de nenhum de nós. O que existe em Coari é ignomínia, o que existe em Coari é o absurdo dos absurdos.

Tivemos, no interior do Estado, muitos prefeitos..., administrações assacadas com inúmeras denúncias, já tivemos denúncias de prefeitos, principalmente no passado, que mandavam bater, intimidar. Já tivemos denúncias de prefeitos que poderiam não ter tido uma boa conduta pessoal, do ponto de vista moral - mas um conjunto de infrações reunidas num só episódio, num só município, num só local, num só processo? A sociedade amazonense, não apenas o Poder Legislativo, tem de olhar para Coari como um câncer ou um tumor que tem de ser estirpado. É interessante observar que não estamos fazendo aqui um discurso de ordem moralista. Não estamos criticando ninguém de forma abstrata. Estamos dizendo que as pessoas que vêm depor aqui, deputada Vera, ao voltar para lá, são intimidadas. E a Polícia Militar está sendo instrumento de intimidação. Revólveres sacados no meio da rua. Ameaças; "Vamos acabar com vocês", "o prefeito é que manda na cidade"!.

Eu não sei o nome dessa garota, não sei o nome da sua mãe, mas imagino a humilhação, a frustração, a vergonha, o medo, os sentimentos dessa mãe. Imagino o sentimento de frustração do promotor de Coari, que colhe os depoimentos. Será que vamos ter de fazer uma comissão para irmos a Brasília? Alguém orientou o presidente Lula de chamar esse prefeito de companheiro? "Convide-me para dormir a noite aqui em Coari e eu voltarei aqui a qualquer momento". Quem passou essa orientação ao presidente Lula, para tratar um cidadão dessa espécie, dessa forma? Que máquina poderosa, que máfia que resiste a tudo e a todos? Eu tenho a convicção de que deputados que me ouvem, não gostariam que estivesse acontecendo na sua cidade, aqui em Manaus, em Itacoatiara, lá em Pauini, na distante Envira, Eirunepé, em lugar, todos os crimes que podem ser praticados, estão sendo e continuam sendo praticados.

Vera Lúcia Castelo Branco (PTB) - Deputado Luiz Castro, enquanto eu posso falar...

Luiz Castro - Deputada Vera, eu quero dizer a Vossa Excelência, que eu me sinto envergonhado, constrangido, eu me sinto diminuído, porque a sociedade também não reage. A nossa OAB não reage. O nosso Ministério Público, que tem de prestar apoio ao seu promotor isolado, solitário, no município de Coari. O nosso Tribunal de Justiça, as nossas instituições, a nossa mídia, em parte, principalmente o jornal O Diário (do Amazonas) tem feito alguma coisa. Mas é pouco. Apenas uma pequena nota no jornal da Globo, por ocasião da apreensão daqueles 6 milhões 600 mil reais! E nem mais falo de corrupção, deputada Vera, e já lhe ouvirei com satisfação, eu falo da morte, da tortura, da pedofilia, do poder opressor que tudo pode e tudo faz, protegido por quem, sr. meu Deus? Dos pastores e padres que moram em Coari! Dos fiéis que vão às igrejas eoram a Deus e se dizem cristãos! E até são!

Vera Lúcia - Deputado Luiz Castro, dessa vez foi uma garotinha de 12 anos de idade. Eu recebi a mesma denúncia ontem. Estou deverasmente comovida, estou deverasmente me sentindo impotente... Não sei mais o que fazer. Não sei mais o que fazer. Vossa Excelência tem toda a razão quando diz, com veemência, da omissão de todas as instituições incumbidas de zelar pelos direitos do cidadão, da família. Mas nós não vemos isso. Não adianta, a gente fica ...

Castro - Todas as instituições. As igrejas católicas, as igrejas evangélicas, nós, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Polícia Militar. O coronel Dan Câmara é um homem de fé, um membro da Assembléia de Deus, como é que permite que esse maior

Brilhante continue...

Vera Lúcia (interrompendo) - Esse monstro. Ele é um monstro. Um monstro, um maníaco sexual que continua administrando Coari.

Castro - Deputado Vera, se não impusermos um limite em Coari, não teremos limite, mais tarde em Manaus, no Brasil. Nossa família, nossa decência, nossa vida, nossa coragem. Eu sei que a Assembléia não criou essa situação. Mas a Assembléia é a única festa de esperança que resta. Se a CPI não for a Coari e colher os depoimentos in loco (no local), nós não teremos....

Vera Lúcia (interrompendo) - Esse tem que ser preso, deputado Luiz Castro. Não se admite esse homem, esse monstro continuar solto, impune , praticando monstruosidades como foi agora o caso dessa garota de 12 anos, que é filha de uma professora, deputado Luiz Castro. Esse homem foi fabricado, ele é um monstro fabricado em laboratórios, instituições.

Castro - É protegido.

Vera Lúcia - Por isso mesmo. Ele é um monstro que foi fabricado em laboratório, pela própria impunidade, em todas as instituições.

Castro - Impressionante.

Vera Lúcia - Incrível. Não tenho mais o que falar.>

Castro - Deputada Vera, eu quero compartilhar com a senhora. Estou emocionado, constrangido, envergonhado. Como deputado em me sinto impotente diante de uma situação como essa. Eu apelo à consciência das pessoas. Há que ter um basta, há que ter um limite. Eu pedi às instituições que se fizessem presentes no depoimento do brasileirinho. A Comissão dos Direitos da Pessoa Humana, ninguém pôde vir. A comissão de Direitos Humanos da OAB. Ninguém pôde vir. O Ministério Público.

Ninguém pôde vir acompanhar o depoimento daqueles que já estão sendo perseguidos. E o major Brilhante continua com a sua equipe à disposição do sr. prefeito. Aqui, ele nega. Senhores e senhoras: o governador (Eduardo Braga) não percebe que ele vai ser enodado, se permitir que a sua Polícia Militar continue a serviço do prefeito? Esteve um coronel da Polícia Militar aqui e disse claramente: é um município onde há um clima de terror, de caos. Esse coronel, durante 20 dias, tranquilizou a cidade, porque a Polícia foi polícia. A Polícia Militar foi Polícia Militar. Trabalho com isenção, promoveu segurança pública e não segurança do prefeito. Mas ele saiu, voltou o major Brilhante. E continua tudo como está. E o governador, pelo menos isso não faz, de colocar um coronel da Polícia Militar... O comandante Dan Câmara é um homem de igreja. Eu vou hoje fazer um ofício ao seu irmão, o deputado Silas Câmara. Fazer um apelo para que converse com o comandante Dan Câmara. Que coloque um coronel isento, um homem de bem, com princípios. E pelo menos a Polícia Militar não participe do processo, deputada Therezinha Ruiz. Olha, eu não tenho mais palavras, eu só tenho emoção, só tenho indignação.... Ainda tem quem consiga rir, quem consiga não ligar, ainda tem quem consiga não pensar que isso está acontecendo. Que eu podia ser um

cidadão de Coari. Aquela professora podia ser a minha mulher, como um dia fui esposo de uma professora já falecida, tive filha de 12 anos num município do interior, felizmente onde não tinha um prefeito com esse poder.

Vera Lúcia - E o mais grave, deputado Luiz Castro, é que a garotinha que foi estuprada pelo Adail, ela continua sangrando e nada até o momento foi feito. Ele está viajando para Miami, salvo engano.

Castro - Está em Miami!

Vera Lúcia - É, em Miami.

Castro - Olhe, o deputado (Antônio) Cordeiro foi cassado por este Poder (Legislativo) por muito menos. Do deputado Cordeiro era só corrupção. O Adail é muito poderoso. Muito. Mas Deus no céu há de abrir luz para que essa situação seja elucidada e para que os crimes deixem de ser cometidas, porque se percebe que não houve nem o cuidado de parar o cometimento dos crimes, com a CPI. Não há respeito por esta Casa.

Entrevista com Luiz Castro, logo depois que ele saiu da tribuna.

Repórter - Como o sr. soube desse caso?

Luiz Castro - Tivemos acesso à informação, porque hoje em Coari, se você diz a fonte que te alertou, que te disse alguma coisa grave, essa fonte é retaliada, ameaçada, espancada. Então não podemos revelar as fontes. É um direito que eu tenho, inclusive como deputado, de não resguardar o sigilo das fontes.

Repórter - A menina depôs na Polícia Federal?

Castro - Na verdade, não é que eu denunciei isso. O que fiz foi um pronunciamento que expressou a minha tristeza, a minha indignação, o meu inconformismo com a letargia das instituições amazonenses, de forma geral, estão tendo em relação aos episódios de Coari. E que a CPI se desloque até aquele município, porque se não for até Coari colher o depoimento das pessoas in loco, elas não virão pra cá, porque têm medo. É preciso lembrar da ditadura militar. As pessoas tinham medo. Algumas pessoas que enfrentaram a ditadura, já se esqueceram desse medo. É preciso libertá-las desse medo; Mas como libertá-las se não formos até lá, mostrando que nós não temos medo? Se nós temos medo de ir a Coari, como querer exigir das testemunhas que não tenham medo de vir até aqui? A CPI tem de decidir se é pra valer ou se é faz de conta. Se for pra valer, eu continuarei contribuindo, na participação, com minhas perguntas, com minhas sugestões.

Repórter - Então a CPI não está sendo eficiente?

Castro - A CPI está sendo conduzida de forma elegante, porém ineficiente.

Repórter - Como se soube do caso dessa menina de 12 anos?

Castro - Sabemos que ela depôs na Polícia Federal. É mais uma das vítimas. Porque o existe lá em Coari é uma espécie de poder feudal. As pessoas que vieram depor, os moto taxistas, e que agora não só eles, mas outra membros da associação, estão sendo intimidados, ameaçados, aprisionados pela Polícia Militar. Ou seja, a PM está a serviço do prefeito, da prefeitura, para intimidar aqueles que venham testemunhar ou representar algum tipo de ameaça ao poder local. Então foram duas questões que colocamos no discurso. Uma, da intimidação àqueles que vêm depor e por isso precisamos nos deslocar até Coari e outro foi essa situação que, mesmo depois de todas as denúncias, continua havendo situações de pedofilia. Ora, precisamos de um despertar. Despertar do Ministério Público, do procurador-geral, da Justiça, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, da própria OAB. Precisamos do despertar das igrejas evangélicas, da Igreja Católica, do nosso bispo, nós precisamos de um basta! Será que toda essa ignominiia acontece em Coari e só o Luiz Castro e mais dois ou três deputados e a população que, lá, sofre, se indignam? Parece que é normal, vamos aceitar tudo isso passivamente?

Repórter - Há quanto tempo aconteceu esse estupro e onde foi?

Castro - Uma menina de 12 anos que tem relações e não se sabe se foi com o prefeito ou com um assessor do prefeito, falta confirmar, mas o depoimento dela deve ter esclarecido isso na Polícia Federal, mas nós não tivemos acesso a esse depoimento. Se essa situação se confirmar é que essa prática é recorrente. Se você tem poder, se você intimida uma menina virgem de 12, 13 anos, a ter relações com alguém que detém o poder, temos aí um desvirtuamento completo. Tanto do ponto de vista do procedimento moral e ético, como do ponto de vista penal. Nós temos aí, um crime, que o Código Penal prevê. Temos algumas esperanças. Esperanças de que algumas instituições aqui reajam que o Ministério Público Estadual, por exemplo, reaja que o governo do Estado tire a Polícia Militar do comando da prefeitura (de Coari), coloque um comandante isento, que a OAB faça a sua parte, que haja uma reação da sociedade para ajudar nossos irmãos e irmãs de Coari. Que as igrejas, os dirigentes da igrejas evangélicas e da Igreja Católica aqui orientam o pastor, o padre de lá.

Repórter - Quando foi o depoimento da menina?

Castro - A informação que obtivemos é de que esse depoimento teria ocorrido agora, na semana passada.

Repórter - E o fato teria ocorrido há mais tempo?

Castro - Teria ocorrido nos últimos dois ou três meses. Ou seja, já depois de iniciado todo o processo ... Agora, se a CPI não investigar profundamente, não vai poder descobrir. Precisamos é de uma ação contundente, veemente, investigativa.

Repórter - Se o autor não foi o prefeito, teria sido uma outra pessoa ligada ao prefeito?

Castro - Na verdade, há um grupo, em Coari, e o prefeito é o líder desse grupo. As situações denunciadas ao longo do inquérito policial, daquilo a que tivemos acesso pelo noticiário, mostra o envolvimento não apenas do prefeito, mas também de vários assessores. Se o prefeito, em si, é pedófilo ou não, cabe à CPI buscar essa resposta.

Agora, há uma estrutura que promove a pedofilia no município de Coari. Isso está claro, está evidente. Talvez nós tenhamos que esperar o senador Magno Malta, que é um homem corajoso, um evangélico verdadeiro, um cristão verdadeiro, não só da boca para fora, vir aqui a Manaus e nós acompanharmos o senador até o município de Coari. Talvez a gente precise de alguém de fora. Martin Luther King tinha uma frase muito forte, que cabe nesse caso de Coari. Ele dizia: "Eu não tenho medo dos maus, daqueles que podem fazer o mal. Eu tenho medo do silêncio e da omissão dos bons". É o mesmo medo que eu sinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta mais uma vez o Senador Arthur Virgílio pelo seu pronunciamento e, de imediato, passa a palavra ao nobre Senador Mão Santa, para que use o tempo que entender necessário para sua exposição.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de sexta-feira, não-deliberativa, Parlamentares da Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a marcou lá na Câmara Federal, quando foi aquele Parlamentar que mais se dedicou à valorização do trabalho e do trabalhador. Fiel a Rui Barbosa que dizia que a primazia...

O SR. ARTUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, permita-me por favor. Eu me emocionei com essa história toda e gostaria apenas de concluir dizendo que estou pedindo a convocação, à CPI da Pedofilia, do Prefeito Adail Pinheiro, para que explique isso; do pai da menina e do Superintendente local da Polícia Federal, Dr. Sérgio Fontes. Obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Paim, como Rui Barbosa dizia, a primazia é do trabalho e do trabalhador, e é o que faz a riqueza. E aqui V. Ex^a marcou época escrevendo, tentando apagar a mais vergonhosa página de nossa história política. Viu, Luiz Inácio? Nós estamos dando um calote nos velhinhos aposentados. É calote! Lá no Piauí se chama calote. O Governo fez um contrato com esses homens que trabalharam. Eles trabalharam durante 30 ou 35 anos e estão recebendo menos da metade do que o Governo, que somos nós – a Pátria somos todos nós, como V. Ex^a publicou no livro –, acordou. E não é só o Luiz Inácio, mas todos nós estamos nos transformando em caloteiros. Nós estamos devendo aos velhinhos aposentados.

V. Ex^a tentou apagar isso. Inovou com uma vigília exitosa, viu, Arthur Virgílio? Tão exitosa que foi até às 6 horas. O Papaléo, que presidiu com muita firmeza e foi liberal no tempo das oratórias, cansado, no fim,

passou-me a Presidência. Nos 40 minutos finais, o José Nery estava falando, e fui adverti-lo, e os outros desistiram de falar na tribuna. O Pedro Simon ficou namorando a senhora dele, Dona Ivete – para ver como foi agradável a vigília...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Dona Ivete passou a noite aqui.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A Dona Ivete passou a noite aqui.

O Wellington Salgado também não falou nem o Mesquita Júnior, para cederem a palavra ao Paim.

Paim, o tempo final foi curto, mas aí entrou a oratória de Jesus, que fez o Pai Nossa, 56 palavras, em um minuto e é o discurso mais bonito do mundo. Paim, foi muito bonito o seu pronunciamento.

Hoje sugeriu-se aqui que seja feita outra vigília para a educação. V. Ex^a está marcando história aqui, mas nós vamos marcar a nossa.

Atentai bem! Eu não tenho nada contra o PT, mas aqui está havendo uma competição muito interessante, Mozarildo. O Mário Couto saiu gritando que a Governadora dele, do PT, é a pior de todas. Mas está perdendo; vamos fazer o jogo. Aí ele trouxe os números sobre a violência. E eu me lembrei do Cícero que disse: **pares cum paribus facillime congregantur**: violência gera violência. Então, o Mário Couto provou e disse que o Pará é medalha de ouro no pódio de violência do Brasil, que já é violento.

Mas eu digo que o Governador do Piauí ganha, que consegue ser pior. Aí eu trouxe os dados da corrupção. Mozarildo, o Tribunal de Contas da União prova que das 26 obras embargadas por corrupção, o Piauí está em primeiro lugar: seis. Principalmente aquela luz para todos, da Gautama. Foi o Tribunal de Contas da União que disse, foi o juiz, não fui eu não. Eu trouxe aqui o relatório, os jornais.

Também estamos no pódio com o PIB do Piauí. Governamos o Piauí, conseguimos avançar e termos o PIB maior do que o do Maranhão e, em muitos índices, passamos Alagoas, passamos Rio Grande do Norte. Mas agora o Piauí voltou a ser o pior de novo. Mas, para desgraça, estava 2 a 1 o jogo. Está ouvin-

do, Mozarildo? Piauí 2 em ruindade e o Pará 1, e eu passo agora ainda mais à frente, 3 a 1. O Governador do Piauí, do PT. Está vendo, Mário Couto? Apronte, traga aí para ver se faz um gol, porque você está promovendo a Governadora, porque o meu é pior, o do PT do Piauí. Está aqui.

E hoje, o Mozarildo trouxe outros comentários sobre educação. Educação, Senador Arthur! Ele trouxe informações técnicas da consultoria dele, e eu trago a **Folha de S.Paulo**.

Primeiro quero parabenizar V. Ex^a, Senador Paim, que está na Presidência. O Rio Grande do Sul escreveu belas páginas na nossa história. Na construção da liberdade dos escravos, foram os pioneiros a irem à luta. Os nossos lanceiros negros. Conseqüentemente, na Proclamação da República, graças à Guerra dos Farrapos – Bento Gonçalves. O Rio Grande do Sul, pelo segundo ano consecutivo, é o melhor no Enem, que é justamente o Exame Nacional do Ensino Médio. V. Ex^a merece, com respeito, a homenagem aos professores. Não sei como não querem pagar lá o piso salarial dos professores! Aí está uma coisa incompreensível, porque eles foram por duas vezes os melhores no ensino público. Parabéns!

O Piauí está aqui. Olha, a escola pública do Amazonas ficou em 25º, e o Arthur Virgílio chorou. Arthur Virgílio, o povo do Piauí está pior: 26º! Nós só perdemos porque existe Alagoas, aquela confusão lá, que é o último. Está aqui. Coloca grandão aí. Faz de conta que é do Mercadante, o Líder do Governo. Bota um *outdoor* bem grande; é a **Folha de S.Paulo**. Então, é isso. Melhora o Piauí porque as escolas privadas levantam um pouco, como Dom Barreto que tirou uma medalha nacional.

Agora, Mozarildo, com sua inteligência privilegiada, de visão... Atentai bem, piauiense, a minha preocupação com essa desgraceira que está havendo no Piauí. E olha que votei no Luiz Inácio. Eu acreditei nele. Era tanta mentira, tanta mentira, tanta mentira, e os homens são os mais corruptos, os mais incompetentes da história. Eu votei nele. Sou culpado, mas sei lá... A culpa é grande. Reconheço que votei neles.

Mas está aqui: somos campeões hoje em corrupção; temos o pior PIB, a menor renda **per capita** – e não era, porque tínhamos passado do Maranhão e de outros Estados. Hoje, em educação, está aqui: 26º. Bota aí grandão. É a **Folha de S. Paulo**; não sou eu, não. Zózimo Tavares, você que é jornalista bom, Arimatéia Azevedo, está aqui! Isto é uma vergonha, dizia Boris Casoy enquanto podia dizer. Mas eu posso. O Luiz Inácio pode espernear, mas essa é a verdade. Nós é que somos o equilíbrio. É esta Casa que garante a democracia. Não é outra, não! De vez em quando, somos

altaneiros, como foi Rui Barbosa. Rui Barbosa fez esta República aqui no Brasil. Ele foi Ministro da Fazenda de Deodoro e de Floriano e, quando viu que quiseram nomear outro militar, foram atrás dele para corrompê-lo: “Nós lhe devolvemos o Ministério da Fazenda, a chave do cofre”. E ele: “Tô fora! Não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério”. Que exemplo atual para os políticos de hoje, principalmente do meu Partido, o PMDB! “Não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério”. Agora se troca por qualquer porcaria, por qualquer empreguinho, qualquer mensalão.

Eu não entendo: ontem, cassaram um no TSE, mas é porque ele é tucano. Esse do Piauí foi gravado 27 vezes em conversas com a Gautama, o Luz para Todos, os sanguessugas. O dinheiro é do PT, aí se encobre tudo. Mas esta Casa é altaneira. Isso ficou claro quando o nosso Presidente, lá do Nordeste, de Natal, teve a coragem de recusar uma medida provisória que é imoral, Luiz Inácio.

Luiz Inácio, Vossa Excelência foi privilegiado. Esse negócio de dizer que é retirante, não. O Luiz Inácio cresceu numa boa. Luiz Inácio, vai enganar outros. Ele estudou no Senai. Antigamente os governos eram organizados. O Senai era uma escola padrão, ele sabe muita coisa. O Senai era bom, eu conheço sua história. A Federação das Indústrias do Piauí foi criada pelo meu tio, meu padrinho. Então o Luiz Inácio foi um privilegiado. Ele estudou em escolas boas do Senai, em escolas técnicas. E o pior é que, no Enem, as escolas públicas pioraram do ano passado para agora. Não sou eu, não; é o teste. Está havendo uma sustentação pelas escolas particulares.

A universidade pública está lascada! Aumentaram as privadas. Mas uma faculdade de medicina privada custa R\$4 mil ao mês. Reflitam! Quem ganha uma Bolsa-Família vai entrar nessas faculdades particulares? Uma faculdade de medicina custa R\$4 mil por mês. E o estudante ainda tem que comer, tem que se vestir, tem que comprar livros.

Nós éramos privilegiados, eu e o Luiz Inácio. Eu estudei medicina em universidade pública e boa, federal. Depois, fui me formar em cirurgia geral. Era o Pelé jogando bola e eu fazendo cirurgia, num hospital do Governo, no Hospital dos Servidores do Estado.

O Governo dava tudo. Deu o ensino lá para ele também, no Senai. Aqui, este País teve governo, teve homens de responsabilidade, teve estadistas, desde o primeiro, D. João VI. Teve D. Pedro II, um gênio! Teve as repúblicas e tudo. O negócio piorou foi agora mesmo! O que está havendo é uma cadeia de mentira.

O Shakespeare dizia que tem algo de podre no reino da Dinamarca. Só palavras, palavras, palavras. É melhor ser mendigo em Nápoles do que rei na Di-

namarca. Há algo de podre. Aqui está tudo podre. Aqui piorou a educação... e num país deste.

Ontem, numa festa de criança, eu recordava Bilac: "criança, não verás nenhum país como este!" Que perspectiva é essa, Paim? O que é a violência? Reflitam!

Norberto Bobbio, o mais sábio da democracia atual, Senador vitalício que morreu há um ano, que escreveu os melhores livros... Eu nem o conhecia, mas ouvi esse Fernando Henrique Cardoso, que é um estadista, falando em Norberto Bobbio, e aí comecei a ler. Ele disse: "O mínimo que se tem que exigir de um governo é segurança". É o mínimo! Pronto: analise a segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Isso, Luiz Inácio, não é sociedade, é uma barbárie. Isso é barbárie, barbárie. Não era assim, não.

Paim, namorar é bom, não é? Nos anos 60, em 67 – ô Ferro Costa –, eu estudava cirurgia no Rio de Janeiro. Quando eu passo, eu vejo e digo: "olha, eu nmorei muito aqui – na grama do Aterro do Flamengo". Ali a música eram os carros passando – vrum! Vrum! Vá lá agora, Luiz Inácio! Pegue a encantadora e respeitável Dona Marisa e dê uma volta na Cinelândia, vá à Rua do Ouvidor à noite. É uma barbárie! Ô Luiz Inácio, para cima de mim? Nós somos os pais da Pátria. Podem corromper o mundo todo, mas aqui, tirar o Mão Santa é difícil. Atentai bem!

Eu não vou falar na Suíça, para onde eu fui outro dia, representando esta Casa – fomos eu, o Dornelles, o Lupi, grande Presidente do PDT –, e também não vou falar na França. Vou falar da Argentina, bem aqui do lado. Lá não há essa barbárie, não. Mozarildo, eu vou lá porque é barato, eu não tenho "mensalão", que é só para essa turma aí do Governo... Do teu Rio Grande do Sul, Paim, até lá é uma hora e vinte de viagem. Às quatro horas da tarde você está na porta do hotel olhando o *show*. Mozarildo, eu vou à *Calle Corriente*, a *calle* que não dorme, onde há um teatro até modesto. Vou a uma hora da madrugada no sábado; sei que tem essa peça, peço ao taxista para me levar lá. É uma espécie de circo alegre. Acho que os artistas terminam os espetáculos e vão para lá. Deve ser umas duas horas de *show*. Depois eu saio de mãos dadas com a Adalgisa. Ando uns dez quarteirões. Tudo que é biblioteca está aberta, e não tem esse negócio de bandido, de assalto, não. Está cheio de brasileiro lá. Aí é Mão Santa para cá, Mão Santa para lá. Eu dou até autógrafo lá. E os brasileiros estão todos lá porque têm medo do Rio, têm medo de São Paulo, e vão todos para Buenos Aires. A gente anda assim, Luiz Inácio. A segurança está errada. A educação está aí nesta situação. Um país em que se pede um salário

de R\$950,00 para professor, é liminar, é o diabo e tal, e as bichinhas não podem receber isso.

Fui à Alemanha. Eu era Prefeito da minha cidade e havia uma multinacional: Merck Darmstadt. Fui para Darmstadt e, depois, Heidelberg. Mozarildo, o meu cicerone, porque sabia português, foi o Prof. Basedow. Ele era Diretor Químico. Sei que eu ia com o professor aos melhores restaurantes... Quando eu lhe pedia, ele me levava às melhores cadeiras do teatro. O melhor restaurante se abria. Aí, estava o trânsito engarrafado e: "Professor Basedow". Aí eu: "Mas o senhor não é diretor químico da Merck Darmstadt?". Você que é médico, sabe a potência. Há até aquele manual Merck, da Medicina, dos produtos. "É, mas antes eu fui professor, em Heidelberg. Você quer ir lá"? "Quero". "Apareceu um concurso para a Merck, eu fiz, eu sou diretor químico e hoje tenho muito dinheiro mesmo" – diretor químico da Merck, pagando tudo. "Professor é o título mais honroso da Alemanha. Então, para eu poder usá-lo, tenho que uma vez por semana dar uma aula de química". E não tem negócio de dinheiro.

E aqui, no Brasil, é dessa maneira que tratam as professoras. Lá, no Piauí, as bichinhas, na minha cidade, foram pedir um aumento, chamaram a polícia e deram nelas. Que negócio é esse? Olha como vai o Governo!

Saúde, vem para mim o Luiz Inácio: na raia da perfeição. Eu não vou dizer que eu sei mais de saúde no País, mas que eu tenho um bocado de quilômetros rodados, tenho. Tenho 42 anos de médico. Operei com esse Jatene, vi nascer a cirurgia cardiovascular. Fui para o meu Piauí, para a Santa Casa, porque quis. Mas recebi um bocado de convite. Eu só soube o que é desemprego, Mozarildo, depois que eu entrei na política. Mas dizer que saúde é avançada? O Mozarildo acabou de dizer que Teresina é avançada, que o povo de Roraima quer ir para lá. Verdade, mas porque, na ditadura Vargas, o interventor foi médico.

Essa é a diferença dos outros Estados. Lá foi Leônidas Melo. Ele construiu uma beleza de hospital. É um ícone. Mas ele advertiu o piauiense, na clarividência: "Com essa educação, daqui a pouco, o Piauí vai perder o seu orgulho, Teresina, com uma Medicina avançada, uma Medicina de referência, uma Medicina de excelência". Então, se continuarmos com esses governos medíocres – está aqui o resultado –, essa é a perspectiva.

Então, eu queria dizer e advertir aqui que foi no País todo que piorou, viu, Paim? Aliás, o Senador Mozarildo, na sua análise, já tinha chamado a atenção. É uma vergonha, Doutor.

Não deixe o PT tomar lá as tuas Minas, não, porque vocês vão chorar depois. Está aqui. Nós só ganhamos de Alagoas. Nunca foi isto, não: 26º lugar.

Enfim, o Mário Couto vai chegar com outras coisas amanhã.

O Enem deste ano fez teste com 2,9 milhões de alunos. É real. É verdadeiro. Os meus parabéns ao Governo por ter feito o Enem. Mas que nós temos de melhorar nós temos. Estou aqui para orientar o Luiz Inácio. Estou, é meu dever. Só tem sentido o Senado... Os Senadores são os pais da Pátria. Foi assim que o maior Líder de Deus, Moisés, se aperreou, quebrou tábua, enfureceu-se, quis desistir e ouviu a voz: "Busque os mais velhos, os mais experimentados e sábios, que eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo". Aí é que nasceu a idéia de Senado, para melhorar

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Mão Santa, se V. Ex^a me permitir um aparte.

O SR. MÃO SANTA (MDB – PI) – Permito um aparte a V. Ex^a, mas só um minuto. Aí, V. Ex^a conclui. O seguinte: Luiz Inácio, pelo amor de Deus, não diga esse negócio de "nunca antes". É "nunca dantes". Foi Camões, lá nos versos dele.

Olhem Wellington Salgado. Ele está arrependido, porque defendeu este Governo. Ele está como Líder do PMDB. É o grande Líder. Já desistiu. O nosso Líder é o Garibaldi.

Atentai, Mozarildo. Cristovam passou ali, sabe tudo. "Cristovam, você está lendo aí"? "Já li". Só vou ler.

Luiz Inácio, não se envaideça, não. A realidade é que estamos numa barbárie. Da Grécia, leio aqui tudinho:

A acuidade racional, a precisão gramatical e a maestria na oratória eram as virtudes mais importantes do novo homem ideal. A formação adequada para a personalidade de homem para uma boa participação na vida da polis [polis era a cidade] exigia uma excelente formação nas diversas áreas, artes e ciências.

Assim foi criada [esse que é programa, Luiz Inácio, esse é que eu queria, é melhor do que o Bolsa Família] a paideia [faça essa paideia aqui; lá no Piauí, a gente chamaria de "pai d'égua" o programa], o clássico sistema grego de instrução e educação, que incluía ginástica, gramática, retórica, poesia, música, matemática, geografia, história natural, astronomia, ciências físicas, história da sociedade, ética e filosofia, enfim, todo um curso pedagógico necessário para produzir o cidadão completo e plenamente instruído.

O Mozarildo advertiu: as notas aqui, não há "bom", não. Mesmo o "bom", a nota que eles tiram é 5, é 4, e a nota é 10. Mesmo os primeiros lugares! Já na Grécia tinha a Paidéia, e aqui só foi feito português e matemática. Já pensaram se, como os gregos, eles

pensassem esse monte de matérias aqui da Paidéia. Só português e matemática. E as notas, ô Luiz Inácio, são uma porcaria! Se Vossa Excelência tirasse essas notas no tempo em que o país era organizado, que lhe deu de mão beijada o cenário, tinha castigo naquele tempo, Vossa Excelência ia ficar de castigo, porque as notas aqui dos bons, o Mozarildo já tinha feito análise, as notas são uma porcaria! É tudo 5 e pouco, 4, 3, 2. E vai até 10. Então, é isso!

Com a palavra, o Mozarildo, que foi o primeiro que trouxe este tema a ser discutido, a ser debatido nesta Casa.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a faz um pronunciamento bem abrangente, analisando em profundidade os problemas que, lamentavelmente, o Presidente Lula não tem sabido resolver. E está aí o Enem, que piorou do ano passado para cá, mais ainda. É como V. Ex^a disse: a nota maior é 100, a nota aí que é louvável é 51, 55. É um absurdo isso!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nós estamos é lascado, Luiz Inácio!

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Agora, eu gostaria de dizer e vi aqui o Senador Cristovam propor, dizendo já que ele, portanto pelo PDT, o Senador Suplicy, pelo PT, o Deputado Gabeira, pelo PV, vão percorrer o Brasil como pré-pré-candidatos à Presidência da República. Eles não estão fazendo isso em nome do partido, com autorização do partido, mas estão levando justamente as idéias para serem debatidas nos Estados. E ele falou nas universidades. Eu gostaria até que esse debate fosse mais amplo, mais amplo mesmo. E, como V. Ex^a falou, inscrevi-o junto ao Senador Cristovam e pelo PMDB para fazer parte desse grupo como pré-pré-candidato à Presidência da República. Por que não? V. Ex^a tem a experiência de ter governado um Estado, é um médico competente, tem uma cultura geral muito boa e sabe debater as idéias. Então, acho que seria importante que um grupo de pessoas que tem realmente essa visão e que querem fazer o bom debate, como gostam de dizer aqui, o debate qualificado, V. Ex^a percorrer este País, porque, como disse o Senador Arthur Virgílio – há o Senador Arthur Virgílio também pelo PSDB, então, seriam já cinco –, porque mais importante até do que o resultado final, se V. Ex^a vai ou não ser candidato, esse debate vai conduzir, vai pautar o debate dos que vierem a ser candidato a Presidente da República. E espero que V. Ex^a seja. Sei que o partido de V. Ex^a difficilmente deixará, mas espero que V. Ex^a seja, porque, realmente, essa história de os candidatos saírem de um conchavo de cúpula partidária, por causa disso ou daquilo, uns levam em conta determinada questão, po-

der econômico, influência, não-sei-o-quê, outros levam em questão a posição ideológico. Mas, enfim, o que interessa é debater os grandes problemas do Brasil, entre os quais, o principal, com certeza, é a educação. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olha, V. Ex^a é aquilo que eu disse para classificá-lo: é aquele antibiótico de largo espectro, que entende de todos os assuntos. É uma boa idéia, e por isso que o nome lá é Boa Vista, a capital. Eu recebi uma comenda lá, em Roraima. E quero dizer que deve começar no Oiapoque, onde começa, ao Chuí. Mas a gente tem que ter. Eu recuo, porque, no PMDB, há um melhor do que eu: é o Presidente Garibaldi, meu candidato a Presidente da República. Agora, em ele não ousando ser – mas ele é muito ousado, acho que ele vai pegar essa –, eu entrarei na luta. Aliás, depois do Garibaldi, se ele é medalha de ouro, eu sou medalha de prata do PMDB. É um bom nome. E Deus escreve certo por linhas tortas; quando V. Ex^a fala, ele adentra – ele já adentrou nos corações. Quero comunicar a V. Ex^a...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Só um instante.

Quero comunicar a V. Ex^a, Senador Garibaldi, que ontem fiz um pronunciamento na sua ausência. Olha, nós vamos buscar a origem, entender as coisas. Está vendo, Garibaldi? A febre, a convulsão é a origem, é o micrório, e eu fui buscar quem poderia neste País interpretar a sua atitude. Ninguém, ninguém, ninguém – baixa a bola o Poder Judiciário, baixa a bola o Executivo –, ninguém mais do que Paulo Brossard. É o único que se igualou, que andou nos três Poderes. E ele manifestou o apreço, a solidariedade, o entusiasmo. É difícil o jogo, Winston Churchill disse, mas não se conhece outro modelo de governo melhor do que o que vivemos, o democrático. Mas Paulo Brossard, que está aqui, ele garantiu renascer a democracia – está vendo, Garibaldi? Ele me mandou abraçá-lo, e Deus quis espontaneamente. Então, receba o meu abraço. O meu estava temeroso e fui buscar a maior autoridade do País hoje, moral, cultural e histórica.

Com a palavra, novamente, Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Antes que a gente ouça, com muito prazer, o nosso querido Presidente do Senado, queria só fazer uma correção. Já que estamos falando em educação, precisamos não cometer equívocos que, lamentavelmente, ainda estão sendo repetidos no Brasil. A Rede Globo esteve presente no evento quando se constatou, Senador Mão Santa, que o ponto mais extremo do Brasil não é o Oiapoque e sim o Monte Caburaí, em Roraima,

graças a aparelhos sofisticados da atualidade. E, se olharmos o mapa superficialmente, poderemos perceber que o Monte Caburaí está 30 quilômetros acima do Oiapoque, e estamos continuando a repetir que o ponto extremo norte do Brasil é o Oiapoque, dizendo que o Brasil vai do Oiapoque ao Chuí. Não vai! Se querem falar de pontos extremos, o correto é dizer que vai do Monte Caburaí ao Chuí – por sinal, até rima. Era só para registrar a correção geográfica.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Garibaldi, a campanha de V. Ex^a vai ser desse Monte Caburaí até o Chuí. Os dois extremos vieram dedicar o apoio a V. Ex^a como candidato a Presidente da República pelo PMDB. Agora, se o senhor, por outro motivo, não quiser, me apóie que eu aceito.

Com a palavra o nosso Presidente de fato e de direito, que escreve uma das mais belas páginas nesta Casa, Garibaldi Alves.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Mão Santa, estou aqui justamente para agradecer a V. Ex^a – ontem não pude fazê-lo –, diante do que V. Ex^a disse ontem aqui a respeito da minha gestão e, sobretudo, desse depoimento que V. Ex^a trouxe do Senador Paulo Brossard. Eu me lembro muito bem que, quando ele freqüentava esta Casa, vinha aqui como Deputado Estadual manter contatos políticos. E tenho uma lembrança muito grande do que se constituíram para este Senado os debates que envolveram Paulo Brossard, Jarbas Passarinho e alguns outros Senadores. Paulo Brossard, sempre sobranceiro, seguro, grande jurista e grande político. V. Ex^a não poderia ter escolhido melhor apoio para a nossa causa. Sei que V. Ex^a, é claro, desde a primeira hora, vem lutando com relação a esse problema da regulamentação das medidas provisórias. Nós não poderíamos ter melhor companheiro de luta para a nossa causa, até mesmo um patrono – o Senador Paulo Paim é gaúcho e sabe disso –, do que o grande gaúcho Paulo Brossard. Por isso venho aqui agradecer a V. Ex^a e dizer sem soberba – o que direi é só uma informação – que todos os jornais, os grandes jornais do País hoje trazem editoriais elogiando a atitude tomada pela Presidência da Casa na hora em que devolveu a Medida Provisória nº 446. Todos os jornais, todos os grandes jornais, **O Estado de S.Paulo**, **O Globo**, **a Folha de S.Paulo**, **o Jornal do Brasil**, todos trouxeram editoriais ressaltando a atitude tomada pela Presidência do Senado. Daí por que venho agradecer a V. Ex^a e aproveitar para fazer este registro. Não é um registro de que eu esteja aqui vaidoso com isso – não vim trazer aqui nenhuma manifestação de vaidade, de orgulho –, mas de que os grandes jornais do País estão fazendo justiça à nossa luta a respeito da regulamentação das medidas provisórias.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu, apenas para encerrar, queria dizer que não só nós estamos orgulhosos de V. Ex^a. E eu esperava isso, porque Deus me deu o privilégio de conhecê-lo muito antes. Vejo esse sorriso de alegria, mas nunca lhe vi faltar a firmeza. V. Ex^a é um homem alegre – como São Francisco diz, onde há tristeza, leve a alegria –, mas a sua alegria é acompanhada de firmeza, de pureza e de decência.

Ouço o Senador Wellington Salgado, que, com toda a certeza, vai trazer a solidariedade do bravo povo mineiro a V. Ex^a.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Mão Santa, já me pronunciei aqui quando o Presidente do Senado, Senador Garibaldi, apresentou seu posicionamento quando à devolução da Medida Provisória. Todos pensam que o Senador Garibaldi, pelo seu jeito que chamei até de carinhoso, não tem pulso na hora que tem que ter. S. Ex^a já foi Governador por duas vezes – se eu estiver enganado, que ele me corrija –, e quem foi do Executivo sabe que há momentos em que é preciso tomar uma atitude firme. Assim o Presidente fez: todos estavam em uma festa, de repente ele chega, dá um tiro de bazuca, e ninguém sabe o que aconteceu. E está correto. Pedi ajuda ao meu assessor, que é doutor em Direito Constitucional, Sr. Presidente, porque eu estava em dúvida quanto ao posicionamento de V. Ex^a, e ele me deu a justificativa para o ato praticado pelo Presidente. O ato está correto. A questão que se coloca aqui é que muitas vezes, por submissão – e falo isso de cadeira e tranquilo, porque V. Ex^a e todos os Senadores sabem que defendo o Presidente Lula e seu Governo, porque acredito no trabalho dele – e covardia institucionalizada, acaba-se esquecendo o poder que tem o Presidente do Senado Federal, o poder que a Constituição lhe dá. Muitos ficaram tontos, sem saber se o que o Presidente Garibaldi havia praticado estava correto ou não. Por quê? Porque se esqueceu o poder que tem o Presidente do Congresso Nacional. A submissão levou ao esquecimento. E, quando o Presidente pratica um ato correto e previsto, colocado pelos Legisladores na Constituição, todos acham que ele praticou um ato autoritário. Ele não praticou um ato autoritário; praticou um ato de alguém que foi eleito pelo Senadores para ser o Presidente do Congresso Nacional. Outro dia, estava fazendo uma conta. Constatei que, aqui dentro, Senador Mozarildo, se somarmos todos os votos dados aos Senadores, temos 120 milhões de votos – as pessoas apertaram um botãozinho colocando o rosto de algum Senador aqui presente. Se somarmos todos os votos da Câmara, devemos ter algo em torno de 54 milhões. O Presidente Lula, se não me engano, recebeu aproximadamente 60 milhões de votos. Ve-

jam, portanto, a representatividade que tem o Senado Federal. Aqui elegemos o Presidente do Congresso Nacional, que hoje é o Senador Garibaldi. A repercussão dos atos que ele pratica é grande. Eu, Presidente, sinceramente, no momento em que V. Ex^a praticou o ato, fiquei meio tonto. Pensei: “Será que o Presidente tem esse poder?”. Após consulta, constatei que tem. E tem mais do que isso, Presidente, só que a omissão e a subserviência levam ao esquecimento do poder que tem esta Casa, do poder que tem a Câmara e o Senado juntos. V. Ex^a, na verdade, ao praticar esse ato, demonstra a coragem de lembrar o poder que temos e que tínhamos esquecido. Foi um ato praticado por V. Ex^a faltando três meses para o final de seu mandato, mas que jamais será esquecido pela história. Queria voltar, Senador Mão Santa, a uma colocação que tem sido debatida aqui: a reserva de 50% das vagas nas universidades públicas – 25% para as questões raciais e 25% para os que vêm de escolas públicas. Dei algumas entrevistas falando que o problema não é o ensino superior, mas o ensino básico. V. Ex^a tem o apelido de Mão Santa porque é um grande médico. V. Ex^a estudou no Piauí, cresceu, voltou para o Piauí e lá praticou o que aprendeu. Uma escola do Estado de V. Ex^a, se não me engano, foi a mais bem avaliada no Enem passado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Uma escola privada.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não importa. O que importa é que é do Estado de V. Ex^a, sobre o qual muitos chegaram a dar declarações ruins. Mas lá há cérebros que precisam simplesmente de oportunidade para poderem se desenvolver e competir em igualdade de condições. No momento em que a Câmara – não foi o Governo – aprova uma legislação para fazer uma casa bonita sobre uma fundação ruim, na verdade, cria o fato político para dizer que o pobre ou aquele que tem uma questão racial agora consegue uma vaga na universidade pública. No entanto, todo mundo sabe que vai para a universidade pública aquele que teve um bom ensino básico, um ensino básico de qualidade. Sempre vai ser assim. E depois se tentou cobrar de quem tinha condições de pagar para estudar numa universidade pública – também não passou. Senador Mão Santa, esse é um caminho péssimo para as universidades federais. Não estou aqui falando contra aqueles que querem estudar não. O Governo tem de oferecer um ensino básico de qualidade, porque é esse ensino que vai dar oportunidade de competir em igualdade de condições para poder ter uma vaga ou não. O que se faz equivale a fazer uma operação de ponte de safena para resolver um problema no coração: fizeram uma operaçãozinha

para você chegar lá em cima por um caminho mais fácil. Isso não é bom. Sabe por quê? Porque os que enfrentam dificuldade sob o ponto de vista social e que agora estão indo para a escola superior não vão ter recursos para comprar um livro para estudar na universidade pública. Eles não vão ter recursos para ter *Internet*, para fazer a assinatura de jornais que lhes tragam informações atualizadas. Diga-me aqui: o Governo vai botar este aluno na universidade... O Governo não, desculpe, porque não foi o Governo, fomos nós, o projeto vai voltar para o Senado, essa lei saiu do Senado. Vamos dar condições para que esse aluno compre livros, para que esses alunos possam ter *Internet*, computador, transporte, alimentação? Se não fizermos isso, não adianta, Senador Paim. V. Ex^a é um Senador que está sempre na luta pelas questões sociais, talvez seja o Senador que consiga trazer mais isolados socialmente a esta Casa. Se não dermos condições para esses alunos, não tem jeito, Senador Mão Santa. Na verdade, é como um remédio para você poder dormir tranqüilo, Senador, esse que aprovaram e vai passar no Senado também. Nós vamos falar: "Fizemos alguma coisa grande com a educação". Não fizemos nada, Senador Mão Santa! Nós criamos um fato político. É como se você não conseguisse dormir e tomasse um remédio para dormir. Agora você vai dormir tranqüilo fingindo que resolveu um problema, mas não resolveu, Senador Mão Santa. Não resolveu! Nós não resolvemos o problema. Era essa a colocação que queria fazer.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Tudo isso é possível. Numa sociedade civilizada bem ali, no Chile, você tem a universidade pública para ir e tem também a privada. O aluno, quando ingressa na universidade, vai ao banco e tira recursos para poder terminar o seu curso todinho. O banco está aberto a favorecer aquele cérebro.

Eu queria agradecer, porque Garibaldi nos deu o direito de falarmos como aquele que é o símbolo do maior Senador da história da humanidade. Círcero bradava: "O Senado e o povo de Roma". Graças à atitude do nosso Presidente Garibaldi, eu posso dizer aqui: "O Senado e o povo do Brasil".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mão Santa.

Sobre a mesa, aviso do Presidente do Banco Central do Brasil que passo a ler.

É lido o seguinte:

– Aviso nº 43, de 2008-CN (nº 103/BCB-Presi, na origem, do Presidente do Banco Central do Brasil),

encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras referentes ao 3º trimestre de 2008, daquela Instituição, conforme determina o art. 118 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, mensagem presidencial que passo a ler.

É lida a seguinte:

– Mensagem nº 188, de 2008-CN (nº 900/2008, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 74 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quinto bimestre de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A mensagem lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.465, DE 2008

Requer Voto de Aplauso à Professora Ylsa Vieira Honório, que completou este mês 90 anos de vida, a maior parte dedicada ao magistério, em Manaus.

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso à Professora Ylsa Vieira Honório, que completou este mês 90 anos de vida, grande parte dedicada ao magistério no Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada, em Manaus.

Justificação

Quem pode se esquecer da primeira Professora? Aquela que nos indica o caminho das letras e do conhecimento? Impossível esquecer. Para mim, isso seria imaginável! Pelo contrário, em tantos e tantos momentos de minha trajetória de vida, vem-me à mente o nome de Ylsa Vieira Honório, Professora inata desde os 10 anos. Ela começou a lecionar aos 16, primeiro na Escola Barão do Rio Branco; em seguida, na Escola Olavo Bilac. Após, pelo seu notável potencial para o ensino, foi encaminhada

à Escola Eucides da Cunha, onde transmitiu as primeiras letras a muitas gerações de amazonenses.

Neste mês, em que ela completa mais um ano de feliz existência, a saudade bate no meu coração: a Professora Ylsa foi minha mestra no Grupo Escolar Princesa Isabel. Ali, ao analisar e dar nota aos textos que eu redigia nas aulas de Português, ela estimulou-me a produzir um jornalzinho, o que passei a fazer todos os dias, após as aulas, ali pelas 17 horas. Às vezes, recordo-me, ficava escrevendo e editando o jornalzinho até as primeiras horas da madrugada, mas, no dia seguinte, às 6h30, chegava à Escola.

Aos meus pais, a Professora dizia: "Arthur é tudo mais: preparado, inteligente, trabalhador". A gente pode esquecer uma frase assim? Jamais! E, com a lembrança da querida Mestra, que escrevo com letra maiúscula, saúdo-a, ao ensejo de seu 900 aniversário, transcorrido este mês. Essa dedicada amazonense, Professora Ylsa Vieira Honório, é presença permanente na minha memória. A ela dedico o meu melhor aconchego, a ela muito devo a minha formação. Por isso, em homenagem ao seu labor como Professora, proponho este Voto de Aplauso, com o qual o Senado da República rende justa homenagem a essa digna brasileira.

A Professora Ylsa foi casada com o Sr. Lauro Honório, que era comerciante e proprietário de um escritório de exportação. E mãe de uma única filha, a Engenheira Química Ilsa Maria Honório Valois, casada com o jurista e ex-Prefeito de Manaus, Felix Valois Coelho. Tem quatro netos: Luiz Carlos Coelho Valois, Juiz de Direito; Lucíola Valois Coelho, Promotora; Alfredo H. de Valois Coelho, Médico; e Lúcia Valois Coelho, Advogada. Como se vê, uma bela família, formada por pessoas que, igualmente, se inspiraram na Professora e buscaram o saber.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.466, DE 2008

Requer Voto de Aplauso à Rádio Rio Mar, de Manaus, ao ensejo do transcurso do seu 54º aniversário de criação.

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado,

nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à Rádio Rio Mar, ao ensejo do transcurso do seu 54º aniversário de criação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Arcebispo de Manaus, Dom Luís Soares Vieira, que dirige a emissora e, por seu intermédio, a todos os profissionais que nela atuam.

Justificação

Exatamente às cinco horas da tarde do dia 15 de novembro de 1954, as ondas sonoras da Rádio Rio Mar iam para o ar, levando a boa programação que até hoje mantém. Seu nome foi escolhido em homenagem ao Rio Amazonas, conhecido como Mar-de-Água-Doce, ou no sentido literal, Rio-mar.

Por tão expressivo motivo, proponho ao Senado este Voto de Aplauso à Rádio Rio-Mar.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUEIRIMENTO N° 1.467, DE 2008

Com fundamento no art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do país entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro, para participar, como integrante da representação brasileira, da 15ª Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos dias 27, 28, 29 e 30 de novembro 1º de dezembro do corrente ano, em Montevidéu, Uruguai.

Requeiro, com fulcro no art. 40 do Regimento Interno, seja devidamente autorizada a minha ausência dos trabalhos desta Casa, nesse período, pelo motivo acima exposto.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2008. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de concluir, quero informar à Casa que recebemos do gabinete do Senador Pedro Simon a seguinte mensagem, que, em homenagem a ele, eu faço questão de ler:

Pedro Simon recebe [em Porto Alegre, na Câmara de Vereadores] troféu Carlos Santos da Consciência Negra.

Durante homenagem, senador destaca trajetória de Paulo Paim [eu agradeço ao Senador Simon, que fez uma série de referências a este Senador aqui no Congresso Nacional].

Devido ao apoio prestado ao movimento negro durante sua trajetória na vida pública, o senador Pedro Simon (PMDB – RS) recebeu o Troféu Carlos Santos, como destaque na Política, no encerramento da Semana da Consciência Negra de Porto Alegre.”A eleição de Barak Obama para a presidência dos Estados Unidos, fato histórico inédito, demonstrou que não existem limites para a participação do cidadão na política”, afirmou Simon, que destacou, em seu discurso, a trajetória do senador Paulo Paim.

Promovida pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a cerimônia marcou ontem o Dia da Consciência Negra, em memória da morte de Zumbi dos Palmares. As atividades foram inauguradas no dia 13 de novembro pelo ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República Edson Santos, contando com a participação e o apoio de entidades do Movimento Negro da cidade. Na programação foram oferecidas diversas atrações culturais com entrada franca, como apresentações de dança, música e capoeira, oficina de mosaico e palestras.

Esse documento, que será inserido nos Anais da casa, é uma homenagem ao Senador Pedro Simon.

Na mesma linha, quero destacar que, além do Senador Pedro Simon, que foi agraciado na categoria política e foi muito amigo do primeiro deputado negro eleito no Brasil, o Deputado Carlos Santos, foram também agraciados com o troféu em suas respectivas áreas: José Flávio Rocha Silveira (Direito), Iara Terenzinha da Conceição Ferreira (Liderança Comunitária), Elenara Nunes (Cultura), Associação Educacional e Beneficente Emanuel, (Entidade Filantrópica), Maria do Carmo Pavão da Rosa (Saúde), Adriana Conceição dos Santos (Educação), Dirney Alves Ribeiro (Carnaval), Odir Ferreira (Imprensa), Gabriel Neves Camargo (Literatura), Douglas Costa (Esporte), Cauby Tavares da Silveira Júnior (Música), Regina Helena da Silva Machado (Servidor Público) e o Comandante Júlio César Cônsul (Segurança).

Ainda destaca esse documento, como eu dizia, que o Senador Simon foi um grande amigo do Deputado Carlos Santos, que foi o primeiro Parlamentar negro eleito no Brasil, como Deputado classista, função que desempenhou na Assembléia do Rio Grande do Sul, entre 1935 e 1937.

Quero ainda, no encerramento desta sessão, destacar, senhores e senhoras, o grande apoio que tivemos na vigília aqui realizada em defesa dos apo-

sentados e pensionistas de toda a imprensa brasileira, mas, com certeza, com muito mais ênfase do sistema de rádio. Nós agradecemos a todas as emissoras de rádio do Brasil.

Lá do meu Rio Grande, com certeza, naquela noite participaram de forma direta a Rádio Gaúcha, a Rádio Guaíba, a Rádio Bandeirantes, Rádio Pampa – todas de Porto Alegre – e inúmeras rádios do interior.

Agradecemos a cobertura dada pela CBN (São Paulo), Globo (Rio de Janeiro), Bandeirantes (São Paulo), Itatiaia (Belo Horizonte), Rádio Sociedade (Salvador), Jornal (Aracaju), Nacional (Rio de Janeiro), Eldorado (Criciúma). Rádios ainda que entraram em cadeia conosco: Paraná, Espírito Santo, Pernambuco, Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Ceará, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais, Alagoas, entre tantas outras que eu faço questão de registrar.

E, por fim, Srs. Senadores e Senadoras, eu quero ainda registrar que, na semana passada, eu fiz aqui a defesa do caso da Vereadora Ana Affonso, que foi reeleita na cidade de São Leopoldo e que corria o risco de não ser diplomada por uma ação impetrada contra ela lá, no Rio Grande.

Para que todos possam entender, Ana Affonso nasceu no Uruguai e vive no Brasil desde os dois anos de idade. É uma cidadã brasileira, possui carteira de identidade, título eleitoral, CPF e todos os documentos.

Também é importante destacarmos que ela é, desde 1992, funcionária pública concursada na Prefeitura de São Leopoldo.

Em 2004, Ana Affonso concorreu pelo PT à vaga de Vereadora e foi eleita com 2.392. Nota-se que, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, ela é considerada “naturalizada brasileira”.

É com satisfação que informo que, ontem, a Vereadora Ana Affonso, o Prefeito de São Leopoldo, Ari Vanazzi, os Deputados Adão Pretto e Marco Maia e os assessores jurídicos foram recebidos pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ayres Britto, que, segundo a Vereadora, mostrou-se sensível ao caso. De acordo com a Vereadora, o Ministro considerou importante o encontro e orientou que eles conversassem com o Ministro Relator Eros Grau.

Srs. Senadores, repeti parte aqui do pronunciamento que fiz na semana passada, porque hoje estou aqui para cumprimentar o Supremo Tribunal Federal, que, por unanimidade, decidiu em favor da Vereadora Ana Affonso. Ana Affonso teve, assim, garantido o seu diploma, o seu mandato.

A democracia e a justiça venceram!

Estão de parabéns todos os Ministros do Supremo por terem decidido a favor da Vereadora Ana Affonso.

Agradeço também ao movimento feito por todo o povo gaúcho, com abaixo-assinados, principalmente na cidade de São Leopoldo. Cumprimento o Prefeito reeleito Vanazzi e os Deputados, os Vereadores, todos aqueles que acompanharam a Vereadora nessa batalha e a população que fez o abaixo-assinado e acompanhou de perto a luta da Vereadora Ana Affonso, que, legitimamente, conquistou nas urnas e, agora, no campo legal, junto ao Supremo, o direito de seu mandato.

Um bom mandato a você, Vereadora Ana Affonso. Parabéns pelo resultado das urnas, pela resistência, pelo trabalho que fez e que movimentou grande parte do povo gaúcho, recebendo o reconhecimento também do Supremo Tribunal Federal.

Considero como lidos, na íntegra, os quatro informes que fiz e, assim, vou encerrar esta sessão do Senado da República.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

**PEDRO SIMON RECEBE TROFÉU
ARLOS SANTOS DA CONSCIÊNCIA NEGRA**

Durante homenagem, senador destaca trajetória de Paulo Paim

Devido ao apoio prestado ao movimento negro durante sua trajetória na vida pública, o senador Pedro Simon (PMDB – RS) recebeu o Troféu Carlos Santos, como destaque na Política, no encerramento da Semana da Consciência Negra de Porto Alegre. “A eleição de Barak Obama para a presidência dos Estados Unidos, fato histórico inédito, demonstrou que não existem limites para a participação do cidadão na política”, afirmou Simon, que destacou, em seu discurso, a trajetória do senador Paulo Paim.

Promovida pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, na cerimônia marcou ontem o Dia da Consciência Negra, em memória da morte de Zumbi dos Palmares. As atividades foram inauguradas no dia 13 de novembro pelo ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Edson Santos, contando com a participação e o apoio de entidades do Movimento Negro da cidade. Na programação foram oferecidas diversas atrações culturais com entrada franca, como apresentações de dança, música e capoeira, oficina de mosaico e palestras.

Fonte: Assessoria de Imprensa do Senador Pedro Simon.

SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de destacar que, desde o início da vigília, várias rádios do país deram espaço para nós falarmos sobre os três projetos que beneficiam os aposentados e pensionistas brasileiros.

Uma verdadeira rede de emissoras se formou para levar notícias, comentários, opiniões, até a população que mora nas grandes e médias cidades brasileiras, mas também, para os mais longínquos rincões do nosso país. Muitas, inclusive, utilizaram os serviços da rádio Senado.

Destaco aqui algumas rádios, e faço também, uma homenagem a todas as outras que se engajaram nesta cruzada em defesa dos aposentados.

Rádios: Gaúcha, Guaíba, Bandeirantes, Pampa (todas de Porto Alegre) e várias rádios do interior do Rio Grande do Sul, CBN (São Paulo), Globo (Rio de Janeiro), Bandeirantes (São Paulo), Itatiaia (Belo Horizonte), Sociedade (Salvador), Jornal (Aracajú), Nacional (Rio de Janeiro), Eldorado (Criciúma), rádios senhor Presidente, do Paraná, Espírito Santo, Pernambuco, Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Ceará.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Semana da Consciência Negra da Câmara Municipal de Porto Alegre foi encerrada ontem à noite, com a realização de ato solene no Plenário Otávio Rocha.

Na cerimônia foi entregue o Troféu Deputado Carlos Santos, conferido desde 2004 a personalidades e entidades defensoras do Movimento Negro.

Foram 14 agraciados com o troféu e suas respectivas áreas são: Senador Pedro Simon (Política); José Flávio Rocha Silveira (Direito); Iara Terezinha da Conceição Ferreira (Liderança Comunitária); Elenara Nunes (Cultura), Associação Educacional e Beneficente Emanuel (Entidade Filantrópica); Maria do Carmo Pavan da Rosa (Saúde); Adriana Conceição Santos dos Santos (Educação); Dirney Alves Ribeiro (Carnaval); Odil Ferreira (Imprensa); Gabriel Neves Camargo (Literatura); Douglas Costa (Esporte); Cauby Tavares da Silveira Júnior (Música); Regina Helena da Silva Machado (Servidor Público) e Comandante Julio César Cônsul (Segurança).

Sr. Presidente, quando recebeu a homenagem, o Senador Pedro Simon fez várias referências elogiosas ao meu nome. Confesso que estou honrado e emocionado com as palavras ditas pelo Senador Simon.

Destaco, que o Senador Simon foi grande amigo do Deputado Carlos Santos, que foi o primeiro Parla-

mentar negro eleito no Brasil, como Deputado classista, função que desempenhou na Assembléia Legislativa entre 1935 e 1937.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada fiz aqui nesta tribuna o seguinte pronunciamento:

Registro aqui o caso da Vereadora Ana Affonso, reeleita na cidade de São Leopoldo (RS) e que agora corre o risco de não ser diplomada.

Isso em razão de a Justiça Eleitoral da cidade ter acatado um pedido de impugnação da candidatura sob a alegação de que a candidata não teria efetuado a opção de nacionalidade.

Para que todos possam entender, Ana Affonso nasceu no Uruguai e vive no Brasil desde os dois anos de idade.

É uma cidadã brasileira que possui carteira de identidade, título eleitoral, CPF e carteira de motorista.

Também é importante destacarmos que ela é, desde 1992, funcionária pública concursada na Prefeitura de São Leopoldo.

Em 2004, ela concorreu pelo PT à vaga de vereadora e foi eleita com 2.392 votos.

Note-se que de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, ela é considerada “naturalizada brasileira”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem a Vereadora Ana Affonso, juntamente com o Prefeito de São Leopoldo, Ari Vanazzi, os Deputados Adão Pretto e Marco Maia e as assessorias jurídicas, foi recebida pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ministro Ayres Britto, que, segundo a Vereadora, mostrou-se bastante sensível ao caso.

De acordo com a Vereadora, o Ministro considerou importante um encontro com o relator de seu processo, o Ministro Eros Grau, e encarregou sua assessoria de agendar o encontro.

Esperamos que tudo se resolva da melhor forma possível. Afinal, nosso País oferece a possibilidade de estrangeiros se naturalizarem brasileiros.

Mais que isso, Ana Affonso cresceu no País, tem toda documentação exigida a um cidadão brasileiro.

E, repito, por duas vezes foi eleita pelos cidadãos de São Leopoldo.

Isso mostra que além de viver em solo nacional, ela tem coração brasileiro. Esperamos que o desfecho desse processo seja o melhor para o povo.

Sr. Presidente, hoje estou aqui para cumprimentar o Supremo Tribunal Federal, que, por unanimidade, decidiu em favor da Vereadora, que teve garantido seu próximo mandato, será diplomada.

A democracia e a justiça venceram.

Estão de parabéns todos, os Ministros do Supremo, o Prefeito de São Leopoldo, Ari Vanazzi, os Deputados e Vereadores que estavam batalhando em favor da vereadora, e a população, que fez abaixo-assinado e acompanhou de perto a luta da Vereadora Ana Affonso.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os educadores da rede pública do Rio Grande do Sul estão em greve desde a última sexta-feira (14).

A decisão foi tomada numa assembléia geral, em Porto Alegre, com a participação de mais de dez mil professores.

A categoria exige a retirada do projeto de lei do Governo do Estado que cria um piso regional que descaracteriza a lei federal que criou o Piso Salarial Nacional e ainda ameaça os planos de carreira dos professores e funcionários.

O projeto de R\$950,00 proposto pelo Governo gaúcho não é básico, pois considera todas as vantagens da carreira.

Já o piso nacional, em janeiro de 2010, terá que ser aplicado como básico da carreira, incidindo sobre ele todas as vantagens.

Conforme o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS – Sindicato), a adesão chegou a 80% no primeiro dia de paralisação.

A greve, segundo eles, é mais forte nas regiões de Passo Fundo, São Borja, Litoral Norte, Soledade, Carazinho, Cruz Alta, Santo Ângelo, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Pelotas, Bento Gonçalves, Bagé, Santa Cruz do Sul, Uruguaiana, Três de Maio e Vale dos Sinos.

Em Porto Alegre, a adesão foi forte em escolas tradicionais como Júlio de Castilhos, Instituto de Educação, Ignácio Montagna, Protásio Alves e Rubem Berta.

Na avaliação do CPERS, o anúncio da retirada do regime de urgência do projeto feito pela Governadora, Yeda Crusius, não é suficiente para que a greve seja suspensa. Isso só acontecerá com a retirada imediata do projeto.

Representantes do Cpers/Sindicato estão dispostos a realizar uma vigília nesta quinta-feira, na Praça da Matriz, em Porto Alegre. Os docentes estão aguardando uma audiência com a governadora Yeda Crusius para tratar sobre a greve da categoria.

Portanto, Sr. Presidente, os educadores do Rio Grande do Sul exigem a aplicação do piso federal de

R\$950,00 como vencimento inicial do magistério, ou seja, utilizar esse valor imediatamente para calcular as vantagens funcionais acumuladas ao longo da carreira de professor, e essa também é a opinião deste Senador.

Sr's e Srs. Senadores, também gostaria de fazer o registro de que no dia de ontem (17), cerca de mil e setecentos policiais civis participaram de uma marcha que culminou em frente ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, onde reivindicaram aumento salarial, plano de carreira, aposentadoria especial e o pagamento de horas extras.

Da mesma forma, deixo aqui o meu total apoio a tão respeitada e respeitável categoria.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr's e Srs. Senadores, na pauta de votação da sessão do Congresso Nacional de ontem (20), havia 23 projetos de Lei que abrem créditos ao Orçamento Geral da União no total de R\$17.460.605.476,00 (dezessete bilhões, quatrocentos e sessenta milhões, seiscentos e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais).

Muitos deles, como todos sabem, tiram recursos da seguridade social para alocar em outras áreas.

N	Projeto de Lei	Área do Governo	Valor total
1	PLN 35/2008	Min. Transportes	R\$ 105.544.000,00
2	PLN 39/2008	Poder Judiciário e Ministério Público	R\$ 98.802.352,00
3	PLN 40/2008	Presidência da República	R\$ 116.900.000,00
4	PLN 41/2008	Ministério da Previdência e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	R\$ 314.500,00
5	PLN 42/2008	Ministério da Educação, Cultura e Esporte	R\$ 578.962.471,00
6	PLN 43/2008	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão	R\$ 4.680.200,00
7	PLN 44/2008	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	R\$ 139.422.780,00
8	PLN 48/2008	Petrobrás	R\$ 4.711.294.181,00
9	PLN 49/2008	Companhias Docas	R\$ 42.113.381,00
10	PLN 50/2008	Ministério da Defesa	R\$ 29.171.991,00
11	PLN 51/2008	Presidência da República	R\$ 19.070.000,00
12	PLN 53/2008	Petrobrás	R\$ 7.647.597.428,00
13	PLN 58/2008	Ministério da Previdência, do trabalho e Emprego e do desenvolvimento Social e Combate à Fome	R\$ 113.199.752,00
14	PLN 59/2008	Ministério da Integração Nacional	R\$ 2.500.000,00
15	PLN 62/2008	Ministério da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	R\$ 33.800,00
16	PLN 64/2008	Ministério da Justiça e da Defesa	R\$ 587.851.759,00
17	PLN 65/2008	Transferência ao DF e municípios	R\$ 58.371.496,00
18	PLN 76/2008	Ministério da Previdência Social	R\$ 1.644.179.681,00
19	PLN 77/2008	Ministério do meio Ambiente	R\$ 33.060.000,00
20	PLN 78/2008	Ministério de Minas e Energia	R\$ 153.475.804,00
21	PLN 82/2008	TCU, STJ, Justiça Federal, Eleitoral e do Trabalho, TJDF, Presidência, Ministério das Relações Exteriores, Ministério Público	R\$ 478.745.787,00
22	PLN 83/2008	Ministério da Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Turismo, Encargos Financeiros, etc.	R\$ 868.167.790,00
23	PLN 87/2003	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão	R\$ 27.146.323,00
		TOTAL	R\$ 17.460.605.476,00

Ano a ano o Poder Executivo tem realizado repasses de recursos da Seguridade Social para outros órgãos do Governo:

Em 1999 foram repassados R\$3 bilhões e 775 milhões, para atender órgãos das três esferas de governo:

Em 2000 foram repassados R\$8 bilhões e 107 milhões;

Em 2001 repassaram o montante de R\$10 bilhões e 355 milhões;

Em 2002 – R\$6 bilhões e 414 milhões;

Em 2003 – R\$5 bilhões e 842 milhões;

Em 2004 – R\$10 bilhões e 230 milhões;

Em 2005 – R\$12 bilhões e 277 milhões;

Em 2006 – R\$12 bilhões e 600 milhões;

Em 2007 – R\$22 bilhões e 200 milhões.

Perfazendo um total de R\$114 bilhões e 820 milhões.

Vale lembrar, ainda, que o repasse de receitas das contribuições sociais em 2006 por conta da DRU (desvinculação de receitas da união), segundo dados da ANFIP, se aproximou dos R\$34 bilhões, destinados à composição do superávit primário.

Só para esclarecer, a DRU desvincula 20% das receitas de impostos e contribuições da União para outras finalidades de interesse do Governo.

Em bilhões					
2004	2005	2006	2007	Total	
24.9	32.5	35.2	38.7	198.7	

Todos esses números são para demonstrar que existem, sim, recursos no Orçamento Geral da União para atendermos as reivindicações de todos os aposentados e pensionistas deste País.

Ou seja, há meios de acabar com o fator previdenciário, dar o mesmo reajuste que o salário mínimo para aposentadorias e pensões e recuperar os benefícios atrasados com base no número de salários mínimos que as pessoas recebiam quando se aposentaram.

A meu ver, falta sensibilidade ao Poder Executivo para tão relevante causa.

Tenho certeza de que tanto o Executivo quanto a Câmara dos Deputados serão sensíveis à causa. Uma causa que envolve 190 milhões de brasileiros.

Afinal, quem não é aposentado, sonha em um dia ter uma aposentadoria decente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

No ano de 2007, a DRU retirou da Seguridade Social o montante de R\$38,8 bilhões, para o Governo utilizar como quiser!

Ou seja, em apenas dois anos foram R\$72,8 bilhões, que poderiam ter sido usados para resolver os problemas dos aposentados e pensionistas.

Ainda segundo dados da Fundação ANFIP, as receitas do orçamento da seguridade social alcançaram no ano passado o valor de R\$347,3 bilhões, o que corresponde a um aumento em relação ao ano anterior de 13,8%, que significam R\$42 bilhões a mais que 2006.

Ao atentar para o crescimento nominal do PIB (Produto Interno Bruto) no período 2007/2009 pode-se observar que:

2007 – o montante foi de R\$2 trilhões e 558 bilhões;

2008 – a reprogramação é de R\$2 trilhões e 883 bilhões;

2009 – a proposta da LOA traz o valor de R\$3 trilhões e 186 bilhões.

Segundo dados da COBAP, os recursos da DRU referente à Seguridade Social foram:

S. Ex^a será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, no ano passado, ocupei esta tribuna para protestar contra os critérios, no mínimo discutíveis, utilizados pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça para conceder indenizações milionárias a supostos perseguidos políticos. Na ocasião, eu me referi especificamente ao caso do ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, que deserrou da corporação, roubou armas e participou de assassinatos, entre os quais o do tenente Alberto Mendes Júnior, que teve o crânio destruído a coronhadas por sua ordem.

Lamarca não escondia que sua luta não era pelo restabelecimento da democracia no Brasil, e, sim, pela troca de um regime totalitário por outro ainda pior. No comando de movimentos guerrilheiros como a Vanguarda Popular Revolucionária, Var-Palmares e Movimento Revolucionário 8 de Outubro, sua fonte de inspiração eram ditaduras comunistas como a que até hoje mantém o povo cubano na miséria.

Desertor, ladrão e assassino, Lamarca foi premiado com promoção póstuma ao posto de coronel do Exército, com vencimentos equivalentes aos de general de brigada, mais de R\$11 mil mensais. Sua família também ganhou uma indenização de mais de R\$900 mil, pelo efeito retroativo da decisão.

Essa foi uma das muitas decisões controversas da Comissão de Anistia. No final de 2006, ela concedeu indenização para uma integrante da própria Comissão de Anistia. Por decisão dos conselheiros, a arquiteta Beatriz Bargieri foi beneficiada com uma pensão vitalícia no valor de R\$7.099,00, por ter sofrido perseguição política durante a ditadura militar. No mesmo dia, o processo do marido dela também foi deferido.

A revista **Época**, em reportagem intitulada “Anistia S.A.”, publicada na edição de 16 de junho, aponta casos semelhantes ao de Lamarca e diz que a lei das indenizações aos perseguidos pela ditadura “criou favoritos, consolidou desigualdades e já custou R\$6, 4 bilhões aos cofres públicos”.

Essas indenizações milionárias atraíram a atenção do Tribunal de Contas da União. Em sua edição de quarta-feira (2 de julho), o jornal **O Globo** noticia que o Procurador-Adjunto do Ministério Público no TCU, Marinus Marsico, entrou com uma representação pedindo que o Tribunal reveja as indenizações com prestações mensais, permanentes e continuadas.

O Procurador argumenta que cabe ao TCU avaliar os cálculos e a concessão dos benefícios, comparáveis a uma pensão ou aposentadoria. O anistiado, diz ele, aufere os mesmos direitos e vantagens que o servidor público aposentado, e qualquer aposentadoria ou pensão passa pelo TCU.

De acordo com o Procurador, a análise dos processos pela Comissão de Anistia está entregue a terceirizados ou estagiários, já que ela tem apenas cinco funcionários públicos entre seus integrantes. É ele quem indaga: “Como entregar a análise de questões que afetam o patrimônio público a estagiários? Eles não têm direitos e garantias legais para trabalhar com isenção na defesa do patrimônio público”.

O Brasil é provavelmente o único, entre os países que conviveram com regimes ditoriais, a transformar o acerto de contas com o passado numa indústria bilionária que beneficia um grupo restrito de privilegiados e comete injustiças flagrantes.

Jornalistas que não deixaram de trabalhar um só dia, ou que sofreram perdas financeiras mínimas durante os anos do regime militar, são premiados com indenizações de mais de R\$1 milhão e pensões de

até R\$19 mil por mês. Já a viúva do jornalista Vladimir Herzog, torturado e morto em 1975, em São Paulo, recebeu R\$100 mil de indenização em 1996. A viúva do operário Manoel Fiel Filho, outro que foi torturado até a morte, ganhou R\$190 mil de indenização e uma pensão de seis salários mínimos.

Outro beneficiado, Diógenes Oliveira, ganhou uma indenização retroativa de R\$400 mil e pensão mensal vitalícia de mais de R\$1.600,00 depois de alegar que tinha perdido o emprego na estatal de energia elétrica do Rio Grande do Sul devido à “perseguição política”. Isso apesar de a empresa ter enviado um ofício à Comissão de Anistia desmentindo a alegação e informando que ele fora demitido por justa causa, devido a abandono de emprego.

Diógenes participou de vários atos terroristas, entre os quais o atentado contra o consulado dos Estados Unidos em São Paulo, em que Orlando Lovecchio teve uma das pernas amputada. Lovecchio ainda teve de provar que não tinha responsabilidade no atentado, e hoje recebe do governo R\$571,00 por mês.

Não parece haver interesse em fazer justiça, e, sim, em favorecer quem dispõe de prestígio e influência suficientes para ser reconhecido como “vítima” e ganhar o prêmio de uma pensão vitalícia, isenta de Imposto de Renda. Levantamento publicado por **Época** ilustra a diferença entre as reparações aos perseguidos políticos no Chile, Argentina e Brasil. O primeiro gastou, até 2007, US\$2,5 bilhões em benefícios concedidos a 100 mil pessoas. A Argentina, US\$3 bilhões em benefícios para 15 mil pessoas. O Brasil, até 2008, US\$4 bilhões em benefícios para 7 mil e 500 pessoas.

Tem razão o Procurador do Ministério Público ao questionar a validade das indenizações milionárias. Como diz a reportagem de **Época**, a democracia não fica mais sólida porque o Estado abre o cofre e permite às vítimas de um regime autoritário uma vingança financeira pelo que aconteceu décadas atrás. A democracia se fortalece pelo respeito a direitos e obrigações, pela solidez das instituições, pela seriedade no trato dos recursos públicos. Já a indústria das indenizações, uma verdadeira ação entre amigos, é um desrespeito ao povo brasileiro e aos valores democráticos.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é que terminou há poucos dias, em Roma, a reunião da FAO, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, que contou com a presença de vários líderes mundiais. Embora tenham sido poucos os resultados concretos do encontro, os países ri-

cos, como França e Espanha, admitiram sua parcela de culpa pela fome que hoje constitui uma ameaça concreta para 850 milhões de pessoas e declararam seu apoio ao plano de ação lançado pela ONU para resolver a crise.

A França, por exemplo, anunciou investimentos de 1 bilhão de euros na África, durante os próximos 5 anos, e a Espanha pretende colocar à disposição das Nações Unidas 500 milhões de euros para serem aplicados em projetos que amenizem a crise alimentar nos países mais afetados.

Tudo indica que a era da comida barata chegou ao fim. De 2006 até hoje, os preços de todas as *commodities* agrícolas subiram em média 60%. O preço do arroz aumentou 250%, o do trigo 122%, o do milho e da soja 155%. As previsões para o futuro não são otimistas. A ONU, o FMI e muitos especialistas acreditam que os preços sofrerão oscilações durante algum tempo e depois se estabilizarão em níveis altos durante um período que pode variar entre 5 anos e uma década.

Acertou o Presidente Lula em seu discurso na reunião da FAO ao apontar uma série de fatores que contribuem para a inflação dos alimentos. Eles incluem a alta do petróleo, as mudanças cambiais, a especulação nos mercados financeiros, o aumento do consumo nos países em desenvolvimento e as quedas nos estoques mundiais. Incluído no rol dos culpados, há outro fator, não menos importante: as políticas protecionistas dos países ricos.

Virou moda entre as nações desenvolvidas culpar os biocombustíveis pela escassez de comida no mundo. A ONU teve o bom senso de substituir seu Relator Especial para o Direito ao Alimento, depois que este classificou a produção de biocombustíveis de “crime contra a humanidade”. Foram os delírios do Sr. Jean Ziegler, mas o *lobby* do petróleo na Europa permanece ativo contra o etanol brasileiro.

Além disso, o sucessor do Sr. Ziegler já anunciou que vai insistir com a União Européia para que abandone a meta de utilizar o etanol em 10% de sua frota de automóveis até 2020. É parte de uma

estratégia energética para reduzir a dependência do petróleo e reduzir as emissões de dióxido de carbono.

Essa meta, entretanto, passou a sofrer ataques, inclusive de Ministros europeus. Alega-se que novas tecnologias de produção de petróleo permitiriam reduzir as emissões desse gás de efeitos nocivos sem recorrer ao etanol.

Ninguém sabe dizer quais são essas novas tecnologias, tão vagas quanto a perspectiva de que um dia possamos ter carros movidos a água. O fato é que a pressão contra a meta da União Européia ignora, convenientemente, que a expansão do uso de etanol pode ser atingida com o emprego de combustível importado, não com a produção local.

Utilizar as já escassas terras cultiváveis da Europa para o cultivo de fontes de etanol sem dúvida contribuiria para a alta nos preços dos alimentos. Mas se os países da União Européia abrissem seus mercados para o etanol brasileiro, eliminando barreiras injustificadas, estariam não só ajudando nosso país a gerar emprego e renda, como também abrindo perspectivas para outras nações em desenvolvimento, que passariam a se interessar pela produção de etanol.

É preocupante que uma retórica protecionista esteja ganhando força não só na Europa, mas também nos Estados Unidos. Ela torna mais distante a perspectiva de uma redução nas emissões de carbono e dificulta a redução da dependência dos combustíveis fósseis. Estamos cansados de saber que o protecionismo não leva a lugar algum, só ao agravamento de desigualdades. É o que acontecerá, se os países ricos persistirem no erro de fecharem seus mercados.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 14 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2573 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 016615/08-5,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004, e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a REGINA LÚCIA PERES DE BARROS, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor SIR PERES DE BARROS, matrícula 9780-ERGON, a partir da data do óbito, 07/11/2008.

Senado Federal, 21 de novembro de 2008.

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO

Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maoria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maoria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maoria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 13.11.2008, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Ofício nº 129/08-GLPDSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(8,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
 9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
 10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
 11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
 12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
 13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
 14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
 15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maoria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB) 2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgílio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).

2. Eleito em 8.8.2007.

3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Kátia Abreu (DEM) ^(14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
 10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
 11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾		
Renato Casagrande (PSB)		1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)		2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)		
Valter Pereira (PMDB)		1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)		
Marconi Perillo (PSDB)		1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽³⁾		2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
 Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
 Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (2)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹⁷⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) ^(14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹³⁾	3. Kátia Abreu (DEM) ^(18,22)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽¹²⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1^a/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
9. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾		
Augusto Botelho (PT)		1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)		2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)		
VAGO ⁽¹⁾		1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)		2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)		
Romeu Tuma (PTB)		1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)		2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT		
Jefferson Praia		1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. nº 174/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾		
Serys Slhessarenko (PT)		1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)		2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)		3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)		4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)		5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)		6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)		
Romero Jucá (PMDB)		1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)		2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)		3. VAGO ^(8,10)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)		4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)		5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)		6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)		
Gilberto Goellner (DEM)		1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)		2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)		3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)		4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾		5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)		6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)		7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)		8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)		9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾		
Gim Argello		1. João Vicente Claudino
PDT		
João Durval		1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgílio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹¹⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPDt).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
 Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
João Tenório (PSDB)	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,8)	3. Gim Argello (PTB) (6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgílio de Carvalho (PSC) (4)	3. Marco Maciel (DEM)
Antônio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (9)
PTB⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽²⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹³⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹¹⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/09/2008

Notas:

1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

3. Eleito em 30.05.2007, na 1^a Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5^a Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

MEMBROS

PMDB

Roseana Sarney (MA)

DEM

Marco Maciel (PE) ⁽²⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

PSOL

Atualização: 16/10/2008

Notas:

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ⁸ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 13.11.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ildelei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 10.09.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narciso Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Hérculo Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 118 PÁGINAS